



Vol. 849 – 3º quadrimestre de 2022

A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

ISSN 0011-7641



A tragédia anunciada de Taiwan

Pág. 11

Reis Friede

A dimensão política e estratégica da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial

Pág. 23

Fernando Luiz Velasco Gomes

Geopolítica e soberania na Amazônia: revisão histórica e aplicação da política a esse espaço geográfico

Pág. 72

Andre Rolim da Silva

Comandante do Exército
Gen Ex Marco Antônio Freire Gomes

Departamento de Educação e Cultura do Exército
Gen Ex Flavio Marcus Lancia Barbosa

Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército
Gen Bda Luciano Antonio Sibinel

Editor
Cel Eduardo Biserra Rocha
Diretor da BIBLIEx

Corpo Redatorial
Gen Bda Sergio Manoel Martins Pereira Junior (presidente)
Cel Alexandre Santana Moreira
Cel R1 Sergio Dias da Costa Aita (editor executivo)
TC Inf Anselmo de Oliveira Rodrigues

Composição
ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
Praça Gen. Tibúrcio, 125
Praia Vermelha – Rio de Janeiro-RJ – CEP 22.290-270
Tel.: (21) 3873-3868

Direção, revisão, diagramação e distribuição
BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA (BIBLIEx)
Palácio Duque de Caxias – Praça D. de Caxias, 25
3º andar – Ala Marcílio Dias – Centro – Rio de Janeiro-RJ
CEP 20.221-260
Tel.: (21) 2519-5707

Revisão
Cel R1 Edson de Campos Souza

Diagramação
3º Sgt Tatiane Duarte

Projeto Gráfico
3º Sgt Marcos Côrtes Pimenta

Os conceitos técnico-profissionais emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da revista e do Exército Brasileiro. A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas. Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte. Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser **enviados para o editor executivo** (adefesanacional@gmail.com) e serão apreciados para publicação, sempre que atenderem os seguintes requisitos: documento digital gerado por processador de texto, formato A4, fonte Arial 12, margens de 3cm (Esq. e Dir.) e 2,5cm (Sup. e Inf.), com entrelinhamento 1,5.

Figuras deverão ser fornecidas em separado, com resolução mínima de 300dpi. Tabelas deverão ser fornecidas igualmente em separado, em formato de planilha eletrônica. Gráficos devem ser acompanhados de seus dados de origem. Não serão publicadas tabelas em formato de imagem.

As referências são de **exclusiva responsabilidade dos autores** e devem ser elaboradas de acordo com as prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL



A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

Redatores — Primeiros Tenentes: BERTHOLDO KLINGER, ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO & J. DE SOUZA REIS

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Anno I

SUMMARIO Editorial. PARTE JOURNALISTICA : O efectivo e a organização do Exército. Subsídios táticos. — A instrução de nossa infantaria em face dos actuais efectivos. Carros de munição para a infantaria e metralhadoras. Comunicação entre os artilheiros de combate. — A máquina automática de carregar cartuchos. — Correntes táticas na artilharia francesa. NOTICARIO : A partida de 7 de Outubro da frota da América para o desembarque do exército no Brasil. Reorganização da Guarda Nacional. Equipamento aligerado pelo abandono da mochila. Stereotomogrametria. Preparação para a cavalaria. Reabastecimento do "Guaraná". Questões à margem. A Defesa Nacional. — O ensinamento da guerra dos Balkans sobre artilharia. — A Infantaria japonesa. Colaboração. BIBLIOGRAFIA : Os intermediários elásticos e a tração animal.—Exercícios de quadros e sobre a carta para a arma de infantaria. — Livros franceses e alemães.

Fac-Símile da portada do Nº 1, Ano I – 10/10/1913 de **A DEFESA NACIONAL**



ACESSE NOSSAS REVISTAS DIGITAIS

NOSSA CAPA

Imagens de capa: Centro de Comunicação Social do Exército



EDITORIAL



Caros leitores.

A terceira edição da revista *A Defesa Nacional*, neste ano de 2022, ainda encontra o mundo mergulhado no maior conflito europeu desde a Segunda Grande Guerra. Assim, essa guerra entre Rússia e Ucrânia acaba impactando, direta ou indiretamente, a produção, a leitura e a interpretação de vários artigos que compõem nossa revista.

Abre esta edição o artigo escrito pelos maiores Afonso Cavalcanti Araújo e Felipe Pereira Barbosa – *Guerra russo-ucraniana e as considerações civis: um estudo das civilizações e sua influência nos conflitos*. O estudo apresentado analisa o conflito entre Rússia e Ucrânia com enfoque na dimensão humana do evento tendo por base a teoria do choque das civilizações, de Huntington.

Na sequência, o desembargador Reis Friede, em seu artigo, também conjectura, nesse novo tabuleiro geopolítico que se desenha, um grande risco para a autonomia do território insular de Taiwan. No artigo intitulado *A tragédia anunciada de Taiwan*, o autor apresenta argumentos que embasam uma cada vez mais provável invasão da ilha pela China, para, segundo a ótica chinesa, “a reincorporação de parte indivisível de seu território.”

A dimensão política e estratégica da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial é o artigo produzido pelo coronel Fernando Luiz Velasco Gomes. Na sua argumentação, o autor se debruça sobre o amplo contexto histórico mundial e brasileiro que culminou com a eclosão desse conflito e a conjuntura que levou o Brasil a dele participar. A análise se aprofunda nas muitas mudanças que a participação brasileira na guerra introduziu em nossa sociedade.

O artigo seguinte se utiliza de uma ferramenta metodológica denominada “triangulação”, que emprega diferentes variáveis e combina distintas perspectivas para analisar determinado fenômeno. No artigo nominado *O terrorismo ocorrido em Moçambique durante o século XXI*, o coronel Anselmo de Oliveira Rodrigues se vale das perspectivas geopolítica e psicossocial para jogar luz sobre aspectos que fazem da atividade terrorista em Moçambique um caso singular no mundo.

Na sequência, dois artigos tratam de modernos empregos da artilharia, muito difundidos nos dias de hoje. No artigo *Emprego de mísseis e foguetes na defesa antiacesso e negação de área: uma solução para a defesa do Brasil*, o major Cesar Augusto Rodrigues Lima Junior aborda o conceito de A2/AD, fartamente pesquisado por estudiosos e presente em muitas publicações atuais. Complementando o tema, no artigo *O emprego da artilharia antiaérea contra ameaças assimétricas em grandes eventos*, o tenente-coronel George Koppe Eiriz e o major Renato Rocha Drubsky de Campos discutem essa especificidade de emprego da artilharia a partir de suas experiências como oficiais de ligação da 1ª Bda AAAe junto ao Comando Geral de Defesa de Área durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

Esta edição se completa com dois artigos que se debruçam sobre um tema comum: a Amazônia brasileira. Em *Geopolítica e soberania na Amazônia: revisão histórica e aplicação da política a esse espaço geográfico*, o tenente-coronel Andre Rolim da Silva nos mostra como a formação histórica do espaço geográfico brasileiro e a atuação de ilustres personalidades nos legaram esse grande território e os imensos desafios para integrá-lo e mantê-lo. E, por fim, o major Endrigo Buscarons da Silva discorre sobre as imensas riquezas da região amazônica e os diversos interesses que sobre ela recaem, enfatizando, para a sociedade brasileira, a grande necessidade de controlar, administrar e preservar esse importante território e, assim, não permitindo riscos à soberania nacional.

Uma prazerosa e produtiva leitura a todos.

SUMÁRIO

- 3** Guerra russo-ucraniana e as considerações civis: um estudo das civilizações e sua influência nos conflitos
Afonso Cavalcanti Araújo
Felipe Pereira Barbosa
- 11** A tragédia anunciada de Taiwan
Reis Friede
- 23** A dimensão política e estratégica da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial
Fernando Luiz Velasco Gomes
- 35** O terrorismo ocorrido em Moçambique durante o século XXI
Anselmo de Oliveira Rodrigues
- 50** Emprego de mísseis e foguetes na defesa antiacesso e negação de área: uma solução para a defesa do Brasil
Cezar Augusto Rodrigues Lima Junior
- 62** O emprego da artilharia antiaérea contra ameaças assimétricas em grandes eventos
George Koppe Eiriz
Renato Rocha Drubsky de Campos
- 72** Geopolítica e soberania na Amazônia: revisão histórica e aplicação da política a esse espaço geográfico
Andre Rolim da Silva
- 88** Amazônia brasileira – vulnerabilidades e atividades que potencializam as ameaças à soberania nacional
Endrigo Buscarons da Silva

Guerra russo-ucraniana e as considerações civis: um estudo das civilizações e sua influência nos conflitos

Afonso Cavalcanti Araújo*

Felipe Pereira Barbosa**

Introdução

Samuel P. Huntington, eminentemente pensador político norte-americano, publicou em 1996 a sua tese: “O Choque de Civilizações e a Recomposição da Nova Ordem Mundial”. O seu trabalho contestou a tese do “Fim da História”, de Francis Fukuyama, na qual indicava um período de consenso causado pela vitória da democracia liberal sobre o comunismo, durante a Guerra Fria.

O professor Huntington discordou da tese de Fukuyama, argumentando que os próximos conflitos não se dariam por fatores ideológicos ou econômicos, mas culturais ou, no sentido mais amplo, civilizacionais. Nesse contexto, cinco anos antes, em 1991, a Ucrânia tornou-se independente, erigida das cinzas da outrora poderosa União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Alguns conflitos na década de 1990 pareciam corroborar a teoria, como os ocorridos na ex-Iugoslávia. Nessa ocasião, houve um confronto entre sérvios ortodoxos contra bósnios muçulmanos e croatas católicos. Passados cerca de 25 anos, entretanto, o *choque de civilizações* ainda é uma teoria geopolítica capaz de explicar os acontecimentos? A própria noção de civilização parece ser um termo polissêmico, não se configurando um consenso.

Após três décadas de independência do governo de Kiev, a Rússia invadiu a Ucrânia em 24 de fevereiro de 2022, deixando incrédulas muitas lideranças ocidentais, que não concebiam mais conflitos no seu grau máximo de violência com a mobilização de todo o Poder Nacional, com predominância da expressão militar. Dessa maneira, a guerra russo-ucraniana expôs novamente ao mundo o relacionamento do componente militar com a população civil em operações militares de alta intensidade.

Desenvolvimento

Antecedentes

A região onde hoje se localiza a Ucrânia é marcada, em grande parte, pela presença da estepe, imenso corredor natural que interliga a Ásia à Europa. Esses caminhos foram percorridos por muitos povos e federações, vindos do Leste, ao longo da história: tribos indo-europeias, citas, hunos, pechenegues, quipechaques ou cumanos e mongóis da Horda Dourada (PHILLIPS, 1968). Além disso, a sua privilegiada posição debruçada sobre o mar Negro é conhecida dos ocidentais desde o estabelecimento de colônias gregas no século VI a. C.

* Maj Inf (AMAN/2002, EsAO/2011). Possui os cursos Básico e Intermediário de Inteligência, da Escola de Inteligência Militar do Exército (EsIMEx/2005 e 2015), o Curso de Inteligência de Sinais – Cat. B – do Centro de Instrução de Guerra Eletrônica (CIGE/2008) e é especialista em Inteligência Estratégica pela AVM Faculdade Integrada. Atualmente, é aluno da ECEME.

** Maj Cav (AMAN/2007, EsAO/2017). Especialista em História Militar pela UNISUL. Atualmente, é aluno da ECEME.

As expedições de navegadores de origem escandinava, a partir do século IX, e a sua mistura com as tribos eslavas nativas, moldaram a cultura de grande parte dos atuais habitantes da Ucrânia, Rússia e Belarus. Eles penetraram, através dos rios Don e Volga, até o mar Negro e Cáspio (FERNÁNDEZ-ARMESTO, 2009, p. 78), em busca de escravos e outros saques (FRANKOPAN, 2019, p. 141). Foi a Confederação de Kiev e suas derivações, junto com a conversão ao cristianismo ortodoxo, a unidade político-cultural formadora da civilização eslavo-ortodoxa (TOYNBEE, 1964), muito embora essa aliança entre os povos que compunham os rus tenha sido instável e com muita rivalidade interna, especialmente entre chefes de clã, postulantes ao título de Grande Príncipe de Kiev (**figura 1**).



Figura 1 – Territórios da Rus de Kiev do século XI
Fonte: World History Encyclopedia

Em 1240, os mongóis da Horda Dourada invadiram o território e subjugaram a Rússia (FRANKOPAN, 2019, p. 190). Seguiu-se um período em que os rus de Kiev se tornaram vassalos tributários dos cãs (governantes). O território da atual Ucrânia foi conquistado pelos poloneses no século XIV, com exceção da Crimeia e do extremo leste. Esse período de junção com a Polônia, e posteriormente com a Lituânia, fez com que muitos dos povos eslavos sofressem um processo de ocidentalização (MCNEILL, 1972, p. 306), conversão ao catolicismo e introdução de termos poloneses em seu idioma (**figura 2**).



Figura 2 – Europa Oriental em 1453

Fonte: <https://www.timemaps.com/history/russia-1453ad/>

Por outro lado, os rus que se mantiveram vassalos dos mongóis, ou tátaros, começaram a se reunir em torno da liderança do príncipe de Moscou. Sob o comando de Ivã III, os russos vencem os mongóis na batalha do rio Ugra, em 1480. A partir desse evento, vão reconquistando dos tátaros suas terras, aproveitando o esfacelamento da Horda Dourada (MCNEILL, 1972, p. 302) em diversos canatos, como Astrakhan, Kazan e, o último a ser conquistado, o Canato da Crimeia (**figura 3**).



Figura 3 – Expansão russa entre 1667 e 1812

Fonte:<https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2015/03/09/maps-how-ukraine-became-ukraine/>

No final do século XVIII, o território ucraniano, antes pertencente à Polônia, foi dividido entre o Império Austro-Húngaro (parte ocidental) e o Império Russo (parte oriental). Um dos motivos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foi o pan-eslavismo, a união de todos os povos eslavos sob uma única autoridade. Com o final da Primeira Guerra Mundial, em 1918, o Império Austro-Húngaro foi derrotado e dissolvido, e o Império Russo sofreu um processo revolucionário em 1917, criando a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Nesse contexto, a Ucrânia foi formalmente independente entre 1918 e 1922, quando foi anexada oficialmente pelo governo de Moscou.

Dessa forma, pode-se evidenciar que houve uma cultura surgida na Idade Média, da mistura entre povos eslavos e desbravadores nórdicos, conhecida como a *cultura dos rus*. Essa cultura se desenvolveu, na “periferia da Civilização Clássica” (QUIGLEY, 1961, p.100), em duas vertentes, podendo ser chamadas de *russa* e *ucraniana* (que sofreu maior influência polonesa).

Cabe, neste momento, realizar um estudo sobre os autores que se debruçaram em definir uma noção ou

conceito sobre “civilização”, influenciando os estudos de Samuel Huntington.

O estudo das civilizações

Huntington elenca como o cerne de seu trabalho que a “cultura e as identidades culturais – que, em nível mais amplo, são as identidades das civilizações – estão moldando os padrões de coesão, desintegração e conflito no mundo pós-Guerra Fria (HUNTINGTON, 1996, p. 18). A civilização, para o autor, seria a última instância cultural em que um grupo de cidadãos se reconhece. Para tal, é necessário analisar as definições de civilização dos diversos autores.

Com o objetivo de fundamentar seus estudos, Huntington parte do paradigma civilizacional para realizar suas análises, apoiando-se em pensadores que o antecederam, como Oswald Spengler, Phillip Bagby, Arnold Toynbee, Caroll Quigley, William McNeill e Pitirim Sorokin. Esses autores legaram vários postulados sobre o estudo comparativo das civilizações, suas definições e estágios.

Spengler (1973, p. 47) define uma civilização como uma consequência orgânico-lógica de uma cultura. Para o autor, uma civilização é “o destino inevitável de uma cultura”. Povos, segundo Spengler, são “unidades espirituais”, em vez de unidades linguísticas ou políticas. Dessa forma, dentro de uma mesma civilização, há povos com muitas diferenças, porém, “sempre que um povo estranho à respectiva cultura aparecer no horizonte, despertará em toda parte um poderoso sentimento de afinidade psíquica” (SPENGLER, 1973, p. 291).

Para Toynbee (1964, p. 10), uma civilização representa “a unidade inteligível do estudo da história”, um meio-termo entre o estado nacional e a humanidade como um todo. As civilizações possuem os seguintes estágios: *gênese, desenvolvimento, colapso e desintegração*. Nesse sentido, compõem uma unidade nos estágios de *gênese, desenvolvimento e colapso*, deixando a unidade em uma fase denominada *desintegração* (TOYNBEE, 1964,

p. 585). Para o autor, houve um contato espacial entre a civilização ocidental e a ortodoxa, com o predomínio da primeira sobre as populações russas dos territórios controlados pela Polônia e Lituânia, culminando em um “conflito irreprimível entre Moscou e o Ocidente sobre a obediência de [...] ucranianos segregados de seus companheiros cristãos ortodoxos russos do Leste” [...] (TOYNBEE, 1964, p. 590).

Quigley (1963, p. 98), por sua vez, define sete estágios para uma civilização, a saber: mistura, gestação, expansão, conflito, império universal, decadência e invasão. O estágio 5, *império universal*, ocorre quando é evidenciado um domínio político de um Estado sobre toda a civilização. Nesse sentido, Quigley retoma a ideia de Toynbee de *Estado Universal*. O último apontou o Império Russo como o Estado Universal ortodoxo, ao passo que o primeiro identifica a Rússia como futuro Império Universal da Civilização Ortodoxa (QUIGLEY, 1963, p. 107).

McNeill (1972, p. 7) afirma que as civilizações são

sociedades excepcionalmente maciças que entrelaçam as vidas de milhões de pessoas num estilo de vida frouxo e, no entanto, coeso, através de centenas e até milhares de quilômetros durante períodos de tempos que são muito longos [...].

A teoria do choque de civilizações constatou a existência de grandes unidades culturais, as civilizações. Atualmente, podem ser identificadas a ocidental, a ortodoxa, a islâmica, a sínica ou confucionista, a hindu, a latino-americana e outras possíveis, como a africana e a japonesa (**figura 4**).

Huntington identifica os conceitos de “Estado-núcleo” e “linha de fratura”. O primeiro se refere ao principal Estado de uma civilização, ao passo que o segundo se refere a uma região de transição entre duas civilizações distintas. As guerras se dariam, em um nível global, pela competição entre Estados-núcleos, enquanto no nível regional, nas linhas de fratura (HUNTINGTON, 1996, p. 260).

Dessa maneira, o território ucraniano, na teoria do choque de civilizações, pode ser considerado uma linha de fratura entre duas civilizações: a ortodoxa, cujo Estado-núcleo é a Rússia, e a ocidental, cujo Estado-núcleo é materializado pelos Estados Unidos da América.

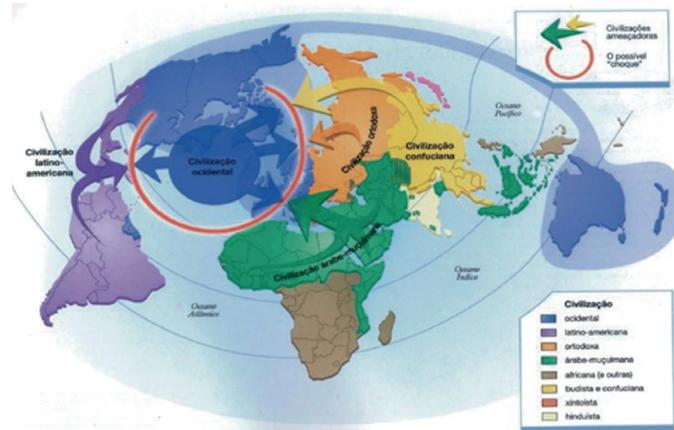


Figura 4 – Teoria do Choque de Civilizações de Huntington
Fonte: BONIFACE, Pascal e VÉDRINE, Hubert. Atlas do Mundo Global

Em 1996, Huntington visualizava como pouco provável um conflito envolvendo a Rússia e a Ucrânia. Para o autor, era mais provável uma secessão de seu território, segundo a linha de fratura. Nesse último caso, poderia, inclusive, haver a anexação de sua parte oriental pela Federação Russa (HUNTINGTON, 1996, p. 209).

Nesse sentido, pode ser identificado um conflito anterior à guerra de 2022, envolvendo o governo ucraniano e forças separatistas das províncias de Lugansk e Donetsk.

Atualidades

O colapso da União Soviética em 1991, após as reformas de Gorbachev, foi seguido pela independência de 15 repúblicas. Uma delas, a Ucrânia, consolidou-se, ao longo do século XXI, como uma grande exportadora de cereais, em especial do trigo cultivado no fértil solo de *tchernozion*, metais, ouro, carvão e hidrocarbonetos. Cerca de 78% da população se identifica com a Igreja Ortodoxa, tanto da jurisdição russa quanto da

ucraniana. Aliás, a Igreja Ortodoxa Russa ainda é uma forte fonte de influência de Moscou no país (**figura 5**).



Figura 5 – Predominância religiosa na Ucrânia, por província
Fonte: Religious Information Service of Ukraine

O idioma é outro fator de influência russa. O ucraniano, apesar de ser a única língua oficial, é o idioma preferido de comunicação de cerca de 53% da população. Já o idioma russo, sobretudo nas regiões mais orientais, tem a preferência de cerca de 45% da população. Ademais, o ucraniano ainda é utilizado em sua forma cirílica, mesmo que modificada, em vez de sua forma latinizada. Fica demonstrado, portanto, que a Ucrânia ainda possui muitos laços culturais compartilhados com a Rússia (**figura 6**).



Figura 6 – Porcentagem da população que identifica o russo como seu idioma nativo (censo 2001)

Fonte: <https://www.washingtonpost.com/blogs/worldviews/files/2014/01/ukraine610-1.jpg>

Após a dissolução da URSS, a Rússia perdeu, em um primeiro momento, seu *status* de potência, sobretudo no governo de Boris Ieltsin. A ascensão de Vladimir Putin, em 2008, e uma reordenação geopolítica interna conduziram a Rússia a um renascimento militar e econômico, bem como à crescente projeção de poder em suas ex-repúblicas, no Oriente Médio e na Ásia Central. Cabe destacar a parceria estratégica com a China e a dependência europeia de seu gás natural (MARSHALL, 2018, p. 40).

Recentemente, a Ucrânia viu a aproximação com a União Europeia, e mesmo com a OTAN, como uma opção possível. A primeira tentativa de diminuição da influência russa se deu em 2004, na Revolução Laranja, e a eleição de um candidato mais simpatizante da aproximação com a Europa, Viktor Yuschenko. Nessa ocasião, houve a polarização entre Yuschenko (candidato pró-Europa) e Yanukovych (candidato pró-Rússia) (**figura 7**).



Figura 7 – Resultado das eleições presidenciais ucranianas, por província (2004)
Fonte: <https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2013/12/09/this-one-map-helps-explain-ukraines-protests/>

Em 2014, houve nova onda de protestos, a Revolução Maidan, contra a suspensão dos acordos para entrada na União Europeia. Assim, os manifestantes ucranianos conseguiram depor o presidente Viktor Yanukovych e a sua política de aproximação com a Rússia. Os russos, em contrapartida, anexaram a Crimeia e iniciaram o suporte aos separatistas da região

ucraniana de Donbass, a bacia do rio Don. As principais províncias (*oblast*) da região de Donbass são Donetsk e Lugansk.

Nesse contexto, fica evidente que a Ucrânia é um país dividido culturalmente. O Oeste tem o Ocidente como força de atração, enquanto o Leste ainda possui muitas amarraduras com a Rússia. Diante dessa constatação, é possível verificar como russos e ucranianos usaram essa questão cultural para a mobilização da população.

Assuntos civis no conflito

A doutrina militar brasileira define *assuntos civis* como uma série de atividades, do nível estratégico até o nível tático, referentes ao relacionamento do componente militar com as autoridades civis e a população da área do teatro de operações onde ocorre o conflito armado. Os objetivos dessas atividades visam a possibilitar à sociedade civil o desempenho de suas atividades regulares durante o conflito, além de conquistar a manutenção do apoio da população e de suas lideranças (BRASIL, 2021, p. 2-1).

A doutrina norte-americana diz que o apoio da população pode oferecer recursos e informações para as operações. Os assuntos civis podem ser positivos na “busca das ações diplomáticas para atingir os objetivos da política externa”. Em contrapartida, uma população hostil ameaça as operações e, muitas das vezes, enfraquece a opinião pública e os objetivos políticos (US ARMY, 2014, p. 1-1).

Nesse contexto, percebe-se que a Rússia e a Ucrânia desencadeiam uma série de relações institucionais referentes à temática em território ucraniano, particularmente no que tange à mobilização de pessoal, ao trato com refugiados e deslocados, assuntos de governo e cooperação civil-militar (CIMIC).

A principal questão relacionada aos assuntos civis diz respeito aos refugiados e deslocados da Ucrânia, especialmente com o estabelecimento de corredores humanitários, a partir da segunda semana do conflito.

Após os bombardeios russos às cidades ucranianas, que atingiram a população civil e geraram graves danos colaterais, a Rússia concordou com um cessar-fogo com a abertura de corredores humanitários, a maioria deles na direção oeste.

Para a definição dessa saída de civis das zonas de conflito, a Ucrânia concentrou seus esforços no nível político e estratégico na busca de apoio internacional, para finalmente coordenar diretamente com a Rússia.



Figura 5 – Negociações entre lideranças russas e ucranianas para o estabelecimento de corredores humanitários
Fonte: European Pressphoto Agency (2022)

No que tange aos *assuntos de governo*, os estabelecimentos administrativos das regiões ucranianas invadidas foram, em sua maioria, desmobilizados devido à campanha militar. Em consequência, possibilitou a atuação russa nas Repúblicas autoproclamadas de Donetsk e Lugansk, em apoio às forças separatistas nas atividades governamentais, como serviços públicos e atividades psicossociais, demonstrando aceitação da presença militar das tropas de Putin, que estão na região desde 2014.

No que se refere à *cooperação civil-militar* (CIMIC), existem registros, na rede mundial de computadores, de tropas russas executando ajuda humanitária aos civis ucranianos, com a distribuição de alimentos e fornecimento de apoio médico.



Hugo Borges
@HugoBor73884636

A Rússia distribuindo alimentos à população civil da Ucrânia



12:14 PM · 4 de mar de 2022 · Twitter Web App

Figura 6 – Tropas russas distribuindo alimentos à população civil da Ucrânia

Fonte: <https://twitter.com/HugoBor73884636/status/1499784850169024515>
Acesso em: 8 set 2022

Tendo em vista a origem compartilhada nos históricos rus de Kiev, percebe-se que a arquitetura de assuntos civis, desenvolvida pelas tropas russas e ucranianas, está alinhada com as diretrizes estabelecidas pelos respectivos líderes de governo.

Destaca-se que o líder russo, Vladimir Putin, definiu a contenda como uma “operação militar especial” com o objetivo de “desmilitarizar” e “desnazificar” a região, frente à expansão da influência ocidental da OTAN na Eurásia. Segundo a narrativa russa, “não existe uma Ucrânia, é uma ficção criada pelos soviéticos. O ucraniano é um dialeto russo, russos e ucranianos são um só povo” (FARAGO, 2022).

Dessa forma, a operação militar segue o alinhamento político que fundamenta a alegação de “um só povo” entre as nações historicamente originada dos rus (russos, ucranianos e bielorrussos), ou, em sentido mais amplo, “uma só civilização”.

Conclusão

Meira Mattos, um dos maiores geopolíticos brasileiros, em seu livro *Geopolítica e Modernidade*, já dava especial importância aos aspectos históricos e culturais, ao afirmar que a geopolítica é

um ramo da ciência política que se formou pela integração dinâmica de três ramos de conhecimento: geografia (espaço físico), a política (aplicação do poder à arte de governar) e a história (experiência humana). (MATTOS, 2011, p. 151)

Na invasão da Federação Russa à Ucrânia, ao lado dos russos lutam ucranianos de nascimento (especialmente das províncias de Donetsk e Lugansk) e a República de Belarús (ou Bielorrússia). A Ucrânia, por sua vez, é apoiada pelos países que compõem o Ocidente e, mais especificamente, pela OTAN e União Europeia, constituindo-se em uma possível “guerra por procuração”.

Dessa forma, apesar de não ter enxergado o conflito armado, corrobora-se a formulação de Samuel Huntington na teoria do choque de civilizações, na qual a Ucrânia se configuraria em uma linha de fratura entre as civilizações ortodoxa e ocidental, cujo resultado pode ser a fragmentação ucraniana ou, ainda, a anexação pela Rússia de parte de seu território.

Ademais, é visível a estratégia russa de captar o apoio de parcela da população ucraniana que se identifica com a cultura russa, evocando as ideias de “um mesmo povo” e “uma mesma civilização”. Essas ideias se baseiam em uma herança histórica compartilhada que remete aos rus de Kiev.

Por fim, fruto da análise em tela, é lícito inferir que o estudo das civilizações de Huntington, e daqueles que o antecederam, continua pertinente e atual. Além disso, este artigo alertou para a importância das considerações civis, especialmente no que tange aos aspectos culturais, como um campo de estudo de suma importância às ciências militares, particularmente aos estudos da paz e da guerra, pela capacidade de influenciar decisivamente o espaço de batalha.



Referências

- BRASIL. Exército. Estado-Maior. **Doutrina Militar Terrestre.** EB20-MF-10.102. Brasília, DF: Estado-Maior do Exército, 2014.
- BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Assuntos Civis.** EB70-MC-10.251. 1. ed. Brasília, DF: Comando de Operações Terrestres, 2021.
- ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Estudos militares conjuntos:** conflito Rússia-Ucrânia, possíveis ensinamentos para o emprego conjunto das Forças Armadas. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 2022.
- FARAGO, Jason. **The War in Ukraine is The True Culture War.** The New York Times: 15 de julho de 2022. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2022/07/15/arts/design/ukraine-war-culture-art-history.html>> Acesso em: 30 ago 2022.
- FERGUSON, Niall. **Civilização:** Ocidente X Oriente. São Paulo: Ed. Planeta, 2012.
- FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. **Os Desbravadores:** Uma História Mundial da Exploração da Terra. São Paulo: Ed. Cia das Letras, 2009.
- FRANKOPAN, Peter. **O Coração do Mundo – Uma Nova História Universal a Partir da Rota da Seda:** O Encontro do Oriente com o Ocidente. São Paulo: Ed. Planeta, 2019.
- HUNTINGTON, Samuel P. **O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial.** Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 1996.
- JOHNSON, Paul. **Tempos Modernos:** O Mundo dos Anos 20 aos 80. Rio de Janeiro: Ed. BIBLIEX, 1994.
- MARSHALL, Tim. **Prisioneiros da Geografia.** Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2018.
- MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica. V.III.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- MCNEILL, William. **História Universal – Um Estudo Comparado das Civilizações.** Porto Alegre: Ed. Globo, 1972.
- PHILLIPS, E.D. **Os Povos Nómadas das Estepes.** Ed. Verbo, 1968.
- QUIGLEY, Carroll. **A Evolução das Civilizações.** Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1961.
- SPENGLER, Oswald. **A Decadência do Ocidente.** Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1973.
- TOYNBEE, Arnold. **Um Estudo de História.** Lisboa: Ed. Ulisseia, 1964.
- US ARMY. **FM 3-57 Civil Affairs Operations.** Headquarters. Department of the Army. Washington, DC: 18 abr 2014.

A tragédia anunciada de Taiwan

Reis Friede*

A invasão de Taiwan pela China (ou, sob a narrativa oficial de Pequim, a reincorporação de parte indivisível de seu território) é uma tragédia anunciada.

Sob muitos aspectos, será resultado de uma negligente política militar doméstica (que perdurou durante anos, mormente após o falecimento de Chiang Kai-Shek em 1975), associada a uma excessiva (e, até mesmo, ingênuas) confiança nas garantias norte-americanas de segurança coletiva.

A famosa frase atribuída ao secretário de Estado do presidente Dwight Eisenhower (entre 21 jan 1953 e 22 abr 1959), John Foster Dulles, durante uma visita ao México em 1958 (mas que, em realidade, foi originalmente concebida pelo presidente francês Charles de Gaulle: “nenhuma nação tem amigos, apenas interesses”), “os Estados Unidos não têm amigos, têm interesses”, é uma lição amarga que muitos países, como o Vietnã do Sul (integrante, ainda que como “observador protegido”, de um acordo multilateral de defesa chamado OTASE/SEATO),¹ experimentaram (com terríveis consequências) na prática das cambiantes relações geopolíticas.

A verdade é que a proteção norte-americana aos países do sudeste da Ásia perdurou até o momento em que os (oscilantes) interesses norte-americanos voltaram-se para o Oriente Médio (e para a proteção de seu suprimento de petróleo), ao mesmo tempo em que a China (que, por iniciativa estadunidense, foi admitida na ONU em 23 de novembro de 1971, passando a ocupar um assento no Conselho de Segurança em lugar

de Taiwan e, logo em seguida, reconhecida diplomaticamente, em parte, na histórica viagem do presidente Richard Nixon em 1972, para, posteriormente, ser plenamente reconhecida na política de “Uma Só China” em 1979, durante o governo Jimmy Carter) deixou de ser vista como uma ameaça, passando a ser encarada como uma aliada (de oportunidade) na luta de contenção ao expansionismo soviético. “Tardiamente, os EUA tentaram cinicamente jogar o poderio da China contra a URSS; esta é uma política cega e perigosa (BREJ-NEV; 1979, p. 222).”

Ainda assim, muito antes, os EUA já tinham emitido claro sinal de que sua proteção militar (a que muitos aludiam como o “guarda-chuva nuclear estadunidense”) era limitada e sempre condicionada aos seus (muitáveis) interesses nacionais prevalentes.

Não por acaso, muitos países, pretensamente protegidos pelo “escudo militar norte-americano”, desenvolveram suas próprias capacidades militares, inclusive adquirindo tecnologia bélico-nuclear, como foi o caso do Reino Unido em 1952, da França em 1960, e mais especificamente de Israel no final da década de 1960, como resultado de seu completo abandono, em 1967, na chamada Guerra (preemptiva) dos Seis Dias (o que motivou a África do Sul a também buscar a tecnologia, contando com apoio israelense).

Não obstante o maciço auxílio militar norte-americano na posterior Guerra do Yom Kippur (1973), a verdade é que, no terceiro dia de intensos combates (e com riscos reais de uma derrota de Tel Aviv), o presidente Richard Nixon foi advertido diretamente pela

* Desembargador federal, é professor emérito da ECEME e da EsAO, professor *honoris causa* da ECEMAR, conferencista especial da Escola Superior de Guerra (ESG) e membro da Sociedade Brasileira de Direito Aeroespacial (SBDA), da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB) e da Academia Brasileira de Defesa (ABD). É coautor da obra “Das Novas Guerras (Fenomenologia dos Conflitos Armados)” (BIBLIE, 2019, 576 p.). Site: <https://reisfriede.wordpress.com/>. E-mail: reisfriede@hotmail.com

premiê Golda Meir de que Israel estava pronto para usar suas armas nucleares diretamente contra as cidades do Cairo e de Damasco no caso de um eventual desastre no campo de batalha que não fosse impedido pelos americanos, obrigando Washington a suprir Tel Aviv com um amplo fornecimento de armamentos que garantiriam, alternativamente, a vitória israelense, sem o emprego de bombas atômicas.

Mais uma vez, prevaleceu a defesa dos interesses nacionais norte-americanos (no contexto da dinâmica da Guerra Fria) sobre uma pretensa amizade (irrestrita) judaico-americana.

Sem muito esforço de reconstrução da história, portanto, é fácil concluir que muitos países souberam aprender as lições relativas à realidade da política externa preconizada por Washington (entendendo perfeitamente os limites das garantias militares estadunidenses), desenvolvendo, por via de consequência, forças dissuasivas próprias (inclusive com parcial ou mesmo total independência de fornecimento estrangeiro, como é o caso da Suécia) que asseguraram – não obstante a manutenção (mesmo que nem sempre regular) do auxílio norte-americano – a sua efetiva proteção e, mais do que isso, a sua própria sobrevivência enquanto nações soberanas.

Nesse sentido, o caso de Taiwan é no mínimo emblemático.

Com um Produto Interno Bruto – PIB que, em 2020, atingiu a surpreendente cifra de 636 bilhões de dólares (quase o dobro dos US\$ 383 bilhões de Israel e superior à renda nacional da Suécia, de US\$ 529 bilhões), é no mínimo paradoxal que um país ameaçado de constante (e iminente) invasão tenha despendido apenas 13,9 bilhões de dólares (2,2% do PIB) em sua defesa em comparação com Israel, que, no mesmo período, gastou 16,6 bilhões de dólares (4,3% do PIB).

Também chama a atenção que, em 1964, os efetivos (ativos) de Taiwan contavam com 600 mil militares (mais que o dobro dos 250 mil de Israel), e que em 2020 tenham sido reduzidos para apenas 163 mil soldados (um número equivalente aos 169 mil de Israel, entretanto com a substancial diferença de que Tel Aviv consegue, ao contrário de Taipé, mobilizar outros 465 mil em pouco mais de 48 horas).

Ademais, salta aos olhos que o número de carros de combate (CC) à disposição do Exército Taiwanês tenha sido drasticamente reduzido nos últimos anos, contando, em 2020, com apenas 565 unidades, cerca da metade do quantitativo disponível em 1964, e todos de modelos obsoletos, que, praticamente, não são mais utilizados pelos grandes exércitos (200 M-60 A3; 100 M-48 A5 e 265 M-48H; além de 100 blindados M-41/Type-64), comparados às 1.370 unidades israelenses (das quais 490 encontram-se em prontidão), sendo a maioria dos moderníssimos modelos Merkava Mk. IV (330 unidades) e III (160 unidades), de fabricação própria, além de 880 na reserva (660 Mk. III e 220 Mk. IV).

No que concerne à força aérea – componente armada vital, que muitos historiadores apontam como fator decisivo que impediu a suposta invasão germânica às Ilhas Britânicas na famosa Batalha da Inglaterra em 1939-1940 –, a situação de Taiwan é ainda mais preocupante. Taipé contava, em 2020, com 478 aviões de combate, sendo praticamente todas aeronaves com capacidade combativa extremamente limitada: 86 F-5E/F Tiger II (além de mais algumas unidades em estoque); 139 F-16A/B Falcon (versões já bastante ultrapassadas do icônico caça norte-americano, todos adquiridos em 1992); 55 Mirage-2000 e 127 de seu avião de ataque (de fabricação local) F-CK-1C/D Chung-Ku; além de 71 outros modelos.

Não obstante as recentes encomendas de 66 caças F-16V Block.70 Viper de última geração (equipados com radar de controle de tiro de primeira linha AESA APG-83) – quatro dos quais já entregues e operacionais –, mísseis de defesa aérea Patriot, navios detectores de minas submarinas, helicópteros Black Hawk, além de 18 torpedos Mk-48 (estes diretamente dos estoques norte-americanos) e outros equipamentos de menor envergadura, o rearmamento de Taiwan é, no mínimo, tardio e muito aquém de suas necessidades defensivas, e se distensionará (com exceção dos torpedos) em um prazo de entrega no mínimo preocupante em face da urgência da necessidade de tais equipamentos.

Vale lembrar que, em 1955, após diversas tentativas de invasão chinesa às ilhas (a chamada Crise do Estreito de Taiwan – 1954/1955),² o governo Eisenhower resol-

veu instalar bases americanas (e alocar efetivos norte-americanos) no arquipélago como forma de dissuadir (a exemplo da presença militar estadunidense na Coreia do Sul) qualquer aventura militar por parte de Pequim, ainda que uma segunda tentativa (igualmente frustrada) tenha sido realizada em 1958.^{3,4} Em 1979, porém, o governo Carter, em acordo com as lideranças chinesas, removeu todo o efetivo e os equipamentos que protegiam Taiwan,⁵ indicando (indiretamente) o afastamento (definitivo) dos EUA de um compromisso maior com a defesa das ilhas, não obstante o chamado “Ato de Relações com Taiwan”, aprovado pelo Congresso dos EUA, em abril de 1979, que exige que o país garanta ao arquipélago (permanentemente) a sua capacidade de autodefesa.

Desde então, uma certa dose de negligência, por parte dos governos democráticos que foram instalados no arquipélago após 1975, impediu que Taiwan, seguindo o exemplo de Israel (e também de outros países como a Suécia), desenvolvesse, de forma plenamente autônoma, as suas próprias defesas militares, conduzindo à atual situação de extrema vulnerabilidade que acomete Taipé (neste presente momento histórico), praticamente dependente do que se convencionou chamar de “Escudo de Silício”, ou seja, uma suposta proteção internacional fundamentada no fato de que o arquipélago produz mais de 40% de toda a fabricação mundial de *chips* semicondutores, essenciais para a indústria eletrônica global.

A posição de Taiwan como líder mundial na fabricação de *chips* semicondutores avançados (a gigante taiwanesa TSMC é líder do segmento, com 28% de participação no mercado global, seguida pela também taiwanesa UMC, com 13% de participação no mercado mundial, fazendo com que o país tenha ostentado, em 2020, 41% de toda a fabricação mundial de *chips* semicondutores, deixando para trás a chinesa SMIC, com 11%, e a sul-coreana Samsung, com 10%) atua como elemento singular de *dissuasão* para uma ação militar chinesa, uma vez que o impacto de uma guerra nessa região seria tão expressivo que a China seria obrigada a pagar um preço muito alto, incluindo danos a sua própria economia, considerando que o gigante asiático chinês depende, assim como o resto da economia mundial, de *chips* extremamente sofisticados que são fabricados em Taiwan. Por outro lado, além da enor-

me perturbação que traria para a cadeia de suprimentos de alta tecnologia global das maiores economias do mundo, uma eventual invasão (bem-sucedida) à ilha daria à China o controle sobre as fábricas de *chips* mais avançadas do mundo, algo que certamente os Estados Unidos e seus aliados tentariam evitar, mesmo que para isso fosse necessária uma intervenção bélica. (ADDISON; 2001)

Ainda assim – no campo militar propriamente dito –, Taiwan continua extremamente vulnerável a uma ação chinesa por absoluta ausência de meios próprios que assegurem uma defesa efetiva. Nunca é demais lembrar que a sobrevivência de Israel, de forma muito diferente de algumas narrativas (que insistem em uma pseudopredominância de um irrestrito compromisso de Washington), deveu-se exclusivamente à determinação de seu povo de se manter como nação independente, razão principal da obtenção (a um elevadíssimo custo) de armas nucleares (que, em última análise, garantiram a sobrevivência do Estado judaico no conflito de 1973) e, posteriormente, de meios mais adequados para o seu emprego (como mísseis balísticos e, mais recentemente, de cruzeiro lançados de submarinos), e da diversificação em relação a seus fornecedores de equipamentos militares (driblando, dessa feita, algumas restrições norte-americanas vigentes, particularmente na década de 1960), além da constituição de uma indústria bélica nacional de grandes proporções.

Na prática, poucas dessas iniciativas foram perseguidas pelo povo taiwanês, que preferiu apostar (ingenuamente) em uma democratização da China Continental (fato que simplesmente não ocorreu e, ao que tudo indica, não deverá acontecer), indicando, no mínimo, um futuro sombrio para o sonho democrático (e soberano) de Taiwan, assim como para as relações sino-americana-taiwanesas.⁶

Por fim, vale também anotar que Taiwan, ao lado da Coreia do Sul e de Singapura, foi um dos tigres asiáticos que obtiveram um surpreendente desenvolvimento econômico nos anos 1980 e seguintes. Diferente dos outros dois países, porém, Taipé optou por não investir na modernização e ampliação de suas Forças Arma-

das, deixando de ostentar, na atualidade, uma força de dissuasão semelhante à que a Coreia do Sul possui (em relação à Coreia do Norte e à China) e que Singapura (apesar de sua diminuta população e extensão territorial) apresenta, de um modo geral.

Mais do que nunca, parece ser válida, para o caso taiwanês, a famosa advertência do autor latino Publius Flavius Vegetius Renatus (século IV d.C.): “*si vis pacem, para bellum*” (se queres a paz, prepara-te para a guerra).

Pontos destacados no texto

1. Organização do Tratado do Sudeste Asiático (OTASE/SEATO)

A OTASE/SEATO foi essencialmente uma versão asiática da OTAN/NATO, criada em 1954 com objetivo de bloquear possíveis avanços comunistas no sudeste da Ásia e, posteriormente, extinta em 1977, em decorrência da derrota e do consequente desaparecimento da República do Vietnã (Vietnã do Sul) em 1975, e composta, originariamente, por Estados Unidos, França, Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia, Paquistão, Filipinas e Tailândia, além da República do Vietnã e do Reino do Laos também como observador.

2. A Primeira Crise do Estreito de Taiwan

A chamada Primeira Crise do Estreito de Taiwan foi um confronto armado de curta duração que ocorreu entre os governos da República Popular da China – RPC (China Continental) e da República da China (Taiwan). A RPC tomou as Ilhas Yijiangshan, forçando Taiwan a abandonar as Ilhas Tachen. Devido a tal fato, as Marinhas dos Estados Unidos e de Taiwan uniram-se para evacuar o pessoal militar e civil da República da China das Ilhas Tachen para Taiwan. Vale ressaltar que, embora as Ilhas Tachen mudassem de mãos o tempo todo durante a crise, os noticiários estadunidenses centraram-se quase que exclusivamente nas Ilhas Quemoy e Matsu, as quais se tornaram palcos de frequentes duelos de artilharia.

A distância de tais ilhas para Taiwan é de cerca de 150km. Apenas poucos quilômetros de mar, todavia, separam Quemoy de territórios controlados pela China na cidade de Xiamen, estando Matsu situada a uma distância similar de Fuzhou, o que torna tais ilhas visíveis do continente e alvos fáceis para peças de artilharia (KISSINGER; 2011).

A guerra civil chinesa havia diminuído em escala em 1949, com o governo de Chiang Kai-Shek, do Kuomintang (KMT) e 1,3 milhões de seus partidários abandonando a China Continental e criando um refúgio na ilha de Taiwan (também conhecida como Formosa) (USA. *The Taiwan Strait Crisis: 1954-55 and 1958*). Enquanto as hostilidades no oeste e sudoeste da China continuaram, o território sob a jurisdição da República da China foi efetivamente reduzido para Taiwan, Ilhas Pescadores e vários arquipélagos ao longo da costa sudeste da China. A Ilha de Hainan caiu para os comunistas em abril de 1950 e as Ilhas Choushan foram evacuadas pelos nacionalistas em maio de 1950, antes da Primeira Crise do Estreito de Taiwan.

Em 1949, o Exército de Libertação Popular intentou, em algumas ocasiões, tomar os arquipélagos de Matsu e Quemoy. Essas tentativas, todavia, foram rechaçadas por forças nacionalistas. Em 1950, estava sendo preparada uma nova invasão. Com o início da Guerra da Coreia, no entanto, o presidente norte-americano Harry S. Truman enviou a Sétima Frota para a região, o que adiou novas tentativas de tomada das ilhas (HENRY KISSINGER, ob. cit., p. 160-166).

Os arquipélagos de Matsu e Quemoy, situados no estreito de Taiwan, entre Formosa e a China Continental, eram a principal linha de defesa dos nacionalistas contra o Partido Comunista da China (PCC), tendo, por essa razão, sido amplamente fortificados por Chiang. As ilhas ao largo da costa da província de Chekiang eram vistas como uma excelente posição para recuperar o continente (USA. *The Taiwan Strait Crisis: 1954-55 and 1958*).

O início dos bombardeios ocorreu quando o secretário de Estado dos EUA, John Foster Dulles, voava para as Filipinas para reuniões necessárias à formação da Organização do Tratado do Sudeste Asiático (OTASE/SEATO), em um contexto no qual o presidente

estadunidense Dwight D. Eisenhower negociava um tratado formal de defesa mútua com Taiwan. A ofensiva da RPC fez com que três porta-aviões da Sétima Frota retornassem para a região, tendo Taiwan realizado ataques aéreos. O Tratado de Defesa Mútua EUA-Taiwan foi rubricado em 23 de novembro de 1954, mas aplicava-se apenas a Taiwan e às Ilhas Pescadores, um arquipélago situado a cerca de 40km a oeste de Taiwan. As Ilhas Quemoy, Matsu e outras ilhas próximas do continente quedaram fora.

Em 18 de janeiro de 1955, a RPC invadiu as Ilhas Dachen e as Ilhas Yijiangshan. A Sétima Frota norte-americana não tentou defender essas ilhas, limitando-se a ajudar na evacuação das forças nacionalistas, em um contexto no qual as tropas do Exército de Libertação Popular (ELP) não estavam autorizadas a atirar contra navios ou tropas estadunidenses. No final do mesmo mês, foi aprovada uma resolução pelo Congresso dos EUA autorizando o uso da força para a defesa de Taiwan, Ilhas Pescadores e “territórios relacionados” no Estreito de Taiwan, o que ampliava a proteção do país a Taiwan.

Um dos aspectos da crise foi a ameaça de utilização de bombas atômicas, que foi objeto de uma das declarações mais polêmicas de Mao Tsé-Tung:

O povo chinês não vai se deixar acovardar pela chantagem atômica norte-americana. Nosso país tem uma população de 600 milhões e uma área de 9.600.000km². Os Estados Unidos não podem aniquilar a nação chinesa com sua pequena pilha de bombas atômicas. Mesmo que as bombas atômicas fossem tão poderosas que, ao serem lançadas sobre a China, abrissem um buraco até o centro da Terra, ou explodissem o planeta, isso não significaria praticamente nada para o universo como um todo, embora pudesse ser um evento de magnitude para o sistema solar [...] se os Estados Unidos com seus aviões, mais a bomba atômica, lançarem um guerra de agressão contra a China, então a China, com seu painço, mas seus fuzis, sem dúvida emergirá vitoriosa. O povo do mundo inteiro nos dará apoio (USA, *The Taiwan Strait Crisis: 1954-55 and 1958*).

Em 15 de março de 1955, Dulles declarou que seria possível a utilização de armas nucleares de uso tático naquele confronto.

Nesse contexto, a China decidiu reduzir a intensidade do conflito. Em 23 de abril de 1955, Zhou Enlai declarou, em uma Conferência Asiática-Africana de Países Não Alinhados, em Bandung (Indonésia), que:

O povo chinês não quer entrar em uma guerra contra os Estados Unidos da América. O governo chinês está disposto a se sentar à mesa de negociações com o governo norte-americano para discutir a questão do relaxamento de tensão no Extremo Oriente, especialmente a questão do relaxamento de tensão na área de Taiwan. (USA, *The Taiwan Strait Crisis: 1954-55 and 1958*)

Logo na semana subsequente, a RPC encerrou os bombardeios.

Um dos resultados dessa crise foi que, durante a Conferência de Genebra de 1954, convocada para resolver a Guerra de Independência do Vietnã, a RPC e os EUA acordaram em estabelecer contatos por meio de funcionários consulares em Genebra (KISSINGER, 2011, p. 160-166).

3. A Segunda Crise do Estreito de Taiwan

A denominada Segunda Crise do Estreito de Taiwan teve início em 23 de agosto de 1958, quando a artilharia do Exército de Libertação Popular (ELP) passou a bombardear as Ilhas Quemoy e Matsu, localizadas no estreito, e ameaçar lançar uma invasão sobre elas. Mao Tse-Tung não tinha nenhum interesse em que a questão de Taiwan permanecesse adormecida, pretendendo, além de protestar contra o contínuo apoio dos Estados Unidos à República da China (Taiwan), mostrar sua independência da União Soviética (GLOBAL SECURITY. *Second Taiwan Strait Crisis*).

Referidos ataques causaram a implantação da Sétima Frota da Marinha estadunidense no estreito. Depois de algumas semanas críticas, durante as quais as ilhas ficaram em sério risco, os norte-americanos conseguiram estabelecer uma linha de abastecimento em

Quemoy, incluindo o desembarque aberto de artilharia que poderia lançar ogivas nucleares táticas.

A primeira fase de bombardeios durou semanas e, após uma breve pausa, os ataques foram retomados por 29 dias. Nos últimos dias, adotou-se o padrão de efetuar bombardeios apenas nos dias ímpares, manobra que Mao descreveu como um ato de batalha política (KISSINGER, 2011, p. 178).

O conflito resultou em cerca de 1.000 mortos e feridos (KISSINGER, p. 180) e terminou com um cessar-fogo entre as partes beligerantes. Os bombardeios, porém, continuaram de forma intermitente por mais de uma década (USA. *The Taiwan Strait Crisis*).

No início da crise, Mao Tsé-Tung afirmou que tais bombardeios seriam uma resposta chinesa à intervenção estadunidense no Líbano (Crise do Líbano de 1958), uma atitude que demonstraria sua oposição à política de coexistência pacífica sustentada pela URSS de Nikita Khrushchev à época. Zhou Enlai, entretanto, afirmou, em 5 de setembro do mesmo ano, que o verdadeiro objetivo de Pequim seria a retomada das conversações entre a China e os EUA ao nível de embaixadores, uma resposta ao rebaixamento do caráter daquelas negociações (KISSINGER, 2011, p. 167-168), em 1957, que ocorriam em Genebra desde o final da Primeira Crise do Estreito de Taiwan, em 1954. No dia seguinte, o embaixador dos EUA em Varsóvia foi indicado para representar seu país na retomada do diálogo (KISSINGER, 2011, p. 164, 168, 178-181).

Ao final da crise, Mao Tsé-Tung declarou:

Lutamos nessa campanha, que tornou os Estados Unidos dispostos a conversar. Os Estados Unidos nos abriram as suas portas. A situação não parece ser nada boa para eles, e vão se sentir nervosos dia sim dia não se não mantiverem um canal de diálogo conosco a partir de agora. Ok, então vamos conversar. Em relação à situação geral, é melhor resolver as disputas com os Estados Unidos por meio de conversa ou por meios pacíficos, porque somos um povo amante da paz (KISSINGER, 2011).

4. As considerações sobre o emprego de armas nucleares táticas durante a Segunda Crise do Estreito de Taiwan

Documentos tornados públicos recentemente indicam que algumas lideranças militares dos Estados Unidos defenderam, junto à Casa Branca, o estabelecimento de um planejamento contingencial, visando o emprego de armas nucleares táticas contra a China Continental durante a chamada Segunda Crise do Estreito de Taiwan, em 1958. Diversos relatórios divulgados pelo jornal *The New York Times* revelam a extensão das discussões, procedidas no âmbito do Pentágono, sobre o uso de armas nucleares para deter a invasão chinesa a Taiwan, incluindo planos (mais detalhados) para eventuais contra-ataques, com o emprego de munição nuclear, às possíveis agressões chinesas contra as bases militares estadunidenses na região, mormente as instalações (e o correspondente contingente de aproximadamente 30.000 militares) que foram construídas, a partir de 1955, pelo presidente Dwight David Eisenhower (1953-1961) na ilha, e que dispunham de armamento tático-nuclear como parte de um elemento dissuasivo contra agressões por parte de Pequim.

Com a vitória de Mao Tsé-Tung e do Partido Comunista Chinês em 1949 – após uma guerra civil em que as forças armadas do governo nacionalista, muito enfraquecidas em decorrência dos exaustivos combates com o Japão no contexto da Segunda Guerra Mundial e também pelo fato de que as forças soviéticas ainda ocupavam parte da Manchúria (permitindo à guerrilha comunista um santuário seguro e acesso quase irrestrito às armas, munições e equipamentos abandonados pelos japoneses), e adicionalmente sem um suporte econômico e militar mais amplo por parte dos EUA, sucumbiram à guerrilha maoísta –, Chiang Kai-Shek foi obrigado a se refugiar em Taiwan (buscando uma reorganização de suas forças e apoio econômico internacional para um almejado retorno triunfal ao continente). Ambos acreditavam (cegamente) que poderiam, em breve espaço de tempo, reunificar o território, tendo os dois lados, por essa razão, entrado em confrontos intermitentes nas décadas seguintes.

Nesse contexto – em que a política de defesa da China Nacionalista (Taiwan) passou a ser uma prioridade para Washington –, os EUA e a República Popular da China estiveram muito próximos de um conflito armado, particularmente durante a denominada Segunda Crise do Estreito de Taiwan, que ocorreu em 1958, quando chineses usaram artilharia contra as ilhas periféricas controladas por Taipé. Washington temia que o ataque pudesse ser um precursor de uma invasão em grande escala. O bombardeio se concentrou no grupo de ilhas Quemoy e Matsu, que ficam entre Taiwan e a China Continental e são vistos como as primeiras linhas de defesa de Taipé.

Embora fosse de amplo conhecimento que os EUA possuíam armamento nuclear tático em suas bases em Taiwan (assim como em instalações militares na Coreia do Sul), ocorreu, na oportunidade, um intenso debate nos círculos militares se Washington deveria (ou não) empregar armas nucleares para impedir uma possível invasão chinesa à ilha.

Alguns oficiais dos Departamentos de Estado e de Defesa dos EUA estavam preocupados que a eventual perda das ilhas Quemoy e Matsu pudesse conduzir a uma completa tomada comunista de Taiwan.

Em caso de ataque aéreo ou marítimo às ilhas taiwanesas, o general da Força Aérea dos EUA, Nathan Twining, afirmou que Washington teria que utilizar armas nucleares contra bases da força aérea chinesa, começando com armamento atômico de baixo rendimento, oscilando entre 10 e 15 quilotons. Se tal fato *per si* não levasse à interrupção do ataque da China Continental, os EUA não teriam alternativa a não ser a condução de ataques nucleares (mais amplos) no interior da China, cobrindo as principais cidades e instalações militares.

Documentos revelam que o chefe do Estado-Maior Conjunto dos EUA reconhecia que tal fato poderia vir a também (eventualmente) desencadear, por parte da União Soviética (ainda uma aliada de Pequim), uma retaliação nuclear contra as bases americanas em Taiwan e em Okinawa, no Japão, enfatizando que, se a política nacional era defender as ilhas costeiras, as eventuais consequências deveriam ser muito bem dimensionadas e eventualmente aceitas.

Um dos documentos menciona que, considerando que a China ainda não tinha desenvolvido suas próprias capacidades nucleares (o que somente veio a se concretizar com seu primeiro teste atômico, ocorrido em 1964), qualquer retaliação nuclear somente poderia partir de Moscou, possivelmente desencadeando, nesse cenário, um conflito global ainda mais devastador.

O documento principal afirma, ainda, que o Estado-Maior Conjunto dos EUA, bem como o general Twining, em particular, interpretavam o uso de armas atômicas como inevitável. Em uma sessão do Congresso, o general Laurence S. Kuter, o principal comandante da Força Aérea no Pacífico, afirmou que qualquer ação aérea dos EUA contra um ataque chinês nas remotas ilhas não teria chance de sucesso, a menos que armas atômicas fossem usadas logo no início.

Nesse sentido, é no mínimo curioso observar que o armamento tático nuclear que foi introduzido em 1955, particularmente na base americana em Taiwan (e que buscava exatamente dissuadir Pequim de proceder a uma nova aventura militar, após a Primeira Crise do Estreito de Taiwan, em 1954), não foi suficiente para impedir as (renovadas) cogitações chinesas em relação a uma nova tentativa de invasão (ainda que a ação não tenha ocorrido, em face da determinação de Eisenhower de se utilizar todos os meios para impedir o objetivo chinês). Com muito maior efetividade mostraram-se as armas nucleares táticas estacionadas nas bases americanas na Coreia do Sul, que, de fato, durante o período em que elas se encontravam (ostensivamente) naquela região, impediram novas investidas militares por parte de Pyongyang.

No final das contas, Eisenhower, o presidente dos EUA à época, hesitante quanto à real necessidade de usar armas nucleares, pressionou as forças americanas na região a manterem a ameaça militar por meio de armas convencionais. O massivo poder aéreo estadunidense (que, na oportunidade, já contava com os bombardeiros pesados B-52 Stratofortress), para muitos outros analistas, por si só já era motivo suficiente para impedir um desembarque exitoso por parte de Pequim. Ademais, a esmagadora superioridade naval

norte-americana também seria capaz de proteger o estreito (de aproximadamente 200km de largura), impossibilitando qualquer desembarque de forças chinesas, que sequer possuíam (à época) os meios anfíbios necessários para tal.

Por outro lado, a ideia de que os EUA (sem uma efectiva necessidade) arriscariam uma “troca nuclear” com os soviéticos por ilhas sem real valor militar não parecia sensata. Ainda assim, porém, a real cogitação do emprego de armas nucleares táticas contra o território chinês continental conduziu, de fato, a um acordo de cessar-fogo em 6 de outubro de 1958, quando Pequim finalmente entendeu que, sem a posse de armas nucleares próprias, jamais teria sucesso em uma tentativa de reunificar seu (pretenso) território pela força das armas, o que fez acelerar o seu programa bélico-nuclear.

Floresceu, dessa feita, uma segunda doutrina militar chinesa, que não mais desdenhava a utilidade das armas nucleares (passando Mao Tsé-Tung a entender melhor a resposta de Nikita Khrushchev – 1953/1964 sobre a sua argumentação de que os americanos seriam apenas um simplório e inofensivo “Tigre de Papel”: “o Tigre de Papel tem dentes nucleares”, retrucou imediatamente Khrushchev), abandonando Pequim (parcialmente) a sua primeira doutrina, que apregoaava a concepção do exército de “massas”, provido de gigantescos efetivos, ainda que com poder de fogo relativamente restrito (vale lembrar que, até a década de 1960, o Exército Popular do Povo ainda utilizava cavalos ao lado de seus tanques e blindados de combate), para a defesa impositiva de sua soberania (valendo lembrar que a China Continental não era reconhecida como um país independente e sequer tinha representação na ONU até 1971) e também para operações militares ofensivas.

Atualmente, após uma terceira e fracassada tentativa de reunificar o território, na chamada Terceira Crise do Estreito de Taiwan, em 1996, durante a administração Clinton (1993-2001), a liderança chinesa, muito impressionada com o estrondoso sucesso estadunidense durante a Guerra do Golfo, em 1991 – quando as forças americanas (e de uma coalizão) conseguiram, em apenas 72 horas de combates terrestres, derrotar o

Exército Iraquiano, que, à época, era o quinto maior exército do mundo –, a China finalmente entendeu que necessitava alterar, pela terceira vez, sua doutrina militar, investindo pesadamente em tecnologia bélica e modernizando (bem como ampliando) suas capacidades navais e aeroespaciais, tornando suas forças armadas mais compactas e assemelhadas às dos EUA e da Rússia (esta na condição especial de herdeira da finada URSS).

Em seu discurso em janeiro de 2019, o presidente chinês, Xi Jinping, advertiu que tomaria todos os meios necessários e não renunciaria ao uso da força para reunir Taiwan ao continente chinês.

Pequim continua a reivindicar total soberania sobre Taiwan, uma sólida democracia de quase 24 milhões de pessoas, localizada na costa sudoeste da China Continental.

Muito embora os dois lados tenham sido governados separadamente por mais de sete décadas, há apenas alguns anos Taipé – constatando a total impossibilidade de reunificação em seus termos – passou a cogitar tornar-se um país independente. Pequim, por seu lado, insiste, em sinérgica contraposição crítica, que, ainda nos próximos anos, Taiwan e seus 24 milhões de habitantes serão incorporados (mesmo que mediante emprego da força militar) à sua soberania (em uma situação assemelhada ao Tibete), aproveitando-se, inclusive, do fato de que não há mais na ilha bases (e efetivos) norte-americanos e que todo o armamento nuclear dissuasivo foi retirado na década de 1970.

5. O restabelecimento das relações diplomáticas entre a República Popular da China e os Estados Unidos em 1979 e o fechamento das bases militares norte-americanas em Taiwan

O arquipélago de Taiwan possuía bases militares estadunidenses instaladas em seu território desde 1955, mas a Sétima Frota da Marinha estadunidense já patrulhava rotineiramente o estreito que separa a ilha do continente desde o início da Guerra da Coreia (1950-1953). Juntas, essas forças formavam um amplo com-

ponente dissuasório contra qualquer tentativa de invasão por parte da República Popular da China – RPC. As bases localizadas no arquipélago também foram de grande auxílio aos próprios norte-americanos durante a Guerra do Vietnã (1964-1975), quando o número de tropas estacionadas no território subiu gradualmente até atingir 30.000 militares.

O Comunicado de Xangai, todavia, publicado pelos EUA e pela RPC em 28 de fevereiro de 1972, durante a visita do presidente estadunidense Richard Nixon à China Continental, estabeleceu que as tropas e os equipamentos bélicos norte-americanos em Taiwan seriam gradualmente retirados. Ainda em 1972, Nixon ordenou a retirada de todo o armamento nuclear da ilha e, em abril de 1973, após as tropas estadunidenses terem saído do Vietnã do Sul, o número de efetivos norte-americanos estacionados no arquipélago declinou para 12.000 homens.

No Comunicado Conjunto de Estabelecimento de Relações Diplomáticas, datado de 1º de janeiro de 1979, os EUA transferiram o reconhecimento diplomático de Taipé para Pequim. Com essa atitude, reiteraram a posição da RPC de que existe apenas uma China e que Taiwan (ou a chamada República da China) faz parte dela.

Após o citado reatamento completo das relações diplomáticas entre os EUA e a RPC, a última cerimônia militar estadunidense na ilha ocorreu em 26 de abril de 1979, com o último soldado deixando Taiwan em 3 de maio do mesmo ano.

6. As relações EUA-China-Taiwan

Ao longo das últimas décadas, muitas empresas transnacionais (com matriz nos Estados Unidos) transferiram parte (ou mesmo a totalidade) de suas operações para a China, criando, entre ambas as nações, uma intrincada relação de interdependência, uma vez que parte considerável da economia chinesa depende diretamente da produção local de indústrias norte-americanas, ao mesmo tempo em que o mercado consumi-

dor dos EUA também depende (em boa parte) de itens produzidos em fábricas localizadas no país asiático.

Apesar da dimensão da transferência (indireta) de capitais estadunidenses, Washington apostou que Pequim, gradualmente, migrasse seu sistema econômico (supostamente uma forma de “capitalismo de Estado”) para o capitalismo liberal (ou neoliberal), integrando-se plenamente à Nova Ordem Mundial, inaugurada em 1991, com o fim da chamada Primeira Guerra Fria (1947-1991), e a correspondente extinção da União Soviética.

De forma muito diferente da expectativa norte-americana, porém, a China apenas se utilizou das empresas ocidentais e da consequente transferência de capitais para, protegendo a sua própria indústria, limitar o acesso estrangeiro (e, especialmente, estadunidense) ao mercado chinês, ao mesmo tempo em que seu parceiro exportador tornou refém os mercados europeu e norte-americano, permitindo àquele outrora país subdesenvolvido transformar-se na segunda potência econômica do planeta, passando a China a competir com os EUA (e com a Europa, Japão e Coreia do Sul) em praticamente todos os setores, com ênfase nas áreas econômica e comercial, e alcançando, mais recentemente, também as esferas política e militar.

A China desempenha um trabalho ‘formidável’ em busca da liderança global, sendo um ‘adversário autoritário’, que faz uso de ‘repressão, roubo de propriedade intelectual, ataques a vizinhos e busca pelo aumento da influência (...). O resultado da competição com Pequim será um ponto crucial para a segurança nacional dos Estados Unidos. (WILLIAM BURNS, chefe da CIA, durante sabatina no Congresso Americano em 24 de fevereiro de 2021. *O Globo*, 25 fev 2021, p. 20)

Nesse sentido, vale destacar que Pequim, a partir da chegada de Xi Jinping ao poder em 2012, sentiu-se confortável para implantar um ambicioso plano estratégico, que consiste em ultrapassar os EUA, como a maior potência mundial, em todas as áreas até 2050.

Um plano que, ao se tornar ostensivo, passou a desagradar (mais abertamente) as lideranças de Washington, que passaram (lentamente) a criar barreiras para o expansionismo chinês, com a maior destas refletindo-se sobre a autonomia da ilha de Taiwan, local onde, em 1º de janeiro de 1912, Chiang Kai-Shek ajudou a destituir do poder a Dinastia Qing, em parceria com Sun Yat-Sen (o primeiro presidente provisório da República da China), e para onde igualmente Chiang Kai-Shek se retirou, quando Mao Tsé-Tung e as forças comunistas expulsaram os nacionalistas de Pequim, fundando, em 1º de outubro de 1949, no continente, a República Popular da China (RPC).

Desde 1949, os chineses afirmam que Taiwan não passa de uma província rebelde (muito embora a República da China, com capital em Taipé, tenha sido criada antes da RPC, em 1º jan 1912, e sua atual constituição date de 1947), com Xi Jinping aumentando muito o tom das ameaças nos últimos anos, inclusive afirmando (publicamente) que, se for preciso, não hesitará em empregar a força militar para incorporar a ilha ao seu território continental. Não por outra razão, sob o ponto de vista chinês, o impasse sobre Taiwan constitui-se no maior obstáculo para a melhoria de suas relações com os EUA.

Durante a administração do presidente Donald Trump (2017-2021), os EUA se aproximaram ainda mais de Taiwan, fazendo valer a lei estadunidense que assegura a defesa da ilha até que se encontrem meios adequados e pacíficos para uma possível reunificação que assegure a manutenção do regime democrático para o povo taiwanês.

Neste contexto, durante a administração Trump, foi formalizada a venda de armas e equipamentos militares em valores que ultrapassaram os US\$ 10 bilhões de dólares, com o presidente Joe Biden assegurando, por intermédio do secretário de Defesa, o general Lloyd Austin, que o compromisso norte-americano com a defesa de Taiwan não apenas continuará, como se intensificará ainda mais. Oportuno pontuar que, no dia 21 de janeiro de 2021, o general Austin, durante um testemunho prestado no Senado dos EUA, textualmente afirmou que defenderá uma postura mais enérgica para deter aquilo que classificou como ações agressivas

e coercivas da China. Ele falou também que os EUA precisam ter uma presença mais firme na região do Indo-Pacífico, baseada em novos conceitos operacionais, declarando, ainda, que irá revisar todos os aspectos relacionados com a presença norte-americana no Pacífico, com o objetivo de criar uma força militar mais dinâmica e presente para conter a expansão chinesa na região.

Como o general Austin referiu-se especificamente a questões de infraestrutura, alguns analistas acreditam que os EUA possam estar prestes a ampliar instalações militares existentes ou até mesmo a inaugurar novas bases na região. Quando questionado especificamente sobre Taiwan, o general Austin foi taxativo, afirmando que manterá a política estadunidense de garantia da autonomia de Taiwan, frente aos avanços da China (cf. Canal *Hoje no Mundo Militar*, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yTT-t48I_LE, acesso em: 17 fev 2021).

A competição com a China vai ser dura. Temos que agir contra os abusos econômicos e a coerção do governo chinês. (...) (JOE BIDEN; Reunião do G-7 e Conferência de Segurança de Munique, *O Globo*, 2021, p. 24)

Sobre o tema, vale recordar que, em 1971, o então secretário de Estado americano, Henry Kissinger, embarcou em um voo em Washington que fez escalas no Vietnã, na Tailândia, na Índia e no Paquistão (onde fingiu estar doente), com o propósito de despistar a imprensa sobre o destino final: Pequim.

Era o início da famosa viagem secreta que abriu caminho para o estabelecimento das relações diplomáticas entre EUA e China, no contexto de uma estratégia destinada a isolar a URSS, aumentando o “abismo” entre as duas diferentes vertentes do comunismo global.

Meio século passado, o presidente Joe Biden descreve as relações sino-americanas como de “competição extrema”.

Com apenas quatro dias de governo, o Departamento de Estado repreendeu Pequim (em 24 de janeiro de 2021) pela pressão sobre Taiwan, e reiterou seu apoio “sólido como uma rocha” ao território que a China considera uma província rebelde.

Segundo Bonnie Glaser, especialista em China do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais em Washington (*O Globo*, 28 fev 2021, p. 34), “a impressão é de que o governo Biden é sensível a não ser visto pela China como um líder fraco”, desconectando-se do legado do governo Obama, sendo certo que há uma visão de que, na crise financeira global de 2008, a China tirou vantagem dos EUA em um período difícil, quando os chineses avaliaram que os EUA estavam começando a entrar em declínio de poder perceptível, e que hoje, segundo Yang Jiechi, principal autoridade chinesa em política externa, “ninguém pode deter o rejuvenescimento da nação chinesa”, em uma rejeição às propostas de contenção do poder chinês que circulam em Washington.

A visão em Pequim é que a pretensão dos EUA em mostrar força é, de certa forma, descolada da realidade, após a caótica eleição presidencial, a invasão do Capitólio e o descontrole da pandemia, que já deixou mais de meio milhão de mortos, em contraste com a China, onde o vírus ficou sob controle e a economia manteve o ritmo de crescimento, ainda que em ritmo mais lento (2,3% em 2020).

Única grande economia a registrar expansão do PIB em 2020 (2,3%), a China volta-se para uma estratégia econômica cautelosa, mas nem por isso menos ambiciosa. A ênfase é no consumo doméstico, na busca da autossuficiência e no investimento em inovação tecnológica. São objetivos já apontados nos últimos anos, com o propósito de reduzir a dependência do comércio exterior, mas que ganharam força devido às incertezas provocadas e pela intensificação da competição estratégica com os EUA. (NINIO, *O Globo*, 2021)

Segundo a Casa Branca, em sua primeira conversa com o presidente da China, Xi Jinping, Biden citou quatro “preocupações fundamentais”: repressão em Hong Kong, práticas econômicas desleais, violações de

direitos humanos contra etnias muçulmanas na província de Xinjiang e “ações crescentemente assertivas na região do mar Meridional, incluindo movimentos contra Taiwan”.

Antigo foco de tensão, Taiwan voltou a ser visto como potencial estopim de uma guerra envolvendo os EUA, em meio a crescentes manobras militares chinesas em torno do território. A possibilidade de um ataque chinês para reunificar a ilha com o continente, para alguns analistas, tornou-se mais plausível com a ascensão do nacionalismo sob Xi Jinping, o líder com mais poderes desde Mao Tsé-Tung.

Xi já disse que Taiwan “deve e será reunificado com a China”, e que a ação, nesse sentido, não deveria passar para as próximas gerações. Embora tais declarações sugiram “certa impaciência”, não significam urgência em agir, acredita Bonnie Glaser. Um ataque chinês, disse ela, resultaria “numa grande guerra entre EUA e China, que não ficaria confinada ao Estreito de Taiwan”. Para Zhao Hai, diretor do Programa de Política Internacional da Academia Chinesa de Ciências Sociais (ACCS), “o perigo de uma guerra é real” devido à crença de setores em Washington de que a reunificação significaria abrir mão da supremacia americana na região da Ásia-Pacífico.

Lonnie Henley, até 2019 o principal analista de China do Pentágono e hoje professor da Universidade de Washington, afirma que o Exército chinês se prepara há 20 anos para o dia em que precisar usar a força para retomar Taiwan, mas que a opção militar é o plano B:

Pequim acredita que o contínuo crescimento da economia tornará a China forte o suficiente para atrair a população de Taiwan e absorver a ilha em seu território sem a necessidade do uso de força militar.

Em relação ao ritmo de construções navais da China, com a Marinha chinesa tendo anunciado que, até 2030, terá 100 navios a mais do que a Marinha dos EUA, o general Austin confidenciou que pretende revisar todos os estudos atuais sobre construções navais nos EUA, com o objetivo de calibrar e aumentar o ritmo de trabalho dos estaleiros norte-americanos, visando impedir eventuais riscos para a livre navegação no Pacífico.

Referências

ADDISON, Craig. **Silicon Shield:** Taiwan's Protection Against Chinese Attack. 2001, p. 239.

BIDEN, Joe. **Reunião do G-7 e Conferência de Segurança de Munique.** O Globo, 20 fev 2021, p. 24.

BREJNEV, LEONID. **Peace, Détente, and Soviet-American Relations:** A Collection of Public Statements. Political Science, 1979, p. 222.

GLASER, Bonnie. O Globo, 28 fev 2021, p. 34.

GLOBAL SECURITY. **Second Taiwan Strait Crisis.** Disponível em: https://www.globalsecurity.org/military/ops/que-moy_matsu-2.htm. Acesso em: 6 set 2022.

HOJE NO MUNDO MILITAR. “Aumentaremos a pressão sobre a China e não abandonaremos Taiwan!”, Gen Lloyd Austin, Sec. da Defesa. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yTT-t48I_LE. Acesso em: 17 fev 2021.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China.** Rio de Janeiro, Objetiva, 2011, p. 560.

NINIO, Marcelo. **China Busca Mais Autossuficiência e Maior Controle de Hong Kong.** O Globo, 4 mar 2021, p. 21.

UNITED STATES OF AMERICA. **The Taiwan Strait Crisis: 1954-55 and 1958.** Office of the Historian, Bureau of Public Affairs, United States Department of State. Disponível em: <https://history.state.gov/milestones/1953-1960/taiwan-strait-crises>. Acesso em: 6 set 2022.

BURNS, William. **Chefe da CIA, durante sabatina no Congresso Americano em 24 de fevereiro de 2021.** O Globo, 25 fev 2021, p. 20.

A dimensão política e estratégica da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial

Fernando Luiz Velasco Gomes*

Antecedentes – o caminho para a guerra

Comemoraram-se, no ano de 2020, 75 anos do término da Segunda Guerra Mundial (II GM), tendo sido o maior conflito bélico de todos os tempos. Foi uma guerra em que houve operações que se iniciaram com o uso de cavalos e lanças, durante a invasão da Polônia, em 1939, e terminaram com a explosão de dois artefatos nucleares, no Japão em 1945, iniciando a Era Atômica.

Esse conflito se desenvolveu em escala global, abrangendo, direta ou indiretamente, quase todos os continentes e oceanos do globo, com vários teatros de operações (TO), constituindo-se, verdadeiramente, em uma guerra da Era Industrial, com danos materiais e humanos em escalas inimagináveis, entremeada por ideologias irreconciliáveis, migrações e campos de extermínio.

O Brasil não foi poupadão dessa catástrofe, optando por declarar guerra às potências do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), constituindo a Força Expedicionária Brasileira (FEB), o Grupo de Aviação de Caça, a Esquadriglia de Ligação e Observação e tendo a Marinha do Brasil integrada à IV Frota Americana no Atlântico Sul, cujo quartel-general se encontrava em Recife.

No que se refere à participação da FEB, cabe destacar que nossos soldados tiveram que lutar sob uma nova doutrina, combatendo em terreno montanhoso e em localidades, enfrentando temperaturas negativas, e, em certa medida, desacreditados por segmentos da própria sociedade brasileira, sendo a última experiência do Exército Brasileiro em guerra convencional, demonstrando o excepcional valor do homem brasileiro em campanha.

Para se entenderem, porém, as causas remotas e imediatas desse conflito, faz-se necessário remeter-se ao término da Primeira Guerra Mundial (I GM) e ao período que se seguiu até o ano de 1939, o “Entreguerres”, que, segundo Edward H. Carr, em sua obra *Vinte Anos de Crise* (1919-1939), foi o prelúdio da II GM.

A construção da paz em Versalhes, a partir de 1920, não se mostrou eficaz, pois os vencidos ficaram incapazes de adotar outras opções, distintas da velha postura revanchista presente nas causas da Grande Guerra (1914-1918). Surgiram regimes totalitários, a exemplo do comunismo, do fascismo e do nazismo, eivados por um nacionalismo exacerbado, um ateísmo visceral e um desprezo aos valores humanistas. Dessarte, a crise de 1929, que abalou as estruturas do mundo capitalista das democracias liberais, imobilizou as opções democráticas às nações, notadamente aquelas asfixiadas pelas responsabilidades impostas pelos vencedores da

* Cel Art (AMAN/1985, EsAO/1993, ECEME/2005, CPEAEx/2011). Pós-graduado em História Militar Brasileira pela UNIRIO/2017. Atualmente, é instrutor da ECEME.

I GM, ou assoladas pelo colonialismo e pelo subdesenvolvimento.

A década de 1920, no Brasil, foi repleta de motivações e movimentos que levaram o país a uma mudança de rumos, a começar pela Semana de Arte Moderna, durante a qual os intelectuais brasileiros desejavam demonstrar que a nação carecia de uma direção cultural própria a ser tomada, em uma época de mudanças.

Paralelo a esse movimento, a jovem oficialidade das Forças Armadas arvorou-se semelhante aos “Jovens Turcos”¹ para mudar o país, o que foi precipitado pelas últimas administrações oligárquicas da Primeira República, associado à Quebra da Bolsa de Nova York, conduzindo o Brasil ao ambiente revolucionário de cunho autoritário, semelhante ao itinerário ideológico trilhado por várias nações do mundo à época.

Muitos desses oficiais do “Movimento Tenentista”² viriam a participar da II GM, com atuações importantes na estratégia e política nacionais, quando estas se afinaram com o mundo ocidental do pós-guerra.

Tais tendências autoritárias não ficaram restritas ao continente europeu ocidental, grassando no Leste Europeu, Ásia, América e África: quase todo o mundo soçobrou a uma ou outra forma de despotismo, tendo a democracia declinado no Ocidente, de acordo com as circunstâncias e o momento de cada nação.

Contendas próprias do regionalismo político brasileiro puseram fim a acordos e acertos partidários, aprofundando cisões entre as elites nacionais, somadas à Crise de 1929, conduzindo o país à ruptura institucional de 1930, mudando o rumo da política no Brasil, introduzindo-o, de fato, no século XX. O Brasil passou a ter um regime com semelhanças importantes com os regimes autoritários em voga no mundo, fruto da conjuntura do Entreguerras (1919-1939).

A ascensão de Hitler ao poder na Alemanha, em 1933, implementou a expansão alemã pela Europa em busca de seu Espaço Vital (*Lebensraum*), fomentando um desenvolvimento bélico sem precedentes, notadamente quanto ao emprego em campanha de grande mobilidade das forças armadas (*Blitzkrieg*), com a correnteza da valorização do conceito da superioridade étnica (pangermanismo) e de uma aversão figadal ao comunismo, ao liberalismo e à democracia.

Ao mesmo tempo, no Brasil, o Movimento Comunista Internacional, por intermédio de um dos integrantes do tenentismo, Luís Carlos Prestes, articulou um golpe semelhante ao que ocorreu em Petrogrado, comprovando que uma das opções para a solução de problemas oriundos das décadas de 1920 e 1930 seria a via autoritária. Dessa feita, o país, e em especial o Exército, foi alvo da Intentona Comunista de 1935, uma ação que marcou de forma indelével a percepção das Forças Armadas e da sociedade brasileira como um todo a respeito dos extremismos ideológicos.

Ao extremismo dos movimentos de esquerda contrapôs-se o da direita, a exemplo da Ação Integralista Brasileira (AIB). Esse movimento, germanófilo e com alguma afinidade com o desenho ideológico de Mussolini, prosperou no seio da sociedade nacional, tendo-se constituído no maior partido de massa brasileiro na década de 1930, obstando que o Brasil pendesse para a defesa dos interesses hemisféricos capitaneados pelos Estados Unidos da América (EUA). Não faltou a esse movimento uma intenção de tomada de poder, tal qual a perpetrada pela esquerda em 1935, conduzindo, dentro dos palácios do Catete e da Guanabara, a Intentona Integralista de 1938, levando o governo Vargas ao endurecido Estado Novo, este oscilante entre o apoio aos Aliados ou ao Eixo.

Na Europa, por pragmatismo ou por temor ao enfrentamento contra o poderio militar alemão, as lideranças democráticas, notadamente da Inglaterra durante a gestão Chamberlain, permitiram que Hitler levasse ao extremo suas ambições políticas e militares. O ponto de ruptura dessa política de apaziguamento deu-se em 1º de setembro de 1939, com a invasão da Polônia, dando início à II GM.

As hostilidades ocorreram limitando-se à chamada *Sistkrieg* – guerra de mentira. Os combates restringiram-se, em grande medida, à guerra submarina, às ações aéreas contra bases militares e aos esporádicos combates entre navios de guerra. Mesmo assim, a Alemanha desferiu golpes contundentes contra a Noruega, a Dinamarca, a Bélgica, a Holanda e a França, derrotando-as uma após outra.

O Brasil seguiu, porém, sua política de neutralidade, aos moldes do início da I GM, embora os conten-

dores desrespeitassem, a todo momento, essa postura neutral dos países americanos. Esse foi o caso da caça ao cruzador-encouraçado alemão *Admiral Graf Spee* em águas territoriais do Uruguai e o do cargueiro alemão *Wakama*, afundado por sua tripulação, quando ia ser atacado por uma belonave inglesa em águas brasileiras. Situações similares ocorriam com a utilização do “direito de visita” por navios de guerra ingleses sobre navios mercantes brasileiros. A todo momento, portanto, a postura de neutralidade do Brasil sofreu fortes pressões.

Essa atitude dos beligerantes em relação à neutralidade da América provocou a II Reunião de Chanceleres, em Havana, no ano de 1940, da qual resultou o princípio de que um ato de hostilidade a um país americano se estenderia aos demais, sendo o Brasil simpático a essa tese. Demonstra-se, pois, dessa forma, a inclinação natural do Brasil à defesa hemisférica ocidental. Assim, diante do ataque japonês à base americana de Pearl Harbor, no Havaí, em 7 de dezembro de 1941, o governo brasileiro prontificou-se em solidarizar-se com os EUA, rompendo relações diplomáticas e econômicas com os países do Eixo.

Na esteira desses acontecimentos, pôs-se em curso a estratégia alemã baseada na sua força de submarinos, visando paralisar as rotas marítimas de comunicações e comércio que abasteciam os Aliados, contabilizando um número expressivo de embarcações afundadas e vítimas fatais. Tal conjuntura conduziu o Brasil a um posicionamento pró-Aliados, aderindo à Carta do Atlântico, em 2 de setembro de 1940, reconhecendo a existência do “estado de beligerância”, em 24 de agosto de 1942, seguindo-se a declaração do “estado de guerra” em 31 de agosto de 1942.

O Brasil em guerra

As dificuldades que o Brasil enfrentou com a preparação para a guerra passaram pela mudança da doutrina militar, da francesa para a americana, bem como outras transformações no nível estrutural do país. Nesse mister, destacam-se a criação da Coordenação de Mobilização Econômica e da Comissão de Defesa Brasil-Estados Unidos para o estudo da ação das forças norte-americanas e brasileiras, concluindo pela necessidade de um comando único para as operações aeronavais no Atlântico Sul.

Com a finalidade de consolidar esses entendimentos, registrou-se o encontro histórico do presidente dos EUA, Franklin Roosevelt, com o mandatário brasileiro, Getúlio Vargas, na cidade de Natal, em fevereiro de 1943. Tal evento viria a sinalizar a dimensão política da opção tomada pelo país ao ombrear com os Aliados, além da importância estratégica do Saliente Nordestino, mais tarde batizado de Trampolim da Vitória.

A nova postura brasileira proporcionaria aos Aliados recursos naturais de vital importância estratégica, associados ao deslocamento para a Amazônia de um número considerável de migrantes nordestinos, os *Soldados da Borracha*, contribuindo também para a ocupação de um importante anecúmeno nacional.

Coube à Marinha do Brasil desempenhar um papel relevante na Batalha do Atlântico, pois a posição geopolítica e geoestratégica do litoral do país, debruçado sobre o Atlântico Sul e em sua “Cintura Atlântica” de Natal a Dakar, clamou por uma responsabilidade definitiva dessa força. Logrou-se, assim, projetar o interesse nacional sobre um espaço oceânico consubstanciado em uma das áreas do atual Entorno Estratégico Brasileiro: o Atlântico Sul.

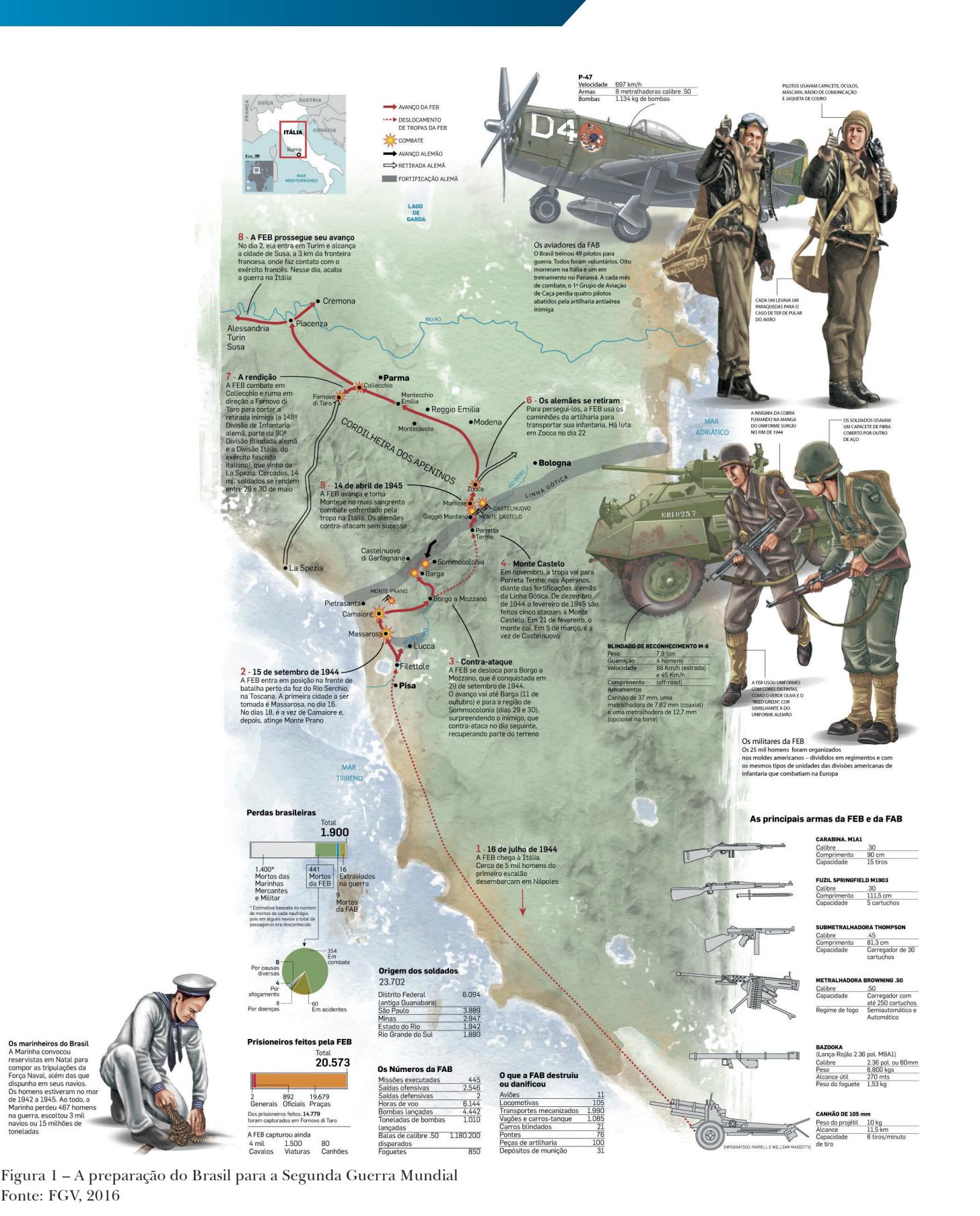


Figura 1 – A preparação do Brasil para a Segunda Guerra Mundial
Fonte: FGV, 2016

Preparado o Brasil para a guerra, despachou-se para a Itália a FEB, escoltada por comboios da nossa Marinha. No desenrolar dos acontecimentos, foi criado o Ministério da Aeronáutica, em 1941, preparando e adestrando o pessoal na Escola de Aeronáutica no Campo dos Afonsos. Por intermédio do processo do *lend-lease*,³ foram fornecidos pelos EUA mais de trezentas aeronaves de treinamento, caças e bombardeiros, tornando a Força Aérea Brasileira (FAB) um vetor de projeção de poder diferenciado no subcontinente sul-americano.

O pregaro e o adestramento da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIEx) ficaram sob a responsabilidade do general Mascarenhas de Moraes, nomeado seu comandante em 28 de dezembro de 1944, por intermédio da mobilização de elementos da 1ª, 2ª e 4ª Regiões Militares e concentrados no Rio de Janeiro.

Ao final de maio de 1944, a FEB encontrava-se aprestada para o embarque, a despeito da postura dos incrédulos, que diziam “ser mais fácil uma cobra fumar do que a 1ª DIEx embarcar”. Tal fato seria o motivador maior da adoção, pela FEB, de seu símbolo característico, a serpente fumando.



Figura 2 – O Brasil na campanha da Itália

Fonte: FGV, 2016

Assim, às 14h22min do dia 16 de setembro de 1944, a FEB entrou em ação com o primeiro tiro de artilharia no Monte Bastione, localizado ao norte da cidade de Luca, na Toscana, atingindo com precisão seu alvo, assinalado em Massarosa. Não sem motivo, essa elevação empresta o seu nome como designação histórica ao 21º Grupo de Artilharia de Campanha, tradicional unidade de nosso Exército. Na sequência das operações, antes da chegada do inverno, a FEB conseguiu desalojar as forças inimigas localizadas ao longo de Porreta Terme, importante eixo de transporte para Bolonha, prosseguindo na conquista das localidades do vale do rio Sercchio, tomando Fornaci no dia 6 de outubro, encerrando suas atividades nessa área em 31 de outubro de 1944, libertando cerca de 60 cidades italianas.

Novos escalões da FEB chegaram e estacionaram em Pisa, contribuindo para a tomada definitiva de Porreta Terme. No dia 21 de novembro, começou o ataque a Monte Belvedere e a Monte Castelo. O inverno já começava a se manifestar, exigindo uma ação rápida. Em 12 de dezembro de 1944, portanto, o 1º Regimento de Infantaria (1º RI) e outras unidades prosseguiram no combate sem sucesso. O comando aliado decidiu, em 30 de dezembro, suspender as operações ofensivas, passando à defensiva, cabendo à FEB a missão da manutenção de uma linha do rio Reno, a fim de evitar que o inimigo ocupasse a rodovia de Porreta Terme a Bolonha. Durante o inverno, várias missões de patrulha foram desencadeadas pelas linhas alemãs, e, segundo Frota (2000):

Os nossos soldados passaram momentos difíceis em virtude do ambiente de guerra, dos perigos adrede preparados e do frio intenso (menos 18 °C) não bem conhecido pelos brasileiros. Representou uma escola prática aos nossos “pracinhas”, que, aplicando o “jeito” bem brasileiro, adaptaram-se às circunstâncias, transformando-se de bisonhos habitantes dos trópicos em autênticos veteranos à altura da importância da missão que lhes era imputada. (FROTA, 2000, p. 652)

A primavera deu lugar ao inverno com uma campanha ofensiva, que visava desalojar os alemães das alturas dos Apeninos para conquistar Bolonha e recalcá-los na direção do Passo Brenner, importante região de passagem nos Alpes. Nessa oportunidade, os plane-

jamentos da 1ª DIEx tiveram a assinatura do tenente-coronel Castello Branco, liderança organizacional do Exército e futura liderança estratégica da nação, demonstrando o celeiro de líderes produzidos pela FEB durante o conflito.

Seguiram-se as contundentes vitórias da FEB na Itália, com destaque para Monte Castelo, Montese e a rendição da 148ª Divisão de Infantaria alemã, em Fornovo. A esse episódio, referiu-se o general Mark Clark, comandante do 5º Exército Americano, que enquadra a FEB na Itália, como um “magnífico final de uma atuação magnífica”. Combatendo em solo europeu, os militares brasileiros tiveram a oportunidade de aprofundar a noção de pertencimento ao mundo ocidental, conhecendo o legado cultural disponível em solo italiano.

Tais situações tiveram, como primeiro objetivo, amenizar as agruras do combate e, também, proporcionar a vivência e o contato com museus, sítios e monumentos históricos e obras de arte, conforme se lê no trabalho de César Campiani Maximiano, *Sul do Norte ou Norte do Sul? Ideologias e inflexões na cultura estratégica brasileira*. Pode-se constatar, desta feita, um processo de aculturação por parte dos combatentes que se encontravam em plena sintonia, na coesão com outras forças aliadas.

Egressos de um conflito em que a noção de pertencimento à comunidade cultural ocidental foi amplamente consolidada, os veteranos brasileiros tiveram papel fundamental na elaboração de políticas que, durante a Guerra Fria, definiram o posicionamento do país no que diz respeito às relações internacionais. (MAXIMIANO, 2014)

O retorno da FEB e da democracia

De volta da guerra, os militares brasileiros que participaram do conflito, nos seus diversos postos e graduações, viriam a contribuir para a consolidação da opção estratégica adotada em prol da defesa do hemisfério ocidental. Registraram-se exemplos de atuações incontestes, desde o seu comandante, o marechal Mascarenhas de Moraes, passando por Castello Branco, Cor-

deiro de Farias, Elza Cansanção e Frei Orlando, além dos feitos emblemáticos protagonizados pelo aspirante Mega e pelo sargento Max Wolf Filho, e de outras atuações anônimas.

À medida que os Aliados conseguiam suas vitórias contra os países do Eixo, o governo Vargas e o Estado Novo tornavam-se enfraquecidos, já se notando a adoção de mudanças em sua narrativa. A sociedade brasileira, movida pelo sucesso da FEB contra o nazifascismo, saboreou uma onda de democracia, que logo viria a contagiar o país, descontinuando-se uma nova solução política para o Brasil, o que desembocaria no fim do Estado Novo.

O alinhamento natural do governo Dutra com o Ocidente, em especial com os EUA, foi facilitado, em certa medida, pelo excelente trânsito de militares brasileiros em estágios nos Estados Unidos, durante e após a II GM. Essa opção estratégica contribuiu, sobremaneira e adicionalmente, para a importante atuação brasileira na gênese da Organização das Nações Unidas (ONU).

Embora o Brasil tenha tido uma participação importante na Campanha da Itália, no que se refere aos aspectos operacionais, e tenha contribuído de forma geoestratégica com a alocação de bases militares no Saliente Nordestino, possibilitando uma projeção de poder sobre o Atlântico Sul, aliado aos recursos naturais fornecidos para o esforço de guerra, não foi o país aquinhoados com o *status* de parceiro de primeira linha pelas potências aliadas.

Esse viés de coadjuvante era justificado por parte das lideranças aliadas, pois o Brasil, apesar do seu gigantismo e potencial, ficava prejudicado pela realidade de seu perfil militar acanhado, limitada expressão econômica e pela fragilidade de suas instituições.

Mesmo assim, no contexto da Guerra Fria, o Brasil assinou com os EUA o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) em 1947, ativando as relações panamericanas e contribuindo sobejamente para a criação da Organização dos Estados Americanos em 1951, outra consequência de sua opção política e estratégica pró-Ocidente, construída pela FEB na Europa.

Em agosto de 1949, foi criada a Escola Superior de Guerra (ESG), com a missão de constituir-se em um

centro permanente de pesquisa e de debates dos problemas brasileiros, contando com importantes participações de militares provenientes da FEB.

Assim, construiu-se o conceito de *segurança e desenvolvimento*, que tanto marcou a evolução do Brasil, moldado nas premissas do National War College, demonstrando, mais uma vez, a opção estratégica brasileira pela defesa do hemisfério ocidental.

O retorno de Getúlio ao poder se fez por via democrática, no início da década de 1950, demonstrando que o Brasil não se afastou da opção pela democracia e pela defesa dos valores ocidentais, o que se pode constatar, na sequência, com a assinatura do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, em 1952, já no clima da Guerra Fria. Essa situação condicionou posturas no meio militar a respeito do comportamento do Brasil no contexto histórico que se seguiu, muito influenciado por militares que tiveram participação na FEB.

Por ocasião da Crise do Canal de Suez, em 1956, o Brasil, chamado pela ONU, constituiu os sucessivos contingentes do Batalhão Suez, até o ano de 1967, com a participação de expressivo efetivo de “febianos”, muitos deles também tendo atuado na República Dominicana em 1965, a exemplo do próprio general Meira Mattos.

Seguiu-se a crise do governo Vargas, na década de 1950, com a participação de importantes segmentos do meio militar, muitos dos quais com experiência na FEB. Com a ascensão de Juscelino Kubitschek à Presidência da República, o país continuou perseguindo a estratégia de ajustar-se ao neocapitalismo ocidental no escopo das tendências da Doutrina Truman.

Em 1954, o general Castello Branco assumiu o comando da Escola de Estado-Maior, rebatizando-a de Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECE-ME), fruto de suas experiências nas áreas do ensino, pesquisa e doutrina, bem como de sua vivência na FEB, fazendo da escola um verdadeiro centro de pesquisas doutrinárias e de formação de lideranças.

Em 1960, segundo Maximiano em seu artigo *Sul do Norte ou Norte do Sul? Ideologia e inflexões na cultura estratégica brasileira*:

O tenente-coronel Meira Mattos avaliava os valores tradicionais que aninhavam quatro sementeiras de nossa formação histórico-cultural – latinidade, lusitanismo, cristianismo e democracia representativa –, afirmando que “o Brasil era conduzido para o Ocidente e que procurar fora dessa linha de destinação política seria, para o país, um rompimento violento com as origens étnicas, religiosas, culturais e sentimentais”. É possível que essa convicção de Meira Mattos tenha sido consolidada, em larga medida, a partir de sua experiência na FEB. (MAXIMIANO, 2014)

Mais uma vez a liderança de um “febiano”, como a de Castello Branco, viria a contribuir para que a nação brasileira, à beira de uma convulsão, fizesse a opção definitiva pelos valores ocidentais em meio à Guerra Fria. Postando-se à frente do Movimento Cívico-Militar em 31 de março de 1964, Castello foi escolhido presidente da República, pelo Congresso Nacional, em 11 de abril, assumindo a liderança da nação quatro dias mais tarde.

Os governos dos presidentes militares que se seguiram, de 1964 a 1985, adotou um viés de manutenção da relação institucional referente aos valores ocidentais, muitos dos quais foram cimentados durante a II GM. Em boa parte desse período, todavia, a Política Externa Brasileira (PEB) apresentou um perfil de autonomia e pragmatismo, bem como na própria política interna, com a opção pelo estatismo econômico, que passou a ser interpretada como um afastamento do ideário do liberalismo econômico.

Conclusão

No período dos governos militares e até mesmo posteriormente, muitos integrantes da FEB, nos diversos ramos de atividades, puderam contribuir para a cristalização do sentimento de pertencimento ao mundo ocidental. Ademais das raízes históricas, étnicas e culturais do país, a opção política e estratégica adotada em prol dos Aliados durante a II GM, assimilada por nossos homens e mulheres no teatro de operações europeu e no Atlântico Sul, reforça tal assertiva. Isso

pode ser demonstrado, no que se refere às tradições do país, no posicionamento de Golbery do Couto e Silva, integrante da FEB, na obra *Geopolítica do Brasil*, em que se lê:

O Brasil é também uma nação que, pela sua origem cristã e os valores democráticos e liberais que substanciam a cultura ainda em germe nesta fronteira em expansão, integra o mundo do Ocidente. (SILVA, 1967, p. 170)

Essa posição é possível constatar em Maximiano (2014), que diz o seguinte:

Castello Branco e Golbery pronunciavam-se não sómente ecoando o alinhamento brasileiro contextualizado pelo momento político internacional, mas, acima de tudo, por suas crenças pessoais, fortemente arraigadas em sua geração e endossadas pela tradição que buscava amoldar o país à civilização ocidental. (MAXIMIANO, 2014)

Pode-se também inferir que as motivações que conduziram o país a enviar uma força expedicionária para a Europa tiveram causas as mais diversas, muitas delas ligadas às nossas tradições. Não resta dúvida, porém, de que os ataques perpetrados contra as embarcações brasileiras, provocando danos materiais e humanos consideráveis, não deixaram espaço para uma solução diplomática, cabendo uma ação militar em conjunto com os Aliados, levando o Brasil a declarar guerra aos países do Eixo.

A cultura brasileira já estava intimamente ligada à cultura ocidental, mesmo antes do conflito, sendo aprofundada tal ligação no contato direto dos militares da FEB com os americanos e italianos. Isso se manifesta, notadamente na Itália, por meio de um sentimento de reconhecimento e gratidão aos nossos “pracinhas”, reverenciados por gerações posteriores à da época da guerra.

Um dos objetivos deste artigo, além de comemorar a participação do país na Segunda Guerra Mundial, é também visitar, revisitar e divulgar os registros sobre

a experiência histórica do Brasil nesse grande conflito e as menções honrosas aos brasileiros que lutaram na Itália e no Atlântico Sul e, mesmo no território nacional, na defesa de nosso litoral.

Cabe destacar o aplaudido desfile de integrantes da FEB em Lisboa, Portugal, em 1945, quando do retorno ao Brasil por escalões, episódio registrado pela Sociedade Portuguesa de Actualidades Cinematográficas no documentário “Desfile em Lisboa do Exército Português e das Forças Expedicionárias Brasileiras”. Naquela ocasião, foi cantado, nas rádios portuguesas e brasileiras, um fado comemorativo – Nossos Irmãos –, de Natália dos Anjos, com a sublime expressão em sua letra – “Os avós desses soldados foram os nossos avós”. Corrobora-se, pois, o posicionamento de Meira Mattos a respeito da nossa formação em suas sementeiras: latinitude, lusitanismo e cristianismo.

Antes de chegar ao Rio de Janeiro, o segundo escalaço da FEB desfilou no Recife e homenageou os heróis da Insurreição Pernambucana nos Montes Guararapes, ratificando a importância das raízes do Brasil e sua afinidade com o Ocidente. Na capital do Brasil à época, a cidade do Rio de Janeiro, os escalões da FEB foram recebidos com efusivas manifestações de agradecimento. Em todo o território nacional, existem monumentos comemorativos sobre a atuação do Brasil nesse conflito, sendo o mais expressivo deles o Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, localizado no Rio de Janeiro.

Pode-se concluir que as raízes históricas, culturais e étnicas do Brasil ligadas à cultura ocidental foram fortemente consolidadas por intermédio da participação do país na II GM, oferecendo inequívocas provas da dimensão política e estratégica dessa opção. Evidenciou-se, dessa forma, que o Ocidente era e segue sendo percebido como a comunidade cultural à qual pertence a nação brasileira de forma inquebrantável, ainda que valores alienígenas a essa tradição possam tentar nos dar a conhecer outros paradigmas.

Corrobora com a conclusão anterior o que relatou o coronel de artilharia e estado-maior Luiz Paulo Mamede Carvalho:

O Brasil emergente da ilusória coalizão que derrotou o totalitarismo nazifascista não era mais o mesmo. Ganhou dimensão estratégica e importância geopolítica continental e mundial. Ficou comprovado o valor das ilhas oceânicas e do Saliente Nordestino – cognominado Trampolim da Vitória – para a campanha antissubmarina do Atlântico Sul e para os teatros de operações da China-Burna-Índia e do Mediterrâneo. Eram evidentes as marcantes transformações políticas, econômicas e psicossociais verificadas no pós-guerra. (CARVALHO, 2005)

De igual maneira, assim se expressou Cordell Hull – secretário de Estado dos EUA em suas memórias, no que se refere aos esforços do Brasil à contribuição à vitória aliada.

Sem as bases aéreas, a vitória na Europa e na Ásia não teriam ocorrido tão cedo. Essas bases, projetando-se à distância no Atlântico Sul, permitiram que voassem os nossos aviões, em grande número, para a África Ocidental, e dali para os teatros de operações na Europa e no Extremo Oriente; não fossem as bases brasileiras, não nos teria sido possível ajudar os ingleses no Egito, como fizemos no momento crucial da Batalha de El Alamein (...). Enviou, ainda, o Brasil uma Força Expedicionária à Europa. Contribuiu sua Marinha de Guerra para o patrulhamento do Atlântico. No esforço para abastecer os EUA, o Brasil perdeu parte considerável de sua Marinha Mercante. (CORDEL HULL, 1945)

A **figura 3**, a seguir, apresenta a importância estratégica do Saliente Nordestino para a campanha dos Aliados na Segunda Guerra Mundial.

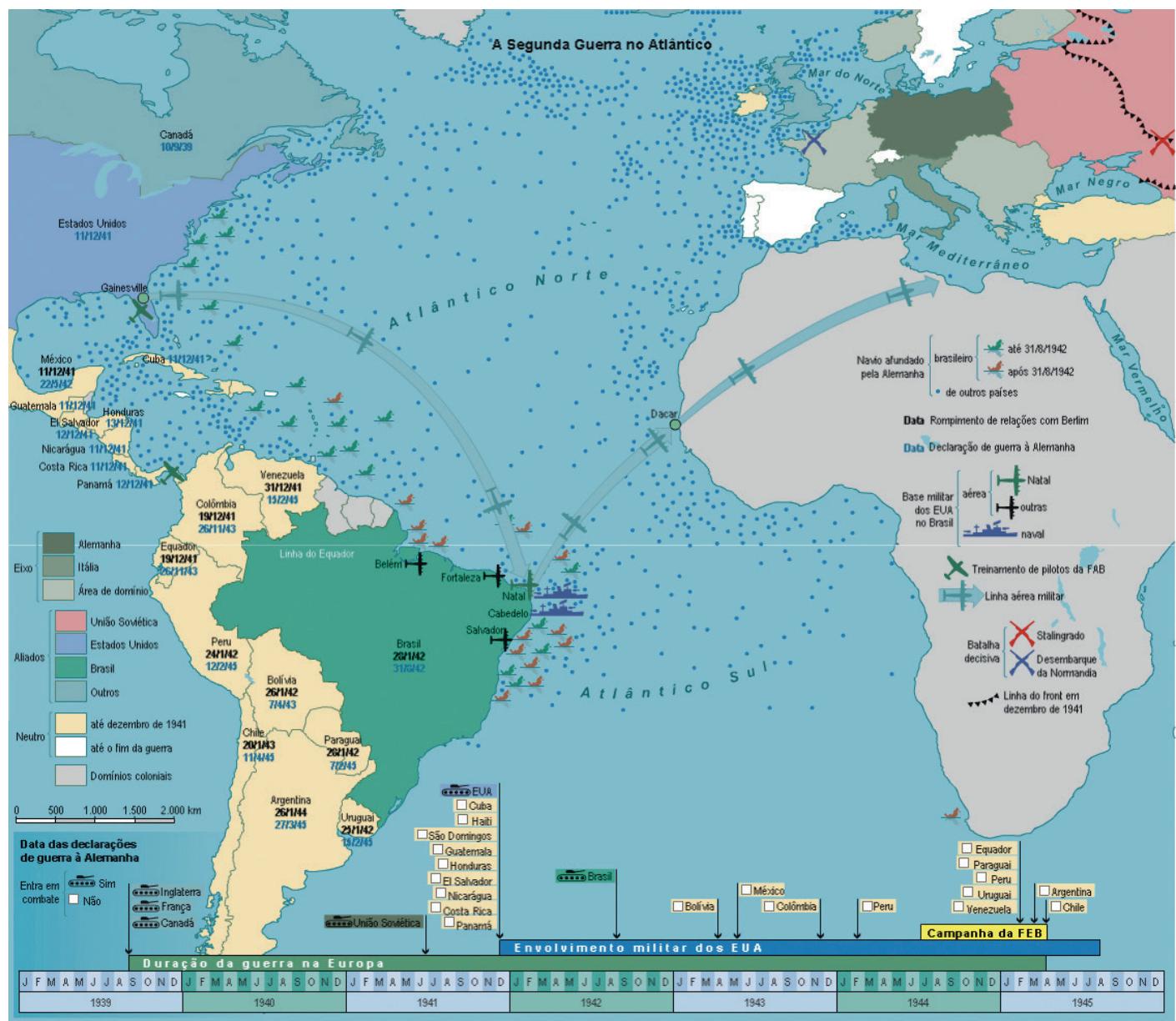


Figura 3 – O Saliente Nordestino

Fonte: FGV, 2016

Por fim, pode-se inferir, por derradeiro, que os “pracinhas” da FEB, homens e mulheres que lutaram nesse conflito global, representaram bem a sociedade brasileira no concerto das nações aliadas, demonstran-

do a clara opção pelos valores ocidentais. Esses valores vêm se mostrando fundamentais na contribuição para evolução do pensamento e da cultura política e estratégica brasileira.

Referências

- BEAUFRE, André. **Introdução à Estratégia**. Tradução feita por Luiz de Alencar de Araripe. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.
- BURNS, Edward McNall. **História da civilização ocidental**: do homem das cavernas às naves espaciais. Tradução feita por Donaldson M. Garshagen. 30. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1989.
- CARVALHO, Luís Paulo Macedo. **Consequências e Reflexos da participação da FEB na Segunda Guerra Mundial**. Revista Militar, nº 2443/2444 – agosto/setembro, p. 775 – 0, 2005.
- CASTRO, Tiago Castro de. **Método de preparação e abordagem de temas e questões discursivas de História, Geografia e Geoestratégia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010.
- CORDELL HULL. **Texto de suas memórias**, 1945.
- CORVISIER, André. **A Guerra**: ensaios históricos. Tradução feita por José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.
- COUTAU-BÉGARIE, Hervé. **Tratado de estratégia**. Tradução feita por Brigitte Bentolila de Assis Manso et al. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.
- FERNANDES, Fernando Lourenço. **A estrada para Fornovo**: a FEB – Força Expedicionária Brasileira, outros exércitos & outras guerras na Itália, 1944-1945. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2011.
- FGV – FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **O Brasil na Campanha da Itália**. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/marcos/segunda-guerra-mundial/mapas/o-brasil-na-campanha-da-italia>. Acesso em: 2 ago 2022.
- FROTA, Guilherme de Andrade. **500 Anos de História do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.
- LIDER, Julian. **Da natureza da guerra**. Tradução feita por Delcy G. Doubrava. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1987.
- LOPES, Roberto. **As garras do tigre**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- MAGALHÃES, João Batista. **A evolução militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.
- MAGNOLI, Demétrio. **História das guerras**: São Paulo: Contexto, 2006.
- MAGNOLI, Demétrio. **História da paz**: os tratados que desenharam o planeta. São Paulo: Contexto, 2008.
- MASSON, Philippe. **A Segunda Guerra Mundial**. Tradução feita por Ângela M. S. Correia. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica e modernidade**: a geopolítica brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

- MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica – Volume I.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2011.
- MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica – Volume II.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2011.
- MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica – Volume III.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2011.
- MORAES, João Batista Mascarenhas de. **A FEB pelo seu comandante.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005.
- MAXIMIANO, Cesar Campiani. **A Defesa Nacional.** 2º quadrimestre de 2014. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2014.
- PEREIRA, Carlos Patrício Freitas. **Geopolítica mundial e do Brasil no século XXI:** o improvável é possível. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército: 2018.
- PROENÇA JÚNIOR, Domício. **Guia de estudos de estratégia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- RAPOSO FILHO, Amerino. **Dimensões da estratégia:** evolução do pensamento estratégico. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990.

Notas

- ¹ Designação dada a um grupo de oficiais brasileiros que, a partir de 1913, se destacou por seu engajamento no processo de modernização do Exército nacional. A expressão fazia alusão a oficiais turcos que, como os brasileiros, haviam estagiado no Exército alemão e, ao retornarem a seu país, se engajaram em um partido nacionalista e reformista.
- ² Movimento Tenentista foi o nome dado ao movimento político-militar e à série de rebeliões no início da década de 1920, de jovens oficiais de baixa e média patente do Exército Brasileiro descontentes com a situação política do Brasil.
- ³ Foi o programa em que os Estados Unidos da América forneceram, por empréstimo, ao Reino Unido, à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, China, França Livre e outras nações aliadas armas e outros suprimentos, entre 1941 e 1945.

O terrorismo ocorrido em Moçambique durante o século XXI

Anselmo de Oliveira Rodrigues*

Introdução

Com pouco mais de 22 anos de idade, fica cada vez mais claro que o século XXI já carrega consigo algumas características que o distinguem dos demais. Dentre todas, há duas em especial, que formam o DNA deste século: a internet e a globalização. A simbiose desses dois elementos gerou uma conjuntura contemporânea complexa, marcada pela ascensão no sistema internacional de uma miríade de atores, desafios, temas e fenômenos que possuem grande capacidade de alterar a ordem internacional vigente (TEIXEIRA; MIGON, 2017).

Assuntos que antes eram tratados no âmbito interno dos Estados, como meio ambiente, terrorismo, narcotráfico, mobilidade humana forçada e segurança, cada vez mais estão sendo debatidos de forma global, pois há um entendimento na sociedade de que são transversais a todos os países, não se restringindo a determinado Estado ou outro. O terrorismo é um desses temas, cuja compreensão gera centenas de debates e envolve acadêmicos, juristas, agentes públicos, pesquisadores e *Think Tanks* do mundo inteiro (RODRIGUES; SILVA, 2019). A popularização e as oportunidades geradas pela internet propiciaram ao terrorismo alcance e força sem precedentes na história (MC ALLISTER;

SCHIMD, 2011). O exemplo mais clássico repousa no *modus operandi* praticado pelo Estado Islâmico, que, por meio da internet, recrutava pessoas ao redor do globo para lutarem a favor de sua causa ideológica e política.

Com o mundo se tornando muito mais complexo e desafiador do que no século XX, analisar o fenômeno do terrorismo não é tarefa simples, mas certamente proporciona contribuições relevantes para a sociedade, independentemente da perspectiva adotada. Diante dessa realidade e considerando a relevância geopolítica do continente africano para o Brasil (COSTA, 2012), este artigo decidiu investigar as manifestações terroristas ocorridas em Moçambique entre 2001 e 2020, país que possui fortes laços históricos com o Brasil, que pertence à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e que está localizado no continente africano, onde muitos fatos que ocorrem nessa região produzem efeitos diretos no Brasil (VISENTINI; MIGON; PEREIRA, 2016).

Localizado na costa oriental africana, Moçambique estabelece fronteira com 6 países, está subdividido politicamente em 11 províncias e possui como capital a Cidade de Maputo, situada ao sul do país, sendo também considerada uma província moçambicana.

* Cel Inf (AMAN/1998, EsAO/2006, ECEME/2015). Atualmente, é instrutor da ECEME e coordenador do Observatório Militar da Praia Vermelha



Limites fronteiriços de Moçambique



Províncias de Moçambique

Figura 1 – Mapa político de Moçambique em dupla perspectiva
Fonte: Rodrigues; Migon, 2019

A proximidade do setor sul de Moçambique com a África do Sul, país que é considerado o motor político e econômico da África Austral, mostrou ser determinante para o desenvolvimento econômico de Moçambique durante o século XX (MONIÉ, 2019). Não por acaso, a parte sul moçambicana veio a se tornar a região mais desenvolvida do país (RASAGAM *et al.*, 2014).

Se, por um lado, a curta distância entre Maputo e importantes cidades sul-africanas, como Joanesburgo e Pretória (455km e 440km, respectivamente), estimulou o desenvolvimento do sul do país, por outro lado, a longa distância entre Maputo e as províncias moçambicanas de Niassa e Cabo Delgado (1.490km e 1.667km respectivamente), situadas ao norte de Moçambique, limitou a prosperidade e o crescimento econômico da parte norte do país, região que é carente de recursos, de investimentos e de infraestrutura adequada (MONIÉ, 2019). Ou seja, Moçambique é um país com realidades socioeconômicas distintas em seus extremos. A presença do Estado e a existência de considerável número de empresas na porção sul contrastam com a ausência de instituições estatais e uma economia frágil na porção norte do país.

Entretanto a descoberta de importantes reservas de gás natural em 2010, na bacia do rio Rovuma (ou Ruvuma), localizada ao norte do país e que abrange boa parte dos territórios das províncias de Niassa e Cabo Delgado, reconfigurou esse cenário (CASTRO, 2010).

Após essa descoberta, rapidamente a região norte passou a deter a maior importância econômica para Moçambique, com a bacia do rio Rovuma exercendo papel central no tabuleiro estratégico moçambicano (MONIÉ, 2019).



Figura 2 – Bacia hidrográfica do rio Rovuma
Fonte: Minihane, 2012

Em decorrência dessa nova realidade, o governo de Moçambique começou a realizar tratativas com as grandes petrolíferas mundiais para explorar os recursos naturais recém-descobertos na bacia do rio Rovuma. E, assim, a parte norte do país começou a atrair moçambicanos e estrangeiros de toda espécie: pesquisadores, cientistas, empresários, população carente, delinquentes etc.

Movido pela euforia dos petrodólares, o governo de Moçambique, todavia, cometeu um erro fulcral em seu processo de análise e ignorou a ocorrência de alguns fenômenos tipicamente comuns nos países africanos e que poderiam estar presentes em solo moçambicano. Senão vejamos: não foi pontuado que a pobreza e a difícil realidade socioeconômica existentes em várias partes da África (ADEKAYNE, 1995) também se faziam presentes na região norte do país. Além disso, não foi levado em consideração que a dificuldade encontrada por vários países africanos em controlar os recursos naturais existentes em seus territórios (HYDEN; BRATTON, 1992) também poderia se tornar um desafio mo-

çambicano, a partir do momento em que o governo iniciasse os procedimentos relativos à exploração do gás natural na bacia do rio Rovuma. Em suma, faltou ao governo diagnosticar que Moçambique era tão frágil quanto os demais países africanos (RODRIGUES, 2022).

A conjunção de todos esses acontecimentos resultou em uma conjuntura complexa em Moçambique nos dias atuais, que é caracterizada pelo aumento da violência e pelo crescimento exponencial da atividade terrorista nos últimos anos. E aquilo que tinha tudo para ser uma solução para ajudar a resolver os óbices do país (descoberta de importantes reservas de gás natural em 2010) em menos de dez anos se transformou em um desafio nacional, qual seja: combater a atividade terrorista em Moçambique.

Para alcançar o objetivo deste trabalho, este artigo está estruturado da seguinte forma: inicialmente, é realizada uma breve ambientação do século XXI, seguida de uma caracterização histórica e política de Moçambique. Na sequência, discorre-se sobre a triangulação de perspectivas, método utilizado nesta pesquisa e sua aplicação na análise do terrorismo ocorrido em Moçambique, durante o século XXI, sob as perspectivas geopolítica e psicosocial. Na parte final do artigo, realizam-se algumas considerações acerca do terrorismo em Moçambique.

Considerações metodológicas

A ferramenta metodológica utilizada neste artigo foi a triangulação. Tal escolha está calcada no fato de que utiliza diferentes variáveis e combina distintas perspectivas para analisar determinado fenômeno, metodologia que promove a densidade e a neutralidade desejáveis para a geração do conhecimento (FLICK, 2009).

De acordo com Zapellini e Feuerschutte (2015), a triangulação pode ser obtida de quatro maneiras: 1) pela combinação de dois ou mais procedimentos metodológicos; 2) pela combinação de duas ou mais teorias; 3) pela combinação de dois ou mais objetos de estudo definidos; e 4) pela combinação de duas ou mais

perspectivas. Neste artigo, a triangulação foi obtida por meio da análise do terrorismo ocorrido em Moçambique, durante o século XXI, em duas distintas perspectivas: geopolítica e psicosocial:

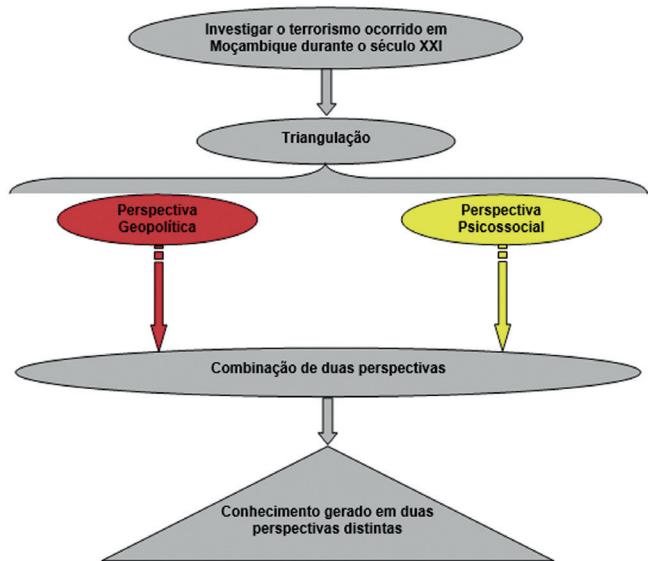


Figura 3 – Proposta metodológica

Fonte: O autor, 2022

Para cada perspectiva, foram utilizadas duas variáveis, que ajudaram a pavimentar o caminho percorrido por este estudo. Na perspectiva geopolítica, as variáveis escolhidas foram as seguintes: 1) a evolução temporal dos ataques terroristas ocorridos em Moçambique e 2) a localização, por províncias, dos ataques terroristas ocorridos em Moçambique. Na perspectiva psicosocial, as variáveis definidas foram as seguintes: 1) os alvos dos ataques terroristas ocorridos em Moçambique e 2) a autoria dos ataques terroristas ocorridos em Moçambique.

No que concerne aos dados relativos aos atentados terroristas ocorridos em Moçambique, este artigo optou por coletar tais informações na *Global Terrorism Database* (GTD), relatório emitido anualmente pelo *National Consortium for the Study of Terrorism and Responses to Terrorism* (START), que define ataque terrorista como ameaça ou uso real de força e violência ilegais por um ator não estatal e que tem como objetivo alcançar uma

meta política, econômica, religiosa ou social através do medo, coerção ou intimidação (GTD, 2019).

Na fase final, os resultados obtidos em cada uma das duas perspectivas foram integrados, possibilitando, dessa forma, a obtenção de distintos pontos de vista acerca do terrorismo ocorrido em Moçambique durante o século XXI. E, assim, acredita-se que foi possível apresentar uma pesquisa distinta das que usualmente são encontradas na literatura, que são marcadas por extensos debates conceituais e pela pouca reflexão sobre as características e os efeitos do terrorismo junto à sociedade (RODRIGUES; MIGON, 2021).

Perspectiva geopolítica

A perspectiva geopolítica sobre o terrorismo ocorrido em Moçambique, durante o século XXI, foi concebida por meio do olhar destinado à atividade terrorista desencadeada em Moçambique em duas variáveis: 1) a evolução temporal dos ataques terroristas realizados em Moçambique entre 2001 e 2020 e 2) a localização, por províncias, dos ataques terroristas ocorridos em Moçambique entre 2001 e 2020.

A evolução temporal dos ataques terroristas ocorridos em Moçambique

Segundo a *Global Terrorism Database*, entre 2001 e 2020, o planeta registrou 138.049 atentados terroristas. Desses, 22.077 ataques terroristas ocorreram em solo africano, continente responsável por cerca de 15,9% da prática terrorista ocorrida em todo o globo (GTD, 2022). Nesse mesmo período, Moçambique registrou 562 ataques terroristas em seu território, números que correspondem a 2,55% de toda a incidência terrorista desencadeada na África. Em que pese o baixo percentual registrado por Moçambique, nota-se que a quantidade de atentados terroristas tem aumentado exponencialmente no país nos últimos anos.

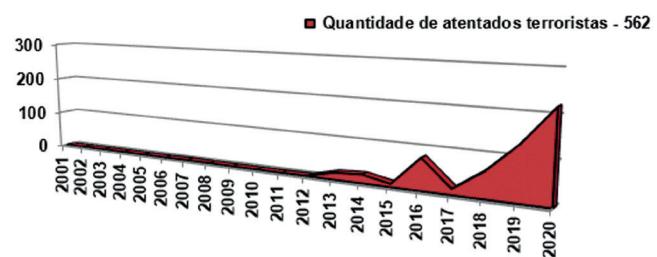


Gráfico 1 – A evolução do terrorismo em Moçambique (2001-2020)
Fonte: O autor, com base no *Global Terrorism Database* (2022)

De acordo com o **gráfico 1**, o terrorismo em Moçambique delineou uma trajetória formada por três períodos bem distintos no início deste século: 1º período (2001-2012), 2º período (2013-2017) e 3º período (2018-2020).

Com início em 2001 e término em 2012, o primeiro período ficou marcado pela ausência de ataques terroristas no país. Em outras palavras, nos primeiros 12 anos deste século, o terrorismo não se fez presente em solo moçambicano, fato que pode ser explicado pela ausência de atrativos econômicos e geopolíticos no país até 2010, ano em que foi anunciada a descoberta de importantes reservas de gás natural na bacia do rio Rovuma (CASTRO, 2010), fato que reposicionou a parte norte de Moçambique no tabuleiro geopolítico africano.

O segundo período se iniciou em 2013 e terminou em 2017. Nesse recorte, a atividade terrorista esteve presente no país, registrando a ocorrência de 100 ataques terroristas, números que correspondem a uma média de 2 ataques terroristas realizados por mês em Moçambique. Estabelecendo uma trajetória de altos e baixos, o terrorismo foi consequência direta da mobilização gerada pelo governo, pelas instituições, pelas empresas e por diversos atores não estatais para a exploração do gás natural na bacia do rio Rovuma.

O terceiro período teve início em 2018 e finalizou em 2020. Em apenas 2 anos, Moçambique sofreu cerca de 400 ataques terroristas, números que correspondem a uma média de 17 ataques terroristas realizados a cada mês no país, uma média quase 9 vezes maior do que a registrada no período anterior. Esses números,

associados à trajetória ascendente estabelecida pelo terrorismo a partir de 2018, revelam que o país está encontrando dificuldades para superar os desafios decorrentes do terrorismo em seus limites.

Pela ótica da evolução temporal, conclui-se que o terrorismo em Moçambique está em forte ascensão desde o ano de 2018, razão pela qual detém grande capacidade para gerar efeitos colaterais em outros países do entorno regional. Não por acaso, por ocasião da cimeira extraordinária da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC),¹ realizada em 24 de junho de 2021, o presidente do órgão de cooperação da SADC nas áreas da política, defesa e segurança, com receio do transbordamento da violência e da instabilidade geradas pelo terrorismo em outros países africanos, aprovou o envio de uma força de intervenção regional para apoiar as Forças Armadas moçambicanas no combate ao extremismo violento e ao terrorismo existentes em Moçambique (CDD, 2021). Em outras palavras, se, no início do século XXI, o terrorismo era inexistente em Moçambique, atualmente a atividade terrorista se transformou em desafio de ordem regional.

A localização, por províncias, dos ataques terroristas ocorridos em Moçambique

Passando a analisar o terrorismo ocorrido em Moçambique sob a lente geográfica, percebe-se que a atividade terrorista foi mais intensa em alguns locais e, em outros locais, quase não se fez presente durante o século XXI.

Posição	Províncias	Quantidade de atentados terroristas
1 ^a	Cabo Delgado	362
2 ^a	Sofala	86
3 ^a	Manica	35
4 ^a	Nampula	17
5 ^a	Zambézia	11
6 ^a	Tete	08
7 ^a	Niassa	06
8 ^a	Cidade de Maputo	05
9 ^a	Maputo	05
10 ^a	Gaza	04
11 ^a	Inhambane	03
Total		562

Quadro 1 – Quantidade de ataques terroristas em Moçambique (2001-2020)

Fonte: O autor, com base no *Global Terrorism Database* (2022)

Conforme o **quadro 1**, o terrorismo em Moçambique estabeleceu uma dinâmica própria, evidenciando níveis de intensidade distintos no país. Se, por um lado, houve locais com número significativo de ataques terroristas, como Cabo Delgado e Sofala, por outro lado, teve províncias que registraram uma quantidade irrelevante de ataques terroristas, como Maputo, Gaza e Inhambane. Essas informações, *per si*, não permitem, todavia, a obtenção de uma percepção geopolítica sobre o terrorismo, sendo necessário organizar as províncias em grupos, constituídos conforme o número de ataques terroristas.

Grupos	Cores	Províncias	Quantidade de atentados terroristas
1º	Preto	Cabo Delgado	Igual ou superior a 100
2º	Vermelho	Sofala	Entre 75 e 99
	Amarelo	Não Houve províncias	Entre 50 e 74
3º	Amarelo	Manica	Entre 25 e 49
4º	Amarelo	Nampula - Zambézia	Entre 10 e 24
5º	Azul	Maputo- Tete - Niassa - Cidade de Maputo - Gaza - Inhambane	Entre 01 e 09

Quadro 2 – As províncias conforme a incidência terrorista (2001-2020)

Fonte: O autor, com base no *Global Terrorism Database* (2022)

Com base nas informações contidas no **quadro 1** e no **quadro 2**, foi possível elaborar a **figura 4**, que apresenta a incidência terrorista ocorrida em Moçambique sob uma perspectiva geopolítica.

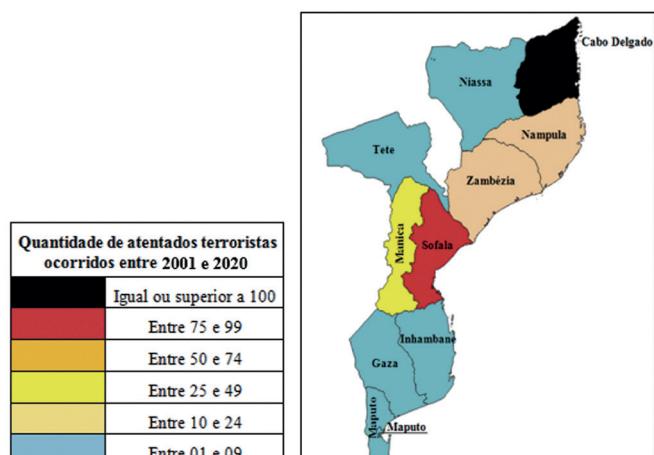


Figura 4 – O terrorismo em Moçambique sob perspectiva geopolítica (2001-2020)

Fonte: O autor, com base no *Global Terrorism Database* (2022)

Com base na figura anterior, entende-se que o terrorismo se manifestou de forma multifacetada, evidenciando diferentes níveis de intensidade no país. Esse comportamento resultou em uma arquitetura geopolítica composta por cinco grupos, organizados conforme a quantidade de ataques terroristas.

O primeiro grupo, de cor preta, é composto apenas por Cabo Delgado. Com 382 ataques terroristas realizados entre 2001 e 2020 (GTD, 2022), não restam dúvidas de que Cabo Delgado, com uma média de quase 4 incidências terroristas por mês, é o local do país que mais sofreu com o terrorismo neste século. Segundo Zua (2022), a descoberta de grande quantidade de recursos petrolíferos na bacia do rio Rovuma, associada a um Estado pobre, que possui instituições fracas e que tem elevados níveis de desigualdades sociais, gerou um cenário extremamente favorável para a proliferação da atividade terrorista em Cabo Delgado. O relatório emitido pelo Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD) tece detalhes adicionais ao esclarecer que o terrorismo existente em Cabo Delgado é muito semelhante a uma insurgência, uma vez que os ataques terroristas visam ao controle de determinadas áreas de interesse e à posse de locais estratégicos, como portos, sedes de governo, empresas etc. (CDD, 2021a), postura que desafia a autoridade do Estado nessa província. Em decorrência disso, mais de 700 mil pessoas que viviam em Cabo Delgado foram forçadas a sair de suas casas, dando início a uma grande crise humanitária no país e nos Estados vizinhos (CAIRES JÚNIOR, 2021).

O segundo grupo, de cor vermelha, é composto apenas por Sofala, que registrou 86 incidências terroristas entre 2001 e 2020 (GTD, 2022), números que equivalem a uma média de quase 1 ataque terrorista por mês na província. Em pronunciamento feito na Assembleia Geral da ONU, realizada em 23 de setembro de 2020, o presidente de Moçambique – Filipe Jacinto Nyusi – informou que, diferentemente da atividade terrorista em Cabo Delgado, o terrorismo em Sofala possui o viés eminentemente político, uma vez que é decorrente de ataques armados perpetrados por dissidentes da RENAMO,² o maior partido político de oposição no país (NYUSI, 2020). Além disso, aspectos geopolíticos,

como a sua localização (central e litorânea) e a elevada importância que possui na história de Moçambique (RODRIGUES; MIGON, 2019), fazem dessa província um local bastante atrativo para a atividade terrorista.

O terceiro grupo, de cor amarela, é composto apenas por Manica, que assinalou 35 incidências terroristas entre 2001 e 2020 (GTD, 2022). Segundo Nyusi (2020), o terrorismo em Manica também é de natureza política, pois é decorrente de ataques armados realizados por dissidentes da RENAMO. Ou seja, em termos ideológicos, o terrorismo em Manica é semelhante ao que ocorre em Sofala. A principal diferença reside na quantidade de ataques terroristas ocorridos nas duas províncias, fato que pode ser explicado pela localização e pela importância histórica de Sofala junto aos moçambicanos.

O quarto nível, de cor creme, é composto por Nampula e Zambézia, que assinalaram, respectivamente, 17 e 11 ataques terroristas em seus territórios entre 2001 e 2020 (GTD, 2022). Com números inferiores aos registrados por Manica, conclui-se que praticamente não houve uma atividade terrorista estruturada nas duas províncias e que ambas, tão somente, sofreram os efeitos colaterais do terrorismo que acontece em Cabo Delgado e Sofala, haja vista a proximidade de Nampula com Cabo Delgado e de Zambézia com Sofala.

O quinto nível, de cor azul, é composto por 6 províncias: Maputo, Tete, Niassa, Cidade de Maputo, Gaza e Inhambane. Com menos de 10 incidências terroristas ocorridas em cada uma das províncias (GTD, 2022), entende-se que o terrorismo foi inexpressivo nesses locais e que não gerou maiores consequências para a segurança e defesa dessas províncias.

Em síntese, sob uma ótica geográfica, está claro que o terrorismo em Moçambique está concentrado na parte norte do país, mais precisamente em Cabo Delgado. Atenção especial também deve ser dada para a parte central do país, em particular para Sofala, que registrou significativa incidência terrorista. Quanto às demais regiões do país, conclui-se que não constituíram alvos prioritários do terrorismo, mas tão somente sofreram os efeitos colaterais advindos da atividade terrorista existente no país.

Perspectiva psicossocial

A perspectiva psicossocial sobre o terrorismo ocorrido em Moçambique durante o século XXI foi concebida por meio do olhar destinado à atividade terrorista desencadeada em Moçambique em duas variáveis: 1) os alvos dos ataques terroristas ocorridos em Moçambique entre 2001 e 2020 e 2) a autoria dos ataques terroristas ocorridos em Moçambique entre 2001 e 2020.

Os alvos dos ataques terroristas ocorridos em Moçambique

Ao analisar os 562 incidentes terroristas ocorridos em Moçambique entre 2001 e 2020, notou-se que o terrorismo não fez distinção ou escolha em seus ataques. Com uma relação que contém cidadãos comuns, militares, policiais, sistemas de transportes, igrejas, partidos políticos, hospital, dentre tantos outros (GTD, 2022), percebe-se que a lista de pessoas e de instalações que foram atingidas pelo terrorismo em Moçambique é extensa e variada, realidade que impôs danosos efeitos colaterais para diversos setores da sociedade em Moçambique.

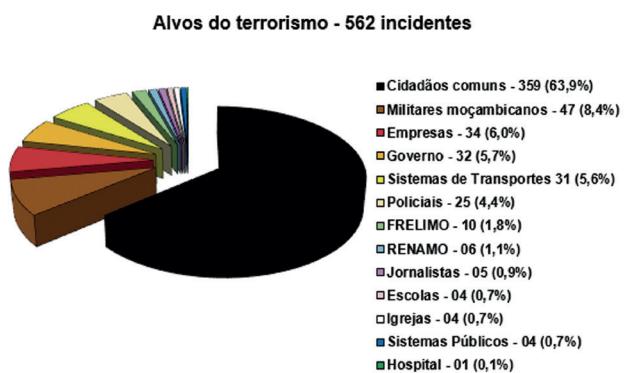


Gráfico 2 – Alvos dos ataques terroristas em Moçambique (2001-2020)
Fonte: O autor, com base no *Global Terrorism Database* (2022)

Conforme o **gráfico 2**, os ataques terroristas atingiram 13 tipos de alvos em Moçambique (GTD, 2022). Procurando sistematizar a análise e tendo em vista a relação diversificada de vítimas, este estudo optou por investigar os alvos do terrorismo em grupos.

O primeiro grupo é formado pelo tipo de alvo que sofreu mais de 100 ataques terroristas e está composto apenas pelos cidadãos comuns, os mais afetados pelo terrorismo, sofrendo 359 ataques terroristas entre 2001 e 2020 (GTD, 2022). A principal causa disso é de natureza socioeconômica. A existência de diversas tribos no país e o escanteamento dos escassos recursos do Estado geram um cenário marcado pelo aumento do nível de hostilidades entre as tribos, fato que aumenta ainda mais a violência no país (ISTOÉ, 2019).

O segundo grupo é formado pelos tipos de alvos que registraram entre 50 e 99 ataques terroristas e está composto apenas pelas forças de segurança e defesa, haja vista que os militares moçambicanos e os policiais, juntos e sem distinção, foram vítimas em 72 incidências terroristas entre 2001 e 2020 (GTD, 2022) e se tornaram o segundo setor mais afetado pelo terrorismo no país. A principal causa para as forças de segurança e defesa sofrerem uma expressiva quantidade de ataques terroristas é de natureza político-ideológica. Como o terrorismo em Cabo Delgado possui muitas características de insurgência, os grupos buscam desafiar a autoridade do governo, realizando ataques contra as forças de segurança e defesa, uma vez que são as instituições responsáveis pela ordem e segurança no país (MACALANE; JAFAR, 2021).

O terceiro grupo é formado pelos setores que sofreram entre 25 e 49 ataques terroristas e está composto pelas empresas, governo e sistemas de transportes, que sofreram, respectivamente, 34, 32 e 31 incidências terroristas entre 2001 e 2020 (GTD, 2022). Embora tenha números semelhantes, os setores desse grupo foram atingidos pelo terrorismo por razões distintas. No caso das empresas, a principal motivação é de ordem econômica. Segundo Voa (2018), as empresas, em sua grande maioria, sofreram ataques terroristas que tinham como objetivo controlar áreas de exploração de recursos naturais, realidade que fizeram delas alvos indiretos do terrorismo. No caso do governo, a principal causa é de ordem sociopolítica. A conjuntura em Cabo Delgado, marcada pela pobreza, forte desemprego e baixa escolaridade, tem sido explorada pelos grupos terroristas como um descaso do governo junto à população daquela região e é utilizada como narrativa para

justificar seus ataques perpetrados contra o governo (HABIBE; FOQUILHA; PEREIRA, 2019). Os sistemas de transportes, por seu turno, tão somente sofreram os efeitos colaterais da violência praticada pelos grupos terroristas em Moçambique.

O quarto grupo é formado pelos tipos de alvos que assinalaram entre 10 e 24 ataques terroristas e está composto apenas pelos partidos políticos, uma vez que a FRELIMO³ e a RENAMO, juntas e sem distinção, sofreram 16 ataques terroristas entre 2001 e 2020 (GTD, 2020). Um aspecto importante e que precisa ser destacado nesse grupo é que os partidos políticos em Moçambique, notadamente a FRELIMO, são vistos pela população do país como entes governamentais. Ou seja, da mesma forma que o governo e as forças de segurança e defesa, os partidos políticos são alvos prioritários do terrorismo em Moçambique (MACALANE; JAFAR, 2021), razão pela qual se observam os ataques terroristas perpetrados contra os dois partidos políticos.

O quinto grupo é formado por locais e setores que registraram entre um e nove ataques terroristas e está composto por jornalistas, escolas, igrejas, sistemas públicos em geral e hospital, que sofreram, respectivamente, cinco, quatro, quatro, quatro e um ataques terroristas entre 2001 e 2020 (GTD, 2022). Com números inexpressivos, não é possível vincular esses atores a uma causa ou motivação específica, pelo que somente é possível afirmar que esses setores sofreram os efeitos colaterais da atividade terrorista no país.

Em síntese, os cidadãos comuns foram os mais victimizados pela atividade terrorista em Moçambique, mesmo não sendo considerados um alvo prioritário pelo terrorismo. Algumas questões relacionadas à idiossincrasia local, mais precisamente as rivalidades existentes entre as tribos em Moçambique, ajudam a entender a expressiva quantidade de ataques terroristas perpetrados contra os cidadãos comuns, uma vez que se tornam combustível para o aumento da violência no país. Além disso, é importante frisar que a atividade terrorista em Cabo Delgado possui caráter eminentemente insurgente, pois visa o controle de determinadas áreas de interesse (econômica, estratégica e até geopolítica). Para tanto, a atividade terrorista prio-

rizava seus ataques contra os setores ligados ao governo, notadamente as forças de segurança e defesa, sedes do governo, FRELIMO e RENAMO. A resultante desses elementos gera um terrorismo em Moçambique que possui um DNA próprio, marcado pela idiossincrasia local (rivalidades tribais) e pelo caráter insurgente (reivindicação do controle da província de Cabo Delgado).

A autoria dos ataques terroristas ocorridos em Moçambique

Ao analisar o relatório emitido pela *National Consortium for the Study of Terrorism and Responses to Terrorism* sobre a autoria dos 562 atentados terroristas ocorridos em Moçambique entre 2001 e 2020, notou-se que, em 209 incidências terroristas (cerca de 37,2% do total), não foi possível identificar a autoria dos atentados (GTD, 2022), fato que torna ainda mais complexa a tarefa de compreender a atividade terrorista em Moçambique.

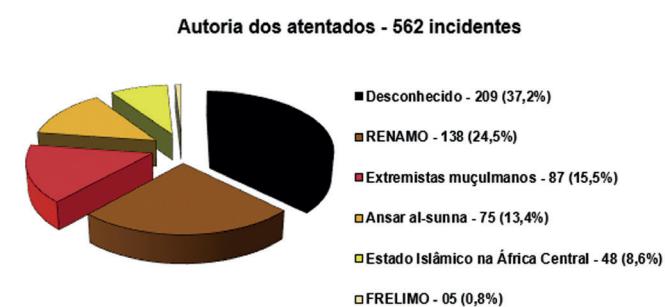


Gráfico 3 – Autoria dos ataques terroristas em Moçambique (2001-2020)

Fonte: O autor, com base no *Global Terrorism Database* (2022)

De acordo com o **gráfico 3**, somente foi possível identificar a autoria dos atentados em 353 incidentes terroristas (cerca de 62,8% do total). Nessa relação, constam somente 5 atores: RENAMO, extremistas muçulmanos, Ansar al-Sunna,⁴ Estado Islâmico na

A África Central⁵ (EIAC) e FRELIMO. Antes de analisar cada um desses atores, torna-se necessário, contudo, entender as principais razões para o elevado número de ataques terroristas de origem desconhecida.

Segundo Sitoé (2019), a principal causa da elevada quantidade de ataques terroristas de origem desconhecida em Moçambique (209 incidências terroristas) reside no DNA único do terrorismo em Moçambique, que difere da lógica normal do terrorismo islâmico radical, que é realizar ataques terroristas e depois reivindicar o protagonismo pela violência efetuada para projetar poder e, talvez, angariar simpatizantes. Em outras palavras, os grupos que realizam ataques terroristas em Moçambique não vão a público reivindicar a autoria dos ataques e tampouco fazem questão de divulgar os objetivos de seus ataques, aspectos que fazem da atividade terrorista em Moçambique um caso singular no mundo.

Com relação à RENAMO, é imperioso destinar um olhar mais criterioso para a atividade terrorista praticada pelo grupo. Dos 138 ataques terroristas realizados pela RENAMO, 79 ocorreram em Sofala, 30 ocorreram em Manica e nenhum ocorreu em Cabo Delgado, Maputo e Cidade de Maputo (GTD, 2022). Com esses números, fica evidente que a RENAMO priorizou a parte central do país, uma vez que 80% de seus ataques ocorreram em Sofala e Manica. Além disso, o fato de o grupo não ter efetuado ataques terroristas em Cabo Delgado, local que sofreu 382 incidências terroristas e que é marcado pelo terrorismo insurgente, leve à conclusão de que o terrorismo praticado pela RENAMO não possui caráter insurgente. Por outro lado, como a RENAMO é o maior partido político de oposição em Moçambique (CONCEIÇÃO, 2020), entende-se que a atividade terrorista do grupo é desencadeada, majoritariamente, sob influência política.

Conforme o **gráfico 3**, os extremistas muçulmanos foram responsáveis por 15,5% da atividade terrorista ocorrida em Moçambique entre 2001 e 2020 (GTD, 2022). Das 87 incidências terroristas realizadas pelos extremistas muçulmanos, 83 ocorreram em Cabo Delgado, local responsável por 95% dos ataques terroristas realizados pelos extremistas muçulmanos (GTD, 2022).

De acordo com Bonate (2022), o principal motivo para os extremistas muçulmanos atuarem, quase que exclusivamente, em Cabo Delgado, reside nas condições socioeconômicas da província, que são extremamente favoráveis para a implantação e atuação do jihadismo transnacional, que, por sua vez, tira proveito das demandas locais para implementar uma ideologia radical do islã junto à população de Cabo Delgado.

No tocante à Ansar al-Sunna, quatro aspectos chamam a atenção: temporalidade, localização, letalidade e o *modus operandi*. Também chamado de Al-Shabaab⁶ pela população em Cabo Delgado (WEST, 2018), a Ansar al-Sunna iniciou suas atividades terroristas em Moçambique em 2017 e, desde então, já efetuou 75 ataques terroristas, todos localizados na província de Cabo Delgado (GTD, 2022). Segundo Rezende (2022), a grande população muçulmana em Cabo Delgado, os altos índices de desemprego entre os jovens e os baixos níveis de desenvolvimento econômico são os principais motivos da expressiva quantidade de atentados terroristas cometidos pela Ansar al-Sunna em tão pouco tempo e em uma só província.

Com relação à letalidade, constata-se que os ataques terroristas praticados pela Ansar al-Sunna vitimaram letalmente 372 pessoas, deixando outras 66 feridas (GTD, 2022), ocasionando danosos efeitos colaterais em Cabo Delgado. De acordo com Mangena e Pherudi (2019), a letalidade das ações terroristas da Ansar al-Sunna está correlacionada diretamente com o seu *modus operandi*, caracterizado pela utilização em larga escala de armas de fogo e de incêndios. Para que se tenha uma ideia, dos 75 ataques terroristas cometidos pelo grupo, em 31 ações houve a utilização de armas de fogo e em 29 ações houve a aplicação de incêndios, números que, somados, representam 80% dos ataques terroristas da Ansar al-Sunna (GTD, 2022).

O terrorismo praticado pelo Estado Islâmico da África Central muito se assemelha com o feito pela Ansar al-Sunna. Senão vejamos: com relação à temporalidade, há simetria, pois tanto a Ansar al-Sunna quanto o EIAC iniciaram suas atividades terroristas recentemente em Moçambique, em 2017 e 2019, respectivamente (GTD, 2022). No que concerne à localização, é idêntica

ao que se pode verificar com a Ansar al-Sunna, pois todos os 48 ataques terroristas realizados pelo EIAC ocorreram em Cabo Delgado (GTD, 2022).

No tocante à letalidade, também são similares, pois, se os ataques terroristas realizados pela Ansar al-Sunna vitimaram letalmente 372 pessoas, o terrorismo praticado pelo EIAC vitimou letalmente 425 pessoas (GTD, 2022), números que tornam o EIAC ligeiramente mais letal que a Ansar al-Sunna. Com relação ao *modus operandi*, há semelhanças, pois os ataques terroristas realizados pelo EIAC também são caracterizados pelo emprego maciço de armas de fogo e pela ampla aplicação de incêndios. Dos 48 ataques terroristas perpetrados pelo EIAC, em 25 ações houve a utilização de armas de fogo e em 21 ações houve a aplicação de incêndios, números que, somados, representam 95% dos ataques terroristas realizados pelo EIAC (GTD, 2022).

Com relação à FRELIMO, é importante destacar que o grupo é o maior partido político em Moçambique e que, desde a independência do país em 1975, Moçambique só teve presidentes filiados à FRELIMO. Como nenhum dos cinco ataques terroristas realizados pelo grupo ocorreu em Cabo Delgado (GTD, 2022), não é possível vincular tais ações ao terrorismo insurgente, da mesma maneira que não é factível ligar esses ataques a uma causa ou motivação específica.

Pelo exposto, com foco voltado para a autoria dos atentados, pode-se concluir que o terrorismo em Moçambique delineou uma trajetória em três eixos distintos. O primeiro eixo ficou constituído pelos extremistas muçulmanos, pela Ansar al-Sunna e pelo Estado Islâmico na África Central, que, juntos e sem distinção, foram responsáveis por 37,5% das ações terroristas do país. Como 99,5% dos ataques terroristas desse eixo ocorreram em Cabo Delgado, fica evidente que o terrorismo praticado por esses atores é de natureza insurgente. O segundo eixo ficou formado somente pelos ataques terroristas de origem desconhecida, que abarcam 37,2% das ações terroristas e que dão contornos únicos à atividade terrorista em Moçambique. O terceiro eixo ficou integrado apenas pela RENAMO, grupo responsável por 24,5% das ações terroristas, mas que não desencadeou um ataque terrorista sequer em Cabo Delgado. Ou seja, o terrorismo praticado pela

RENAMO é de cunho eminentemente político. Com números inexpressivos em 20 anos (apenas 5 ataques terroristas), não é possível extrair uma conclusão sobre a FRELIMO e sua ligação com a atividade terrorista no país.

Considerações finais

Após analisar os ataques terroristas ocorridos em Moçambique entre 2001 e 2020, sob a perspectiva geopolítica e sob a perspectiva psicossocial, este artigo apresenta as seguintes considerações acerca do terrorismo que acontece em Moçambique.

De acordo com o relatório emitido pela *National Consortium for the Study of Terrorism and Responses to Terrorism*, o primeiro ataque terrorista em solo moçambicano neste século ocorreu somente em 2013, três anos após o governo ter anunciado oficialmente a existência de importantes reservas de gás natural na bacia do rio Rovuma. Desde então, nota-se que os ataques terroristas têm aumentado anualmente no país, ocasionando efeitos colaterais de toda ordem.

Como 70% dos ataques terroristas no país ocorrem em Cabo Delgado, fica claro que o terrorismo em Moçambique está fortemente correlacionado com os ataques terroristas perpetrados em Cabo Delgado, província onde se localizam as reservas de gás natural da bacia do rio Rovuma. Pelo fato de Cabo Delgado situar-se na fronteira com a Tanzânia, a atividade terrorista nessa região adquire grande sensibilidade, pois os efeitos colaterais decorrentes do terrorismo têm potencialidade de afetar não apenas Moçambique, mas também outros países do entorno regional, fato que tem chamado a atenção dos principais líderes da África Austral.

De caráter eminentemente insurgente, o terrorismo em Cabo Delgado é desencadeado por três grupos (extremistas muçulmanos, Ansar al-Sunna e Estado Islâmico na África Central), os quais procuram controlar áreas ricas em recursos naturais da província. Para tanto, os grupos adotam uma estratégia muito hábil, marcada pela adoção de uma narrativa de descaso do

Estado junto à população daquela região. E, assim, os grupos ocupam o vácuo de poder deixado pelo Estado, da mesma forma que conseguem recrutar recursos humanos para atuarem em favor de suas causas político-ideológicas.

É um erro, entretanto, inferir que o terrorismo em Moçambique se resume à insurgência e à atuação de grupos extremistas na fronteira. Pelo contrário, os números revelam que o restante do país registrou uma significativa quantidade de atentados terroristas, em especial Sofala, local responsável por 17,2% dos ataques terroristas ocorridos em Moçambique entre 2001 e 2020. Esse fato, correlacionado com o expressivo número de atentados terroristas perpetrados pela RENAMO, que, diga-se de passagem, não realizou um ataque terrorista sequer em Cabo Delgado, descortina a outra face do terrorismo em Moçambique: o viés político, haja vista que a RENAMO é o maior partido político de oposição no país. Além disso, não pode passar despercebido o elevado número de ataques terroristas de origem desconhecida (cerca de 37% do total), fatos que fazem do terrorismo em Moçambique um caso único no mundo, na medida em que difere do terrorismo praticado em outras partes do globo, que busca assu-

mir a autoria dos atentados para projetar poder e angariar simpatizantes.

Com relação às vítimas, em que pese a atividade terrorista ter elencado, como alvo prioritário em Moçambique, o governo e setores ligados ao governo, partidos políticos, sedes de governo e forças de defesa e segurança, constatou-se que as principais vítimas do terrorismo em Moçambique foram os cidadãos comuns, aspecto que encontra alguma explicação na idiossincrasia local, mais precisamente nas rivalidades tribais existentes no país.

Por fim, este estudo teve como finalidade investigar o fenômeno do terrorismo em Moçambique, que, por mais que esteja situado às margens do oceano Índico, é, geopoliticamente, um país importante para o Brasil. Da mesma forma como vem ocorrendo com os países do entorno regional, que se mobilizaram para ajudar Moçambique a vencer o desafio do terrorismo em seu território, pode acontecer com o Brasil, de ser chamado para auxiliar Moçambique a superar os efeitos colaterais advindos dos ataques terroristas. Em vista dessas considerações, esta pesquisa espera ter contribuído para melhorar o nível de consciência situacional sobre aspectos relacionados à segurança e defesa de um país que exerce um papel importante na geopolítica do Brasil.

Referências

ADEKAYNE, Bayo. **Structural Adjustment, Democratization and Rising Ethnic Tensions in Africa.** Development and Change, Vol. 2, nº 26, p. 335-374, 1995.

BONATE, Lazzat J. K. **O Jihadismo transnacional e a insurgência em Cabo Delgado, Moçambique.** Afro-Ásia, nº 65, p. 519-553, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/46936>. Acesso em: 24 ago 2022.

CAIRES JÚNIOR, Luciano. **Terrorismo em Cabo Delgado gera crise humanitária e deslocamentos forçados em Moçambique**. MigraMundo, 15 jun 2021. Disponível em: <https://migramundo.com/terrorismo-em-cabo-delgado-gera-crise-humanitaria-e-deslocamentos-forcados-em-mocambique/>. Acesso em: 14 ago 2022.

CASTRO, Eduardo. **Descoberta de petróleo em Moçambique enche o país de esperança e preocupação**. Agência Brasil – Empresa Brasil de Comunicação, 23 ago 2010. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2010-08-23/descoberta-de-petroleo-em-mocambique-enche-pais-de-esperanca-e-preocupacao>. Acesso em: 10 out 2021.

CENTER FOR STRATEGIC STUDIES (CSIS). **Al-Shabaab**. CSIS, 15 jul 2011. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/al-shabaab>. Acesso em: 25 ago 2022.

CENTRO PARA A DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO. **Força de intervenção da SADC a caminho de Cabo Delgado para apoiar a luta contra o terrorismo**. Política Moçambicana, ano 03, nº 132, 24 jun 2021. Disponível em: <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2021/06/Forca-de-intervencao-da-SADC-a-caminho-de-Cabo-Delgado-para-apoiar-a-luta-contra-o-terrorismo.pdf>. Acesso em: 8 ago 2022.

CENTRO PARA A DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO. **Afinal, quem controla o estratégico Porto da Mocímboa da Praia?** Política Moçambicana, ano 03, nº 87, 24 jan 2021a. Disponível em: <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2021/01/Afinal-quem-controla-o-estategico-Porto-da-Mocimboada-Praia.pdf>. Acesso em: 13 ago 2022.

CONCEIÇÃO, Juvenal de Carvalho. **RENAMO: de agente do apartheid a organização política moçambicana**. Afro-Ásia, nº 62, p. 437-447, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/770/77068103013/html/>. Acesso em: 13 ago 2022.

COSTA, Wanderley Messias da. 2012. **Projeção do Brasil no Atlântico Sul**: geopolítica e estratégia. Revista USP, nº 95, p. 9-22, 2012. Disponível em: <https://www.revistasusp.br/revusp/article/view/52234>. Acesso em: 12 nov 2021.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa**: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.

GLOBAL TERRORISM DATABASE. **Codebook: Inclusion Criteria and Variables**. College Park: University of Maryland, 2019. Disponível em: <https://www.start.umd.edu/gtd/downloads/Codebook.pdf>. Acesso em: 12 nov 2021.

GLOBAL TERRORISM DATABASE. **Search The Database**. College Park: University of Maryland, 2022. Disponível em: https://www.start.umd.edu/gtd/se_arch/R_results.aspx?start_yearonly=&end_yearonly=&start_year=2001&start_mo_nth=1&start_day=1&end_year=2020&end_month=12&end_day=31&country=6&country=8&country=29&country=33&country=34&country=41&country=42&country=46&country=229&country=56&country=62&country=63&country=65&country=72&country=73&country=76&country=84&country=85&country=99&country=104&country=111&country=112&country=113&country=119&country=120&country=123&country=128&country=129&country=136&country=137&country=139&country=146&country=147&country=157&country=605&country=164&country=47&country=403&country=168&country=174&country=176&country=177&country=182&country=183&country=1004&country=190&country=195&country=197&country=203&country=204&country=207&country=208&country=213&country=349&country=604&country=230&country=231&asmSelect1=&dtp2=all&success=yes&casualties_type=b&casualties_max=. Acesso em: 10 jul 2022.

HABIBE, Saide; FOQUILHA, Salvador; PEREIRA, João. **Radicalização Islâmica no Norte de Moçambique – O Caso de Mocímboa da Praia**. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos, 2019.

HYDEN, Goran; BRATTON Michael. **Governance and Politics in Africa**. Colorado: Lynne Rienner Publishers, 1992.

MACALANE, Geraldo Luís; JAFAR, Silvestre. **Ataques Terroristas em Cabo Delgado (2017-2020)**: as causas do fenômeno pela boca da população de Mocímboa da Praia. Cabo Delgado: Universidade Rovuma, 2021.

MAKOSSO, Amanda; COLLINET, Auréole. **Islamic State Central Africa Province (ISCAP)**: A threat to regional stability and security. *The Journal of Intelligence, Conflict, and Warfare*, Vol. 4, nº 1, p. 96-111, 2021. Disponível em: file:///C:/Users/Anselmo%20Oliveira/Downloads/Islamic_State_Central_Africa_Province_ISCAP_A_thre.pdf. Acesso em: 21 ago 2022.

MANGENA, Blessed; PHERUDI, Mokete. **Disentangling violent extremism in Cabo Delgado province, northern Mozambique**: challenges and prospects. In: BUCHANAN-CLARKE, Stephen et al (ed.). *Extremisms in Africa*, Cap. 5, p. 348-365, 2019. Johanesburgo: Jacana Media, 2019.

MCALLISTER, Bradley; SCHIMD, Alex P. **Theories of Terrorism**. In: SCHIMD, Alex P. *The Routledge handbook of terrorism research*, p. 201-293. New York: Routledge, 2011.

MINIHANE, Michele R. **Evaluation of streamflow estimates for the Rovuma River**. *Physics and Chemistry of the Earth*, nº 50-52: p. 14-23, 2012. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S147470651200112X>. Acesso em: 15 jan 2022.

MONIÉ, Frédéric. **A inserção de Moçambique na globalização**: riscos, desafios e dinâmicas territoriais. *AbeÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos*, Vol. 3, nº 3, p. 09-37, 2019. Disponível em: <https://revista.s.ufrj.br/index.php/abeafrica/article/view/36447/20754>. Acesso em: 15 mar 2022.

NYUSI, Filipe Jacinto. **Na ONU, Moçambique lista desafios com atos terroristas no norte do país**. ONU News, 23 set 2020. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/09/1727202>. Acesso em: 13 ago 2022.

RASAGAM, Ganesh; ENGMAN, Michael; GURCANLAR, Tugba; FERNANDES, Erneida. **Corredores de desenvolvimento de Moçambique**: Plataformas para uma prosperidade partilhada. In: ROSS, Doris. *Moçambique em Ascenção: Construir um novo dia*, p. 92-101, 2014. Washington-DC: Fundo Monetário Internacional, 2014.

REZENDE, Letícia Sanches. **A atividade terrorista do grupo Ansar al-Sunna e seus impactos na situação de insegurança alimentar em Moçambique**. África Austral – Texto Conjuntural, 25 jan 2022. Disponível em: <https://grupoatlanticosul.com/2022/01/25/texto-conjuntural-africa-austral-21-a-atividade-terrorista-do-grupo-ansar-al-sunna-e-seus-impactos-na-situacao-de-inseguranca-alimentar-em-mocambique/>. Acesso em: 25 ago 2022.

RODRIGUES, Anselmo de Oliveira. **A luta pela paz na África**. São Paulo: Dialética, 2022.

RODRIGUES, Anselmo de Oliveira; SILVA, Marco Aurélio Vasques. **O Terrorismo Ocorrido na América do Sul durante o Século XXI**. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, Vol. 6, nº 2, p. 63-92, 2019. Disponível em: <https://rbed.abedef.org/rbed/article/view/75144>. Acesso em: 13 abr 2022.

RODRIGUES, Anselmo de Oliveira; MIGON, Eduardo Xavier Ferreira Glaser. **From the General Peace Agreement (1992) to the General Elections in 1994: The Peace Process Conducted in Mozambique**. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, Vol. 8, nº 16, p. 277-302, 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufrrgs.br/austral/article/view/89070>. Acesso em: 9 set 2021.

RODRIGUES, Anselmo de Oliveira; Migon, Eduardo Xavier Ferreira Glaser. **O terrorismo ocorrido em Angola durante o século XXI**. Observatório Militar da Praia Vermelha, 2 ago 2021. Disponível em: <http://ompv.eceme.eb.mil.br/images/conter/cba/tan.pdf>. Acesso em: 13 nov 2021.

SADC – South Africa Development Community. **History and Treaty – 2022**. Disponível em: <https://www.sadc.int/pages/history-and-treaty>. Acesso em: 8 ago 2022.

SITOE, Rufino. **Terrorismo em Moçambique? Que Soluções de Políticas? Um olhar dos ataques de Mocímboa da Praia**. *Revista Moçambicana de Estudos Internacionais*, Vol. 1, nº 1, p. 1-20, 2019.

TEIXEIRA, Alexandre Gueiros; MIGON, Eduardo Xavier Ferreira Glaser. **Revisitando o conceito de poder à luz da Teoria da Complexidade**. *Revista de Ciências Militares*, Vol. 5, nº 2, p. 173-192. Disponível em: <https://bdex.eb.mil>.

br/jspui/bitstream/123456789/1211/1/Teixeira%2c%20Migon%202017%20Revisitando%20o%20conceito%20de%20Poder%20c3%a0%20luz%20da%20Teoria%20da%20Complexidade.pdf. Acesso em: 10 mar 2022.

VISENTINI, Paulo Fagundes; MIGON, Eduardo Xavier Ferreira Glaser; PEREIRA, Analúcia Danilevitz. **A (in) segurança da África e sua importância para a defesa do Brasil.** Porto Alegre: NERINT-UFRGS/LED/ECEME, 2016.

VOA. **Jovens insurgentes foram atraídos por promessas milionárias e entrada ao paraíso para ataques.** VOA Português, 17 jan 2018. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/jovens-insurgentes-atraidos-promessas-milionarias-entrada-paraíso-ataques/4212317.html>. Acesso em: 19 ago 2022.

WEST, Sunguta. **Ansar al-Sunna:** A New Militant Islamist Group Emerges in Mozambique. *Terrorism Monitor*, Vol. 16, nº 12, p. 5-7, 2018. Disponível em: <https://jamestown.org/program/ansar-al-sunna-a-new-militant-islamist-group-emerges-in-mozambique/>. Acesso em: 21 ago 2022.

ZAPELLINI, Marcello Beckert; FEUERSCHUTTE, Simone Ghisi. **O Uso da Triangulação na Pesquisa Científica Brasileira em Administração.** *Administração: Ensino e Pesquisa*, Vol. 16, nº 2, p. 242-273, 2015. Disponível em: <https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/238>. Acesso em: 8 ago 2022.

ZUA, Alexandre José. **Cobertura Mediática dos Ataques Terroristas em Cabo Delgado:** o caso de Mocímboa da Praia (março-maio 2020 e agosto-outubro 2021). Trabalho de Fim de Curso da Universidade Eduardo Mondlane, 2022. Disponível em: <http://monografias.uem.mz/bitstream/123456789/2477/1/2022%20-%20Zua%2C%20Alexandre.pdf>. Acesso em: 13 ago 2022.

Notas

¹ Criada em 17 de outubro de 1992, a SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral) é um bloco econômico e político composto por 16 países da África Austral, que possui grande importância para o desenvolvimento econômico e estabilização política na região (SADC, 2022).

² Resistência Nacional Moçambicana, mais conhecida pelo acrônimo RENAMO, é o segundo maior partido político de Moçambique (CONCEIÇÃO, 2020).

³ Tendo como objetivo inicial lutar pela independência em Moçambique, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) é um partido político fundado em 25 de junho de 1962, sendo considerada a principal força política do país (RODRIGUES; MIGON, 2019).

⁴ Grupo terrorista que inicou suas atividades como uma organização religiosa na província de Cabo Delgado em 2015. Estruturado em células autônomas, o grupo mantém ligações com grupos fundamentalistas no Quênia, Somália, Tanzânia e na região africana dos Grandes Lagos. Os membros da Ansar al-Sunna pregam uma ideologia antiestadão e praticam uma interpretação radical do islã, baseada em uma ideologia que foi introduzida na região por jovens expatriados que retornaram ao país depois de estudar no Sudão, Arábia Saudita e outros países do Oriente Médio. Seus recursos financeiros são gerados pelo tráfico ilegal de madeira e rubis, os quais são utilizados para recrutar recursos humanos e dinamizar as atividades operacionais do grupo (WEST, 2018).

- ⁵ O Estado Islâmico na Província da África Central é um grupo terrorista formado por dois grupos insurgentes: um grupo ugandense sediado na República Democrática do Congo e outro grupo moçambicano sediado na província de Cabo Delgado. O grupo ugandense surgiu em 1995 e o grupo moçambicano em 2014, ambos se opondo a regimes que chegaram ao poder em seus respectivos países como movimentos de libertação pan-africanos de esquerda. A principal motivação do Estado Islâmico na Província da África Central é a queixa das condições socioeconômicas precárias e dos fatores políticos locais. Para tanto, o grupo terrorista adota o *modus operandi* caracterizado por tomar cidades e destruir a infraestrutura local (MAKOSO; COLLINET, 2021).
- ⁶ Também conhecido por Movimento de Resistência Popular na Terra das Duas Migrações, o Al-Shabaab é uma organização afiliada à Al-Qaeda e que ganhou destaque rapidamente na Somália. Tendo chegado ao poder de forma moderada na Somália em 2006, o Al-Shabaab foi radicalizado e ganhou destaque como um movimento guerrilheiro islâmico popular pela invasão da Etiópia em dezembro de 2006. Desde 2008, o Al-Shabaab tem adotado o terrorismo transnacional como forma de atuar na guerra global contra o ocidente (CSIS, 2011).

Emprego de mísseis e foguetes na defesa antiacesso e negação de área: uma solução para a defesa do Brasil

Cezar Augusto Rodrigues Lima Junior*

Introdução

Atualmente, muitos estudiosos e autores de publicações militares do Ocidente passaram a dedicar seu tempo e pesquisas ao conceito *Anti-Access/Area Denial* (A2/AD). Isso pode ser justificado pelo fato de países como China, Índia e Rússia estarem investindo em sistemas de armas que se enquadram nesse conceito. Assim, faz-se necessário apresentar uma definição sobre esse “novo” jargão.

O relatório *The Army's Multi-Domain Task Force* (MDTF) define A2/AD da seguinte maneira: Antiacesso é a ação, atividade ou capacidade, normalmente de longo alcance, desenvolvida para prevenir a entrada de uma força inimiga em uma área de operações; Negação de Área é a ação, atividade ou capacidade, normalmente de curto alcance, desenvolvida para limitar a liberdade de ação de uma força inimiga dentro de uma área de operações (CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICE, 2022).

O mesmo documento prossegue descrevendo que as armas A2AD se caracterizam por utilizar sistemas de precisão de longo alcance, com: capacidade antinavio de lançamento terrestre pelo litoral; sistemas de defesa antiaérea; e mísseis e foguetes da artilharia de longo alcance (CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICE, 2022).

O Brasil é um país que ocupa a metade da porção continental da América do Sul, com também metade

da economia e população, aproximadamente. Seu vasto litoral com 7.500 quilômetros de extensão, debruçado sobre o Atlântico Sul, lhe confere importante maritimidade na área econômica, onde mais de 90% do seu comércio exterior circula. Possui vizinhos africanos e sul-americanos no entorno estratégico com quem deve vigorar a paz e a cooperação de acordo com a Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2012).

Por esses motivos, geopolíticos como Therezinha de Castro, Meira Mattos entre outros já alicerçavam o desenvolvimento e a defesa do país calcados na segurança desse oceano meridional. Há exemplos recentes na história regional, como a própria Batalha do Atlântico na Segunda Guerra Mundial, a Guerra da Lagosta nos anos 1960 e a das Malvinas nos anos 1980, para comprovar a importância geopolítica do Atlântico Sul. Mais antigamente, especificamente na História do Brasil, corsários franceses e ingleses, bem como invasores holandeses e os vizinhos espanhóis fizeram com que os portugueses fortificassem a nossa costa e os rios e estuários.

Hoje, entre tantas riquezas de fauna e flora, a maior parcela do petróleo e gás produzidos no país é proveniente do leito marinho, com destaque ao óleo do profundo pré-sal. Nesse mesmo bojo, as riquezas marinhas provenientes da pesca e aquicultura são um mercado em expansão mundial, no qual a

* Maj Art (AMAN/2005, ESAO/2014). Possui o Curso de Operação do Sistema de Mísseis e Foguetes/2015 e o Curso Intermediário de Artilharia de Mísseis e Foguetes/2018. Atualmente, é aluno da ECEME.

preocupação com a segurança alimentar cresce, acompanhando o aumento demográfico do planeta.

Dessa feita, justifica-se presumir que as principais ameaças à soberania brasileira serão provenientes de inimigos extrarregionais vindos pelo mar e ar. Pode-se inferir que a defesa da pátria implica tomar medidas de modo a dissuadir ameaças extrarregionais potenciais e concretas, estas últimas enquanto seus atores ainda estiverem longe de abordar as fronteiras nacionais (PAIVA, 2015).

O Brasil possui uma Base Industrial de Defesa especializada em desenvolvimento de mísseis e foguetes, bem como programas e projetos no âmbito das Forças Armadas que elencam alguns sistemas de armas com capacidades A2/AD, como o ASTROS 2020, Defesa Antiaérea, PROSUB entre outros. Isso posto, o presente artigo visa a discutir como organizar um esforço nacional conjunto para criar um sistema A2/AD baseado em mísseis e foguetes para a defesa do Brasil.

Exemplos da necessidade de capacidades A2/AD e seu uso na atualidade

Apesar de ser um assunto atual, não é de hoje que as capacidades A2/AD são um diferencial nas batalhas. Seja na história antiga, passando por portos defendidos, como o de Cartago, até o conflito das Malvinas, com o ataque ao HMS Glamorgan por mísseis Exocet lançados de terra pela Argentina, o conceito de A2/AD faz parte da história militar (LIMA JUNIOR, 2016).

Hoje, a RPC (República Popular da China) é um dos países que mais investem nesse tipo de capacidade. Seus interesses geopolíticos no controle do mar do Sul da China se chocam com os dos seus vizinhos e os de outros países extrarregionais, como os EUA (Estados Unidos da América). Esse interesse se justifica pelo fato de a RPC ser um dos grandes importadores/exportadores mundiais e que 1/3 do comércio mundial circula nesse mar (CHINA POWER, 2022).

O controle das rotas comerciais que circundam o mar do Sul da China também se torna de grande valia no contexto das relações internacionais. O Estreito de Malaca, que liga esse mar da China Meridional ao de Andamão, no oceano Índico, possui grande importância para o comércio exterior mundial, em que Indonésia, Malásia, Cingapura, Tailândia e Austrália, junto à RPC, tornam-se atores relevantes (CHINA POWER, 2022).

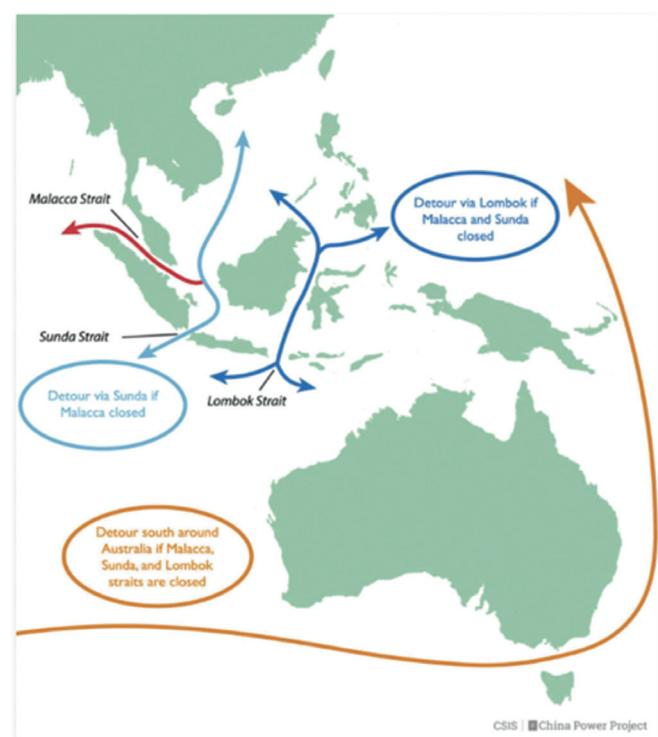


Figura 1 – Situação das rotas de navegação ao sul da China
Fonte: China Power, 2022

O Brasil, para exemplificar a situação no campo militar, exporta lançadores múltiplos de foguetes e mísseis e suas munições, produzidos pela empresa nacional AVIBRAS, para Malásia e Indonésia. O controle desse *chokepoint* é seguramente um assunto de interesse para todos.

A situação de Taiwan também desperta interesse global, já que coloca em campos opostos a RPC e

os EUA. Os EUA mantêm uma política ambígua com Taiwan e RPC, usando a ilha na sua estratégia de contenção chinesa para salvaguardar seus interesses no Pacífico. Disse o atual presidente dos EUA, Joe Biden: “o futuro das nações depende da duração da liberdade e abertura do Indo-Pacífico no florescer das décadas futuras”. Ora, Taiwan é uma das “pontas de lança” americanas na região, tanto para o mar do Sul da China, como para o mar da China Oriental (WHITE HOUSE, 2022).

Nesse contexto de pressão exterior e de mudança de estratégia dos EUA para o Indo-Pacífico, a RPC busca assegurar sua supremacia regional. Há relatos de que o “Gigante do Oriente” está construindo alvos sob trilhos em uma área de testes em local deserto, como *“mock up”* de navios-aeródromo e destroieres em escala real, para testar seus mísseis antinavio DF-21D. Tais sistemas de armas, lançados de plataformas terrestres, têm alcance de 800 milhas náuticas, aproximados 1.500 quilômetros. Outro míssil com variante antinavio, o DF-26B, alcança os 4.000 quilômetros. Isso demonstra o interesse sínico na capacidade A2/AD que a Força de Foguetes do Exército de Libertação Popular procura agregar à RPC, visto que seus sistemas de armas são capazes de atingir uma esquadra muito antes de sua aproximação do litoral chinês (LAGRONE, SUTTON, 2021).

A Índia, por sua vez, outra potência regional e global, também busca proteger seus interesses e liberdade de ação/navegação. Não apenas sua capacidade nuclear, mas também a convencional A2/AD lhe garantem o necessário poder dissuasório. Os indianos são possuidores do míssil antinavio Brahmos, produzido em parceria com a Rússia. Tal armamento possui médio alcance e versões hipersônicas em desenvolvimento.

Já a Rússia, antiga rival dos EUA, é uma antiga investidora em armas de longo alcance. Sejam foguetes, mísseis balísticos, antiaéreos ou de cruzeiro, não faltam exemplos de sistemas de armas de sucesso. Passando pelo hipersônico Kinzhal, cruzeiro Kalibr, balístico Iskander, antinavio P-800 Oniks, aos lançadores de

foguetes Tornado e os sistemas antiaéreos S-400, os russos empregam em larga escala sistemas de armas que se enquadram em estratégia A2/AD na sua defesa.

Outros sistemas considerados A2/AD podem dotar o componente naval e aéreo, como os submarinos furtivos lançadores de mísseis antinavio e torpedos, aos helicópteros e aviões de patrulha marítima dotados de armas de longo alcance. Tais meios são exemplos de armas que conferem a um país as qualidades necessárias para repelir ataques de uma força invasora, impedindo o acesso e negando o uso do mar ao inimigo.

Voltando ao controle dos mares a sul da China, verifica-se que os EUA, para proteger seus interesses na região, adotaram recentemente uma aproximação com Austrália e Reino Unido em forma de acordo para fornecimento de submarinos de armamentos convencionais movidos à energia nuclear. Assim, mais um país busca adquirir a capacidade de negação do uso do mar utilizando ferramentas de alta furtividade, que são os submarinos à propulsão nuclear (AUSTRALIAN GOVERNMENT, 2022).

Até mesmo drones, nas Forças Armadas conhecidos como SARP (Sistema de Aeronave Remotamente Pilotada), podem ser utilizados como armas em estratégia A2/AD. O drone turco Bayraktar TB2, para não citar os americanos que rotineiramente são noticiados batendo alvos a grandes distâncias, é um armamento altamente eficiente, que vem sendo usado com êxito pelo Azerbaijão e pela Ucrânia nos recentes conflitos, atacando alvos profundos e limitando a liberdade de ação dos seus oponentes (WILTGEN, 2022).

O conflito entre Rússia e Ucrânia, ainda em vigor no sul da Europa oriental, nos mostra como as capacidades A2/AD são importantes no combate atual. A fragata russa Almirante Essen, que atacava a cidade portuária de Odessa com mísseis de cruzeiro, foi alegadamente danificada por mísseis antinavio ucranianos. Posteriormente, um ataque ucraniano com mísseis antinavio R-360 Neptune foi o provável causador do afundamento do Cruzador Moskva, capitânia da frota russa do mar Negro (VERGUN, 2022).



Figura 2 – Cruzador lança-mísseis Moskva

Fonte: Vergun, 2022

Se mísseis antinavio como o balístico DF-21 e o de cruzeiro Neptune conferem capacidade antiacesso aos seus possuidores, mísseis de médio e curto alcance, aliados aos foguetes, que têm seu alcance máximo próximo dos 100 quilômetros, entregam a capacidade de negação de área anteriormente aqui definida, limitando a liberdade de ação de um exército inimigo em uma área de operações.

Ainda no teatro de operações da Ucrânia, sistemas de armas como o míssil russo Iskander-M têm sua precisão complementada pela massa dos foguetes lançados do Lançador Múltiplo Tornado-S. Esse é um dos grandes diferenciais russos no “duelo de artilharia” ora nominado nessa contenda (CRANNY-EVANS, 2022).

Por outro lado, os ucranianos, ao receberem ajuda militar do Ocidente, como os lançadores HIMARS dos EUA, obtiveram importante armamento que lhes permitiu limitar a liberdade de ação dos russos. Passaram a aprofundar o combate com elevada precisão, causando baixas e neutralizando alvos profundos, como instalações logísticas e postos de comando, desorganizando as tropas russas em Kherson e em outras localidades. A entrega de MANPADS e outros sistemas antiaéreos também foi primordial para negar a liberdade de ação à Força Aérea Russa no conflito.

Uma das principais qualidades que uma estratégia A2/AD pode entregar a um país é prover a capacidade de dissuadir ameaças assimétricas, como pode ser cons-

tatado no caso da RPC, tanto aos EUA nas disputas pela hegemonia no oeste do Pacífico e da Ucrânia, quanto à Rússia no atual conflito em vigor no sul da Europa.

O uso desse tipo de armamento é tão importante no combate moderno que os EUA estão desenvolvendo a doutrina de uma *Multi-Domain Task Force* (MDTF), Força-Tarefa Multidomínio, com o intuito de lhes garantir liberdade de ação em diversos cenários possíveis para contrapor e dissuadir a ameaça dos sistemas de armas A2/AD de posse de países como a RPC e a Rússia (CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICE, 2022).

Assim, verifica-se que o uso de armas de precisão, longo alcance e grande poder de destruição convencional fornece aos países detentores os meios necessários para aplicar uma estratégia A2/AD, dificultando a aproximação dos meios de uma força invasora ou limitando sua liberdade de ação. No que tange à defesa, o uso de uma estratégia A2/AD, com seus sistemas de armas baseados em mísseis e foguetes, apresenta-se como uma oportunidade para promover a *dissuasão extrarracional* pretendida pelo Brasil, apresentada nas seções seguintes.

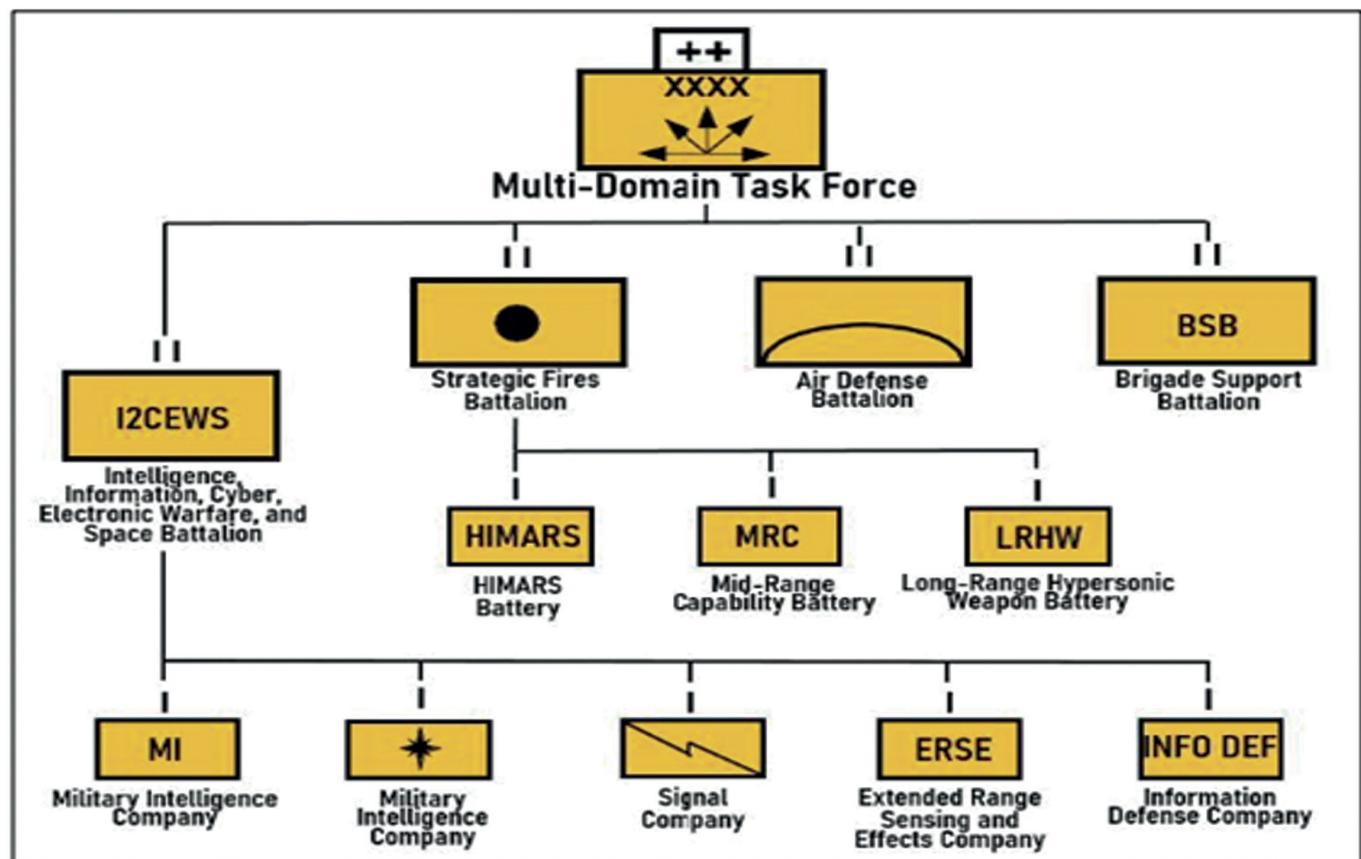


Figura 3 – Multi-Domain Task Force
Fonte: Congressional Research Service, 2022

Capacidades brasileiras A2/AD

O Brasil, na sua END (Estratégia Nacional de Defesa), coloca como primeira diretriz dissuadir a concentração de forças hostis nas fronteiras terrestres e nos limites das águas jurisdicionais brasileiras, e impedir-lhes o uso do espaço aéreo nacional. Ora, são justamente as armas de longo alcance, precisão e alto poder de destruição que irão fazer com que essa diretriz possa ser alcançada (BRASIL, 2012).

O Brasil já possui alguns desses sistemas e tem na sua Base Industrial de Defesa condições de produzir variantes de tais armas. Ao mesmo tempo, precisa urgentemente adquirir outras para viabilizar a consecução da sua END. Assim, o Ministério da Defesa definiu projetos estratégicos que permitirão ao país desenvolver capacidades para defender seus interesses e soberania, tendo sido incluídos no PAED (Plano de Articulação de Equipamento da Defesa), de modo a garantir o fornecimento para as forças (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2022).

A presente seção visa identificar quais são essas capacidades, existentes ou a serem entregues, para que, em um momento posterior, seja possível propor como organizar um esforço conjunto para empregá-las na defesa nacional.

Na Marinha do Brasil, dois programas estratégicos se destacam no que tange ao escopo deste artigo: o Programa de Construção do Núcleo do Poder Naval e o Projeto SisGAAz (Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul). Além disso, nossa Armada já dispõe de armas que entregam capacidade A2/AD ao Brasil como: mísseis antinavio Penguin e Exocet (nas diversas versões) e MANSUP (Míssil Antinavio Nacional de Superfície), que está na sua etapa 3 de desenvolvimento; e ainda os submarinos convencionais da Força de Submarinos, que permitem à Força Naval executar a tarefa básica de negação do uso do mar.

Quanto ao Programa de Construção do Núcleo do Poder Naval, seu subprograma de desenvolvimento de submarinos prevê o lançamento de quatro submarinos convencionais movidos a diesel e um submarino

convencional à propulsão nuclear, o Álvaro Alberto. Acrescente-se a isso o desenvolvimento e absorção de tecnologia de ponta na construção de submarinos, arma furtiva na guerra naval, o próprio estaleiro para construção dessas belonaves e a tecnologia de propulsão nuclear, diferencial nessa área (MARINHA DO BRASIL, 2022a).

O SisGAAz, por sua vez, tem a missão de monitorar e proteger as áreas marítimas de interesse e as águas interiores, seus recursos vivos e não vivos, seus portos, embarcações e infraestruturas, em face de ameaças, emergências, desastres ambientais, hostilidades ou ilegalidades, a fim de contribuir para a segurança e a defesa da Amazônia Azul e para o desenvolvimento nacional. Tal sistema é composto por radares, sensores e satélites, que, apesar do seu uso em atividades de não guerra, também agrupa capacidades que permitem ao Brasil obter informações acerca da área onde exerce sua soberania nos mares (MARINHA DO BRASIL, 2022b).

Os mísseis antinavio de nossa Armada podem ser lançados dos recém-adquiridos helicópteros SH-16 Seahawk, dos modernos helicópteros EC-725, dos aviões de ataque Skyhawk ou mesmo de nossas fragatas e corvetas. Os mísseis antinavio Exocet MM40 Block II, Penguin e o futuro MANSUP têm alcances superiores a 40km, que são potencializados ao serem lançados de plataformas aéreas.

Já na Força Terrestre, os Programas Estratégicos do Exército ASTROS 2020 e Defesa Antiaérea são os indutores de transformação que agregam capacidades A2/AD.

O ASTROS é o sistema de artilharia de saturação de área que entrega ao EB (Exército Brasileiro) enorme poder dissuasório. Fabricado e desenvolvido pela AVI-BRAS nos anos 1980 e 1990, é exportado para países como Arábia Saudita, Malásia, Indonésia e Qatar. Seu poder dissuasório se ampara no volume de fogo que um grupo ou batalhão pode dispor a um comandante em combate. Uma rajada completa de um grupo com foguetes SS-60 sobre um alvo a 60km tem o poder de saturar 10km² de área. São 4.680 granadas, cada uma com raio de ação mortal de 50 metros, caindo sobre o inimigo, tudo isso em apenas 12 segundos.

Ainda que o alcance dos foguetes do ASTROS se limite atualmente aos 90km, o Programa Estratégico do Exército ASTROS 2020 conferiu uma capacidade maior ao sistema: o Míssil Tático de Cruzeiro, em desenvolvimento, com alcance de 300km. Além disso, a constituição do Comando de Artilharia do Exército no

Forte Santa Bárbara, cidade de Formosa/GO, agregou as capacidades de mísseis e foguetes de longo alcance da Força Terrestre em um só lugar, facilitando a logística, manutenção, instrução e adestramento dos operadores do sistema (EPEX, 2022a).



Figura 4 – Míssil Tático de Cruzeiro
Fonte: EPEX, 2022a

O ASTROS já foi testado nos principais ambientes operacionais do Brasil. A centralização em Formosa permite ao EB empregar o sistema em qualquer parte do território nacional o mais rápido possível, possuindo inclusive os meios logísticos necessários para executar o transporte do material e das guarnições. Da Amazônia ao Pampa, a capacidade que o ASTROS possui de conferir a dissuasão extrarregional já está comprovada e é um dos itens que a nossa indústria produz e que garante a independência de fabricantes externos, tão necessária em uma situação de guerra (LIMA JÚNIOR, 2016).

Há ainda a possibilidade de que mísseis antinavio, como o MANSUP ou alguma evolução do MTC, sejam lançados de plataformas terrestres para atacar alvos de superfície no mar. Obviamente, como o Brasil possui a capacidade de desenvolver mísseis antinavio e plataformas de lançamento terrestre, a tentativa de unir as duas vertentes iria agregar uma enorme capacidade defensiva ao Brasil, os 300km ou mais do MTC junto às qualidades de um míssil como o MANSUP entregariam ao Brasil o estado da arte em A2/AD (LIMA JÚNIOR, 2016).

A defesa antiaérea de média altura, das capacidades A2/AD, é a que mais urge ser desenvolvida nas Forças Armadas. Apesar de estar no escopo do Programa Estratégico do Exército Defesa Antiaérea, o Subprograma Sistema de Artilharia Antiaérea de Média Altura ainda se encontra na fase inicial de busca de fornecedores. Por isso, existe uma vulnerabilidade de natureza importante no setor de defesa antiaérea do país e que somente por meio do aperfeiçoamento desse programa e maior alocação de recursos será possível superar o atual *gap* existente (OLIVEIRA, 2022).

A FAB (Força Aérea Brasileira) também possui programas, projetos e sistemas de armas que detêm capacidades para serem empregados em estratégia A2/AD. O PESE, MICLA-BR e o míssil Harpoon são os principais vetores desse tipo de estratégia na Aeronáutica.

O PESE (Programa Estratégico de Sistemas Espaciais) foi criado para atender as necessidades estratégicas das Forças Armadas e da sociedade brasileira. Está baseado em satélites e seu escopo visa a atender,

no campo militar, os diversos sistemas existentes nas Forças Singulares e no Ministério da Defesa, como SISDABRA, SISFRON, SisGAAz E SIPAM, todos estes permitindo o sensoriamento e comando e controle em estratégia A2/AD (FORÇA AÉREA BRASILEIRA, 2022).

A operação do SGDC (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações) no escopo do PESE, dirigido pelo Comando Conjunto permanentemente ativado do COMAE (Comando de Operações Aeroespaciais), é um exemplo de trabalho integrado entre as Forças de modo a fornecer dados de comunicações de alta qualidade e velocidade em todo o território nacional, beneficiando não só a Defesa, mas também a sociedade de modo geral. Ora, são esses sistemas de comando e controle, aliados aos de monitoramento e sensoriamento, que permitirão às três forças atuarem, desde já, de forma conjunta na defesa nacional.

No mesmo escopo do desenvolvimento do míssil tático de cruzeiro pelo EB, aproveitando uma prova de tal míssil em voo cativo conduzido em um caça F-5BR, foi aventada a possibilidade do desenvolvimento de um míssil de cruzeiro de longo alcance brasileiro (MICLA-BR). Tal capacidade agregaria um alcance ainda maior ao MTC, visto que seria potencializado pelo lançamento de uma plataforma aérea como o Gripen ou F5-BR (BRASIL, 2021).

A Aeronáutica também adquiriu recentemente mísseis Harpoon AGM 84 L, com alcance próximo de 280km. Tal capacidade permite à FAB, de seus aviões-patrulha P3-AM do Esquadrão Orungan, aprofundar a defesa A2/AD além da Zona Econômica Exclusiva Brasileira (FORÇA AÉREA BRASILEIRA, 2018).

Assim, pode-se inferir, parcialmente, que as Forças Armadas do Brasil possuem ou já desenvolvem vetores lançadores e sistemas de armas de longo alcance e precisão, bem como meios de detecção e monitoramento capazes de, em conjunto, permitirem ao país desenvolver uma estratégia conjunta A2/AD que lhe confira a capacidade de dissuadir ameaças extrarregionais de questionarem a soberania nacional. A próxima seção visa apresentar possibilidades de como organizar a defesa A2/AD do Brasil.

Organizando a defesa A2/AD brasileira

Levando em consideração todo o exposto nas seções anteriores, verifica-se a urgência de organizar um esforço conjunto, no âmbito do Ministério da Defesa, de modo a preparar uma estratégia A2/AD que permita ao Brasil fazer frente às possíveis ameaças extrarregionais assimétricas.

O general Rocha Paiva, estudioso do assunto e idealizador de um SCDANA (Sistema Conjunto de Defesa Antiacesso e Negação de Área), afirma que o propósito de tal sistema seria desgastar uma força invasora longe do litoral ou de uma fronteira, produzindo o maior número de baixas no inimigo, minando sua vontade de lutar (PAIVA, 2016).

O mesmo autor propõe que os principais locais a serem defendidos são: o norte do Brasil, na *direção tática de atuação* que se escora na rodovia BR-174, ligando Pacaraima-Boa Vista-Manaus, alijando da União o Estado de Roraima com as suas inúmeras riquezas minerais e seus complexos problemas indígenas; a foz do rio Amazonas, incluindo a Ilha de Marajó, cuja conquista isolaria praticamente toda a Amazônia Brasileira; e o Saliente Nordestino, região que estrangula a passagem do Atlântico Meridional ao seu homônimo Setentrional (PAIVA, 2016).

As três Forças Singulares executam e já executaram exercícios nesses locais. A Marinha, inclusive, objetiva constituir uma segunda esquadra na região de Belém do Pará. O Exército transferiu recentemente uma brigada de infantaria para a cidade de Macapá. A FAB deslocou caças F5-BR para Manaus. Exercícios singulares, como a Operação Foz do Amazonas 2015, com a participação do 6º Grupo de Mísseis e Foguetes do EB, exemplificam como meios lançadores de mísseis e foguetes podem ser deslocados para locais como o Amapá para a execução da defesa dessa região capital. A Fortaleza de São José de Macapá e o Forte do Presépio em Belém não estão ali apenas porque são belas obras da arquitetura militar colonial portuguesa (LIMA JÚNIOR, 2016).

Quanto a isso, observa-se também que, apesar dos esforços doutrinários do Ministério da Defesa, hoje não existe uma doutrina para emprego conjunto das

Forças Armadas utilizando uma estratégia A2/AD. Tal doutrina poderia ser desenvolvida não só de lições aprendidas, colhidas de experiências de outros exercícios, mas também dos exercícios que seriam realizados no âmbito do Ministério da Defesa.

Ainda, a nação brasileira necessita participar mais ativamente das discussões de Defesa Nacional. A alocação de recursos para o contínuo desenvolvimento de capacidades militares e de sistemas de combate pela BID (Base Industrial de Defesa) poderá incrementar o escopo da estratégia da dissuasão prevista na END, que, por obviedade e constatação deste estudo, é mais bem executada quando se visualizam sistemas A2/AD, mormente dotados de mísseis e foguetes, plataformas lançadoras de terra, mar, ar e sistemas de comando, controle e monitoramento.

O Brasil possui uma indústria de defesa altamente qualificada e o desenvolvimento de sistemas de combate é provado historicamente como fomentador de tecnologias duais com proveito para toda a sociedade, caso do SGDC, além de ser um grande gerador de renda e empregos. Empresas estratégicas de defesa que produzem mísseis, foguetes, meios de comunicações, radares e sensores diversos não podem ter a sua existência ameaçada. Tais tecnologias críticas, como mísseis de cruzeiro de longo alcance, são negadas por qualquer país exportador de armamentos militares, justamente porque tais nações, em uma noção realista das relações internacionais, visualizam que o aliado de hoje pode ser o inimigo de amanhã.

Considerações finais

Assim, tendo visitado o conceito de A2/AD, visto seu emprego na atualidade, levantadas as capacidades existentes no Brasil e a possibilidade de organizar uma estratégia conjunta de *defesa antiacesso e negação de área* para o Brasil, verifica-se que o emprego de mísseis e foguetes, aliado a outras capacidades e meios de lançamento, encontra-se no cerne da solução de uma maneira de organizar a defesa do Brasil de modo a dissuadir

ameaças contra a nossa soberania na hipótese de um ator ou coligação extrarregional atacar o território nacional.

O atual conflito na Ucrânia, com o afundamento do cruzador russo Moskva, provavelmente causado por mísseis antinavio lançados de plataformas terrestres, bem como a existência de mísseis antinavio de longo alcance que aparentemente são o centro da defesa A2/AD da RPC no tocante aos seus interesses no mar do Sul da China, ou mesmo a aquisição e o desenvolvimento de armas de longo alcance, precisão e alto poder de destruição por países como Índia e Rússia, fazem com que essas capacidades estejam em alta conta na organização da defesa das nações, sobretudo porque permitem que um país mais fraco se defende eficazmente contra um agressor mais poderoso militarmente.

O Brasil possui diversas capacidades que lhe permitem organizar uma estratégia A2/AD. O PROSUB e os mísseis antinavio da Marinha e da FAB e os foguetes do Sistema ASTROS e seu míssil tático de cruzeiro podem ser alinhados a capacidades que têm condições de aqui serem desenvolvidas, como o MICLA-BR e o míssil antinavio lançado do ASTROS. Não se pode olvidar também dos sistemas de comando e controle e meios como radares, satélites e outros sensores, que irão dar o alerta oportuno da ameaça e monitorar os locais de aproximação.

Isso posto, urge organizar um *sistema conjunto de defesa antiacesso e negação de área*, como aventado pelo ge-

neral Rocha Paiva, levando em consideração a hipótese amazônica de que a aproximação de um inimigo extrarregional possa se dar via mar do Caribe, seguindo a cavaleiro da rodovia BR-174, ou fechar a foz do Amazonas, estrangulando a metade do território nacional, ou a possibilidade de assaltar o Saliente Nordestino, que controla o acesso ao Atlântico Sul.

Para que tal sistema seja viável, é necessário criar exercícios conjuntos entre as três Forças explorando o tema, unificar a doutrina para que saibam interoperar nesse ínterim e, sobretudo, fomentar a nação brasileira a discutir o assunto, alocando recursos para as Forças Armadas e para as áreas sensíveis da BID que desenvolvem e produzem as tecnologias críticas que conferem ao Brasil as capacidades de mísseis, foguetes, sistemas de comando e controle, satélites e radares.

Por fim, o Brasil é o “Gigante do Sul” e precisa tomar consciência da sua importância global e do seu local no concerto das nações. A grandiosidade do “país-continente” faz com que, apesar da índole pacífica da sua população, seja necessário investir em Defesa e estar preparado para salvaguardar seus interesses e suas incontáveis riquezas. O Brasil já foi vítima de várias agressões no curso dos seus mais de 500 anos de história e muitas delas vieram pelo mar. Urge, então, preparar as defesas do país para repelir qualquer agressor muito antes de ele se aproximar de nosso território. Dessa forma, será cumprido o previsto na END, provendo ao país a dissuasão extrarregional apoiada em uma estratégia A2/AD. 

Referências

- AUSTRALIAN GOVERNMENT. **Nuclear Powered Submarine Task Force.** Disponível em: <<https://www.defence.gov.au/about/taskforces/nuclear-powered-submarine-task-force>>. Acesso em: 31 ago 2022.
- AVIBRAS. **ASTROS.** Disponível em: <<https://www.avibras.com.br/site/areas-de-atuacao/defesa/astros.html>>. Acesso em: 21 ago 2022.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa – Estratégia Nacional Defesa.** Brasília, 2012.
- BRASIL. Estado-Maior da Aeronáutica. **Termo Aditivo de prorrogação de prazo ao Memorando de Entendimentos (MDE) nº 1/EMAER/2020.** DOU Seção 3, Nr. 239, terça-feira, 21 dez 2021.
- CHINA POWER. **How much trade transits South China Sea.** Disponível em: <<https://chinapower.csis.org/much-trade-transits-south-china-sea/>>. Acesso em: 27 ago 2022.
- CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICE. **The multi-domain task force (MDTF).** Washington, 31 maio 2022. Disponível em: <https://sgp.fas.org/crs/natsec/IF11797.pdf>. Acesso em: 21 ago 2022.
- CRANNY-EVANS, Sam. **The Iskander-M and Iskander-K: a technical profile.** Rusi, 8 ago 2022. Disponível em: <<https://rusi.org/explore-our-research/publications/commentary/iskander-m-and-iskander-k-technical-profile>>. Acesso em: 21 ago 2022.
- EPEX. **ASTROS: Alcance-Precisão-Poder.** Disponível em: <<http://www.epex.eb.mil.br/index.php/astros-2020>>. Acesso em: 27 ago 2022.
- EPEX. **Programa Defesa Antiaérea.** Disponível em: <<http://www.epex.eb.mil.br/index.php/defesa-antiaerea>>. Acesso em: 29 ago 2022b.
- FORÇA AÉREA BRASILEIRA. **Esquadrão Orungan recebe visita técnica de comitiva da Marinha Americana.** Brasília, 5 jul 2018. Disponível em: <<https://www.fab.mil.br/noticias/mostra/32397/MÍSSIL%20HARPOON%20%20Esquadrão%20Orungan%20recebe%20visita%20técnica%20de%20comitiva%20da%20Marinha%20Americana>>. Acesso em: 31 ago 2022.
- FORÇA AÉREA BRASILEIRA. **O que é PESE?** Disponível em: <<https://www2.fab.mil.br/ccise/index.php/o-que-e-o-pese>>. Acesso em: 31 ago 2022.
- LA GRONE, Sam. SUTTON, H I. **China Builds Missile Targets Shaped Like US Aircraft Carrier, Destroyers in Remote Desert.** US Naval Institute. Annapolis, 7 nov 2021. Disponível em: <<https://news.usni.org/2021/11/07/china-builds-missile-targets-shaped-like-u-s-aircraft-carrier-destroyers-in-remote-desert>>. Acesso em: 21 ago 2022.
- LIMA JUNIOR, Cezar Augusto Rodrigues. **Artilharia de Mísseis e Foguetes:** contribuição para um sistema conjunto de defesa antiacesso e negação de área (SCDANA). Doutrina Militar Terrestre em Revista. Brasília, jan/mar 2016.
- MARINHA DO BRASIL. **PROSUB.** Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/prosub/finalidadenuclear>>. Acesso em: 29 ago 2022a.
- MARINHA DO BRASIL. **SisGAAz: proteção e monitoramento das águas jurisdicionais brasileiras.** Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/sisgaaaz-protecao-e-monitoramento-das-aguas-jurisdicionais-brasileiras>>. Acesso em: 29 ago 2022b.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Projetos Estratégicos de Defesa.** Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/industria-de-defesa/paed/projetos-estrategicos>>. Acesso em: 29 ago 2022.

OLIVEIRA, Fábio Ribeiro Gonçalves de. **A defesa antiaérea de médio e grande alcances no contexto de antiacesso e negação do espaço de batalha.** A Defesa Nacional, (847) 2022. Disponível em: <<http://www.ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/10058>>. Acesso em: 31 ago 2022.

PAIVA, Luiz Eduardo Rocha. **Amazônia e Atlântico Sul:** desafios e perspectivas para a defesa no Brasil. O jogo do poder na faixa atlântica do entorno estratégico nacional e seus reflexos para a defesa e projeção do Brasil. Brasília: IPEA, 2015.

PAIVA, Luiz Eduardo Rocha. **A defesa precisa de integração estratégica.** EBlog, 25 abr 2016. Disponível em: <<http://eblog.eb.mil.br/index.php/menu-easyblog/gen-bda-r1-luiz-eduardo-rocha-paiva.html>>. Acesso em: 21 ago 2022.

VERGUN, David. **Sailors still battling fire on russian cruiser Moskva says DOD Official.** Department of Defense News. Washington, 14 abr 2022. Disponível em: <<https://www.defense.gov/News/News-Stories/Article/Article/3000099/sailors-still-battling-fire-on-russian-cruiser-moskva-says-dod-official/>>. Acesso em: 21 ago 2022.

WILTGEN, Guilherme. **Ucrânia ataca dois navios-patrulha russos no Mar Negro.** Defesa Aérea e Naval. 2 maio 2022. Disponível em: <<https://www.defesaaereanaval.com.br/geopolitica/ucrania-ataca-dois-navios-patrulha-russos-no-mar-negro>>. Acesso em: 21 ago 2022.

WHITE HOUSE. **Indo-Pacific Strategy of The United States.** Washington, fevereiro de 2022. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2022/02/U.S.-Indo-Pacific-Strategy.pdf>>.

O emprego da artilharia antiaérea contra ameaças assimétricas em grandes eventos

George Koppe Eiriz*

Renato Rocha Drubsky de Campos**

Introdução

A realização com sucesso dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos (JOP) no Rio de Janeiro em 2016 projetou positivamente o Brasil no cenário internacional e ratificou a capacidade do país de sediar grandes eventos em escala mundial. Diante de um panorama conturbado na segurança internacional, que antecedeu à abertura dos JOP Rio 2016, marcado por uma série de atentados terroristas na Europa e no Oriente Médio, o temor de ações perpetradas por grupos extremistas ou minorias não se confirmou no período em que a nação brasileira hospedou mais de 10.500 atletas de 206 países.

Antes de discorrer sobre as novas ameaças aéreas que impõem novos desafios aos meios de Defesa Aeroespacial (D Aepc) dos diversos países, cabe ressaltar o conceito de guerra assimétrica, tão presente no estudo do fenômeno dos conflitos do atual século. A Doutrina Básica da Marinha (DBM) conceitua o termo da seguinte forma:

A guerra assimétrica é empregada, genericamente, por aquele que se encontra muito inferiorizado em meios de combate em relação aos de seu oponente. A assimetria se refere ao desbalanceamento extremo de forças. Para o mais forte, a guerra assimétrica é traduzida como forma ilegítima de violência, especialmente

quando voltada a danos civis. Para o mais fraco, é uma forma de combate. Os atos terroristas, os ataques aos sistemas informatizados e a sabotagem são algumas formas de guerra assimétrica. (EMA, 2004,1:2-2)

As ações terroristas realizadas contra o World Trade Center e o Pentágono, no dia 11 de setembro de 2001, inauguraram uma nova era no panorama da segurança internacional. Naquela ocasião, somente 19 integrantes afiliados à rede terrorista Al-Qaeda conseguiram causar um número estimado de baixas de 2.996 pessoas, cerca de 6.000 feridos, 10 bilhões de dólares em danos às propriedades e infraestrutura e 3 trilhões de dólares em custos totais. As cifras apresentadas ratificam os “ganhos” relativos obtidos pelos praticantes dos princípios da guerra assimétrica sobre forças de poder de combate bem superiores.

Desde então, grandes eventos internacionais como as Olimpíadas, Copa do Mundo de Futebol, reuniões de chefes de Estado e de governo passaram a contar com D Aepc, sendo que, em alguns deles, tornou-se obrigatório o desdobramento de sistemas de armas da defesa de artilharia antiaérea (DA Ae). Concomitante ao aumento da demanda de emprego da DA Ae em operações de não guerra (Op Ng), surgiram novas ameaças ao espaço aéreo em âmbito global, o que impôs à artilharia antiaérea (AAAE) responder aos inéditi-

* TC Art (AMAN/2002, EsACosAAe/2006, EsAO/2010, ECEME/2018). Desempenhou a função de Of Lig da 1ª Bda AAAe junto ao Comando Geral de Defesa de Área durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 (JOP Rio 2016). Atualmente, é aluno do Curso de Estado-Maior Internacional na Führunsakademie der Bundeswehr/Alemanha.

** Maj Art (AMAN/2004, EsACosAAe/2010, EsAO/2012, ECEME/2020). Desempenhou a função de Of Lig da 1ª Bda AAAe junto ao Comando Geral de Defesa de Área durante os JOP Rio 2016. Atualmente, é instrutor da ECEME.

tos desafios e a considerar outras condicionantes no planejamento e na execução da sua missão.

À medida que a realização do maior evento esportivo mundial se aproximava, o crescente protagonismo brasileiro trouxe consigo as ameaças oriundas de grupos terroristas.

Conforme Silva (*apud* VERGARA, 2013, p. 6), a ameaça aérea assimétrica será composta, com maior grau de potencialidade, pelos seguintes vetores: aeronaves civis abduzidas e transformadas em meios de ação terrorista; drones ou aeronaves remotamente pilotadas (ARP), cuja aquisição ou montagem é bastante facilitada na atualidade; morteiros, cujos lançadores são pequenos e fáceis de dissimular e empregar; ultraleves e balões dirigíveis; e paraquedistas com intenção de realizar uma pequena, mas visível, ação no evento ou mesmo espargir agente químico ou biológico de alta periculosidade.

A conjugação do ambiente operacional com os meios disponíveis para se contrapor àqueles vetores resultaram em condicionantes para o emprego da DA Ae: planejamento e preparação antecipados; adequação dos meios disponíveis; emprego em ambiente urbano; restrições ao desdobramento ostensivo; coordenação com o esquema geral de segurança; defesa das próprias posições ocupadas pela DA Ae, em especial as armas, para que estas não fossem tomadas e utilizadas por células terroristas ou agentes perturbadores da ordem pública (APOP); dificuldade de identificação do vetor aéreo como ameaça real; acurado emprego de medidas de coordenação e controle do espaço aéreo (MCCA); amparo legal para que a AAAe realizasse fogos; necessidade de bloqueio de pequenos aeródromos nas proximidades do evento para impedir que uma ameaça se beneficiasse do curto tempo de reação; opinião pública como fator interveniente na ação da DA Ae; necessidade de plano de comunicação social eficiente; efeitos colaterais considerados possíveis e admissíveis; coordenação do uso das instalações civis locais; uso de instalações militares nas cidades dos eventos; e atuação da DA Ae também em ambiente noturno.

Com o objetivo de organizar e orientar as atividades na área de Defesa, o coordenador geral de defesa de área (CGDA) foi criado por meio da Portaria nº 232 do

Ministério da Defesa, de 30 de janeiro de 2015. Essa estrutura, subordinada ao Ministério da Defesa, integrou militares da Marinha, do Exército, da Força Aérea e representantes da Secretaria de Grandes Eventos do Ministério da Justiça (SESGE), do Comitê Rio 2016 e da ABIN, além de órgãos de segurança pública estaduais e municipais.

Devido à concentração dos locais de competição em quatro regiões distintas na cidade do Rio de Janeiro, o CGDA as dividiu em quatro centros de Coordenação de Defesa Setoriais (CDS), a saber: Barra, Copacabana, Deodoro e Maracanã. Os meios de DA Ae da 1^a Bda AAAe receberam a missão de proteger os locais de competições dos CDS Copacabana, Deodoro e Maracanã. O Batalhão de Controle Aerotático e Defesa Antiaérea do Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil, por sua vez, ficou encarregado de defender o Epc Ae sobrejacente aos locais de competição localizados no CDS Barra.

O Decreto nº 8.758 da Presidência da República, de 10 de maio de 2016, estabeleceu os procedimentos que seriam observados pelos órgãos componentes do Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (SISDABRA), com relação às aeronaves suspeitas ou hostis, que pudessem representar ameaça à segurança dos JOP Rio 2016.

O artigo 8º do Decreto mencionado no parágrafo anterior revelou os primeiros desafios que seriam enfrentados pela AAAe da Força Terrestre, a saber: “Para os fins deste Decreto, serão consideradas aeronaves: [...] VIII – Aeronaves Remotamente Pilotadas – ARP [...].”

A consideração das ARP como possíveis ameaças aéreas assimétricas demandariam a flexibilização do emprego dos meios de DA Ae da 1^a Bda AAAe, uma vez que a sequência prevista de medidas de averiguação, intervenção e persuasão executadas pelas aeronaves de interceptação da Força Aérea Brasileira (FAB) não seriam adequadas para aquele tipo de vetor aéreo.

Assim sendo, este trabalho apresentará, a seguir, as soluções encontradas pelos órgãos relacionados à DA Ae dos JOP Rio 2016 que permitiram o sucesso no cumprimento da desafiadora missão a eles confiada.

da, em meio às condicionantes de emprego da AAAe já elencadas anteriormente.

Desenvolvimento

A ameaça aérea assimétrica: os drones

Os drones constituem o setor de crescimento mais dinâmico da indústria aeroespacial mundial nesta década. Um estudo de mercado estima que a produção de ARP em escala global se elevará de 4 para 14 bilhões de dólares anualmente, totalizando 93 bilhões de dólares nos próximos 10 anos (FINNEGAN, 2015).

A maior quantidade de modelos existentes e de unidades produzidas no mundo ocorre na categoria conhecida como *Mini* (equivalente à categoria 1 no Exército Brasileiro).¹ Os minidrones possuem baixo custo de aquisição, geralmente podem ser operados por apenas um usuário sem treinamento prévio, são portáteis, de pequenas dimensões e peso e suas peças de reposição encontram-se facilmente disponíveis no mercado internacional de equipamentos eletrônicos, inclusive nas plataformas virtuais e no comércio ilegal.

Assim, os drones dessa categoria constituem uma crescente ameaça diante da possibilidade de sua utilização por “lobos solitários” influenciados por grupos terroristas, APOP ou, até mesmo, indivíduos curiosos ou que ignoram a legislação do uso do espaço aéreo. Tais plataformas aéreas podem transportar agentes químicos, bacteriológicos e radiológicos de grande poder de destruição ou uma carga útil explosiva.

Um atentado terrorista que utilizasse esse *modus operandi* durante a realização dos Jogos Olímpicos no Brasil traria um enorme dano à imagem do país, pois o pânico causado no interior de um estádio, ginásio ou local de grande concentração de pessoas potencializaria o número de vítimas já causadas pela liberação do *payload*² nocivo.

O emprego de drones por organizações consideradas terroristas já era uma realidade à época da escolha do Rio de Janeiro como sede do maior evento esporti-

vo do planeta. O grupo libanês Hezbollah assumiu responsabilidades por incursões prévias de plataformas não tripuladas produzidas no Irã no espaço aéreo israelense (BINNIE, 2013). Aeronaves de interceptação da Força Aérea de Israel alegaram ter derrubado um drone lançado pelo Hamas a partir da zona litorânea da Faixa de Gaza. Líderes daquela organização extremista não admitiram o fato, embora o grupo terrorista já tivesse afirmado que possuía tal capacidade (GROSS, 2016).

As ARP constituem um dos tipos de ameaças aéreas mais complexos de serem abatidos pelos meios existentes em um *volume de responsabilidade de defesa antiaérea* (VRDA Ae). Isso porque se deslocam em baixas altitudes em relação aos vetores inimigos tradicionais (aeronaves de alta e baixa performance, mísseis etc.). Além disso, possuem assinaturas infravermelha, acústica e uma seção reta radar pequena,³ o que as tornam bastante difíceis de serem detectadas por sistemas de radares e de mísseis do tipo *fire and forget*.⁴

No caso de mísseis portáteis de guiamento por facho laser, o desafio para o atirador será enxergar a pequena silhueta do drone no aparelho de pontaria desde o momento em que o alvo adentre o envelope de engajamento do míssil.

Alguns radares no “estado da arte” já são capazes de detectar alvos com seção reta radar de até um metro quadrado (1m^2). O desafio tecnológico, no entanto, tem sido identificá-los e distingui-los de pássaros, *clutters*⁵ e de outros retornos que o radar normalmente é capaz de eliminar (BROWN; FOSS, 2012).

Assim, verifica-se que os sistemas de canhões se enquadraram na melhor opção de alvejar os drones inimigos. Para tal, diferentes tipos de munições pré-fragmentadas têm sido produzidos para possuir a capacidade adicional de serem empregados contra ARP. Essas munições formam densas nuvens de estilhaços formadas por balins de tungstênio (efeito *shotgun*), as quais têm por objetivo danificar as partes essenciais ao voo de um vetor não tripulado: motor, asas, empêncas e a própria fuselagem.

Como exemplo, citam-se as munições de 40mm suécas Bofors 40/57 3P e as denominadas A3B (*Anti-Air Air Burst*), de origem francesa. No que tange às munições

de calibre 35mm desse tipo, aponta-se a tradicional AHEAD.⁶ Essas modernas munições têm sido embarcadas em sistemas de canhões sobre plataformas autopropulsadas, que possuem um reduzido tempo de entrada em posição e podem até disparar em movimento, aumentando, portanto, a letalidade do sistema de armas antiaéreas.

A produção de uma grande quantidade de estilhaços por sistemas de canhões, contudo, aumenta em muito a possibilidade de ocorrência de um efeito colateral sobre as propriedades e pessoas, não sendo adequado o emprego dessas armas em um cenário urbano de Op Ng. De fato, a mínima probabilidade de ocorrem mortes de civis e de danos às instalações públicas ou privadas em uma situação de normalidade institucional decorrentes do uso de canhões antiaéreos exigiu a busca de uma outra solução que restringisse o voo, sem autorização, de drones durante os JOP Rio 2016.

Um dos sistemas apresentados foi o D-NAS (*Digital Notice Awareness*),⁷ que é capaz de prover a consciência situacional automática para operadores de drones e autoridades de gerenciamento do tráfego aéreo. Ao decolar o drone, a AIRMAP recebe informações das três principais fabricantes de minidrones em âmbito mundial (DJI, 3D Robotics e Aeryon Labs – que detêm cerca de 90% do mercado nessa categoria) com relação à posição da aeronave e ao modelo operado.

Muitos aeroportos no mundo já utilizam o D-NAS para aumentar a segurança do seu perímetro, de modo a prevenir colisões de aeronaves comerciais com ARP durante a aproximação final ao destino, situação que poderia provocar até mesmo a queda da aeronave tripulada.

O sistema, entretanto, não satisfez um requisito indispensável para o planejamento dos JOP Rio 2016 à época, que era impedir a aproximação de um drone de fabricação “caseira”, não autorizado e cujo operador possuísse a má intenção de provocar um efeito destrutivo ou de pânico na multidão presente aos locais de competições.

Torna-se importante salientar que, na indústria bélica aeroespacial mundial, existem duas técnicas recentes e eficazes para impedir a aproximação de uma mini-ARP suspeita sem fazer uso de armamentos: o

corte do enlace (*link*) de controle entre o operador e a aeronave a partir de uma interferência eletrônica (*jamming*) e a indução de sinais do sistema de posicionamento global (GPS) mais fortes que influenciem os receptores existentes no drone a obedecer o comando de uma nova rota pré-programada (técnica conhecida como *GPS spoofing*).

A AEGE/MD, ainda, naquele evento, testou a efetividade do Sistema de Contramedida Eletrônico para drones SCE 0100. O equipamento mencionado foi capaz de interferir no *link* de controle de diferentes tipos de minidrones operados por civis e militares, o que os fez entrar automaticamente em modo de contingência (voo pairado na última coordenada conhecida, aguardando o restabelecimento da comunicação com o operador). Este artigo apresentará a *posteriori*, mais detalhadamente, as características e o emprego do SCE 0100 durante os Jogos Olímpicos.

Um segundo evento que teve por objetivo adquirir conhecimento específico sobre a defesa antidrone foi a realização de um intercâmbio de especialistas entre o CGDA e o Comando Sul do Exército dos Estados Unidos da América (USSOUTHCOM), no período que antecedeu o início dos jogos.

Primeiramente, uma palestra foi realizada para nivellar conhecimentos e apresentar à comitiva as capacidades de interferência em drones do Exército Brasileiro (EB), na qual os palestrantes apontaram suas primeiras impressões sobre os desafios que porventura seriam enfrentados por ocasião das ações de defesa contra ARP suspeitas durante as Olimpíadas.

Realizaram-se reconhecimentos na área do porto do Rio de Janeiro, do estádio do Maracanã e no Parque Olímpico. Nessas ocasiões, foram levantados importantes aspectos técnicos e operacionais de emprego de drones no panorama de grandes eventos: rotas de aproximação direta aos locais das competições esportivas, criação de uma biblioteca eletrônica de sinais conhecidos, prováveis locais de decolagem de ARP no perímetro dos estádios, protocolo de atuação das forças em terra, características do voo de drones e principais modelos de minidrones existentes no mercado civil brasileiro.

A vigilância do espaço aéreo contra drones

Segundo Brasil (2001, p. 2-9):

Os Postos de Vigilância (P Vig) são empregados para cobrir eventuais brechas no diagrama de cobertura dos sensores de vigilância ou reforçar a vigilância nas prováveis rotas de aproximação das aeronaves inimigas.

A 1^a Bda AAe e o CGDA decidiram por mobiliar os P Vig tradicionais da AAe, conferindo-lhes uma nova tarefa, a de alertar sobre a aproximação de drones suspeitos nos locais de competição. Por conseguinte, o princípio de emprego dos P Vig destacado na citação anterior foi mantido.

Os operadores do P Vig devem dispor de uma capacidade de observação diurna e noturna que lhes permita detectar, reconhecer e identificar a ameaça aérea desde o mais longe possível. As informações obtidas do alvo devem ser repassadas com precisão e rapidez para o Centro de Operações Antiaéreas (COAAe), que, por sua vez, aciona as Unidades de Tiro (U Tir) que estejam em melhores condições de engajar o vetor inimigo.

A 1^a Bda AAe operou 60 P Vig Drones no decorrer dos JOP Rio 2016, nos locais de competição. Os observadores utilizaram binóculos (**figura 1**) durante o dia e equipamento de visão noturna (EVN) nos eventos que transcorreram após o pôr do sol.



Figura 1 – Operador de P Vig Drones na Torre do Shopping Rio Sul, no bairro de Botafogo

Fonte: 2º GAAe

Os P Vig Drones mostrariam a sua importância logo nos primeiros minutos da Cerimônia de Abertura dos JOP Rio 2016, no Estádio Mario Filho (Maracanã). Na ocasião, os voos não autorizados de três drones do tipo quadricóptero foram registrados pelos observadores do P Vig. As plataformas aéreas adotaram, em sua maioria, um perfil de voo pairado ao redor do anel superior do Maracanã. Assim, presumiu-se que a intenção dos operadores era de somente observar ou filmar o evento, o que não excluía a possibilidade da mudança repentina para um padrão de voo mais agressivo.

Diante do fato, o CGDA passou a estudar a elaboração de um protocolo de atuação contra drones suspeitos que abrangesse todas as ações sequenciais a serem adotadas: observação, localização, identificação, interferência por parte do 1º Batalhão de Guerra Eletrônica (1º BGE), acionamento das forças de contingência em solo, inspeção do drone interferido por tropas de DQ-BRN⁸ e perícia dos dados armazenados no cartão de memória do aparelho pelas autoridades policiais.

O documento anteriormente citado estabeleceu os parâmetros do perfil de voo ameaçador de um drone suspeito. A partir de então, os diversos sensores humanos e não humanos que estivessem operando em prol da segurança dos JOP Rio 2016 deveriam ficar alertas para a identificação daquela ameaça.

Na sequência, as informações geradas pelos sensores descritos no parágrafo anterior deveriam ser transmitidas, de forma rápida e eficiente, aos diversos oficiais de ligação que mobiliavam o CGDA. Nesse centro de coordenação, as informações seriam processadas pela Célula de Operações de Informação (D8) ou pelo oficial de permanência. Após serem filtradas, elas seriam submetidas ao Centro de Operações Aéreas (COA), órgão responsável por classificar a ameaça de acordo com as listas de autorizações para voo emitidas pelos órgãos regionais de coordenação do espaço aéreo, de modo a assessorar a tomada de decisão da autoridade competente, como mostra a **figura 2**.



Figura 2 – Classificação e assessoramento da autoridade decisora
Fonte: CGDA

A decisão sobre a utilização ou não dos interferidores resultaria na tomada imediata de ações pelas forças de segurança (Forças Armadas e órgãos de segurança pública) desdobradas nos locais de competições esportivas. Em decorrência disso, os procedimentos descritos na **figura 3** teriam por objetivo minimizar as consequências do ato hostil, de modo a permitir a continuidade do evento, a proteção de pessoas e instalações e a boa imagem do país como anfitrião dos JOP 2016.

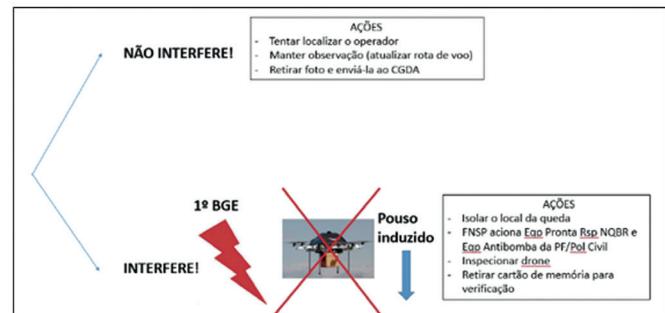


Figura 3 – Ações a serem tomadas em caso de interferência/não interferência
Fonte: CGDA

O sistema de contramedida eletrônico contra drones SCE 0100-D

O SCE 0100 é um sofisticado sistema de contramedida eletrônica (interferidor). O equipamento é apresentado nas seguintes configurações: aplicação contra comunicação de telefones celulares (versão C); contra artefatos explosivos improvisados acionados por controle remoto (RCIED)⁹ – versão R – e contra SARP/drones (versão D), sendo esta última um dos objetos de estudo do presente artigo.

O SCE 0100-D possui capacidade de bloquear e/ou interferir em plataformas aéreas remotamente pilotadas hostis por seis canais independentes. É possível variar a potência de saída por ocasião da interferência, de modo a assegurar o mínimo de perturbação ao ambiente civil situado fora da área de interesse balizada pelo posicionamento das antenas direcionais.

Uma reunião de coordenação acerca do uso dos canais do equipamento interferidor foi realizada oportunamente antes do começo dos jogos. O evento foi capitanado pelo Comando-Geral do Ar (COMGAR) e pela AEGE/MD, com a participação de organizações militares da FAB e do EB. Naquela oportunidade, decidiu-se que a Força Terrestre não utilizaria o SCE 0100-D nas faixas de frequências utilizadas pelos sistemas GPS durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, uma vez que poderia interferir nos marcadores de auxílio à navegação aérea existentes nos aeroportos localizados na cidade do Rio de Janeiro, o que poderia atentar contra a segurança de voo civil e militar.

A coordenação entre as guarnições dos P Vig Drones e do 1º BGE transcorreram da seguinte forma: o oficial de ligação da 1ª Bda AAAe comunicava diariamente ao COAAe do CDS devido o período de utilização e as características dos drones operados pela Olympic Broadcast System (OBS). A OBS era a única empresa autorizada a transmitir os diversos eventos olímpicos a partir de ARP, pois havia firmado contrato com o Comitê Olímpico Internacional (COI) com essa finalidade, além de ser um dos principais patrocinadores dos JOP Rio 2016.

Sendo assim, uma coordenação equivocada entre o Comando Geral de Defesa de Área (CGDA) e os operadores do SCE 0100-D poderia resultar na queda de uma plataforma não tripulada da OBS, o que poderia incorrer, até mesmo, em problemas jurídicos para o Comitê Olímpico Brasileiro (COB). Realizados tais acertos, os P Vig Drones, ao detectar um drone suspeito, informavam suas características e posição ao oficial de ligação da 1^a Bda AAAe. Esse militar, de posse de um sistema de tela código comum ao COAAe, repassava as coordenadas da ameaça ao oficial de ligação do 1º BGE no CGDA. Caso autorizados pelo CGDA ou autoridade a ele delegada nos CDS, os militares posicionados nos locais de competição acionariam o SCE 0100-D para interferir na ARP intrusa (**figura 4**).

Cabe ressaltar que, a fim de prover legitimidade à eventual utilização do referido equipamento, a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) elaborou o Decreto 50.625, que autorizou as Forças Armadas a utilizarem equipamentos bloqueadores de sinais de radio-comunicações (BSR) durante os JOP Rio 2016.



Figura 4 – Guarnição de operação do SCE 0100-D no Estadio do Engenhão

Fonte: 1º BGE

As guarnições do P Vig Drones da 1^a Bda AAAe puderam se adestrar com relação à observação e transmissão de mensagens de “Alerta Drone” durante as diversas Operações Olho Vivo realizadas por aquela grande unidade. Os observadores do ar receberam treinamen-

to para identificar o tipo de drone em voo, de modo a repassar a informação mais precisa ao COAAe e ao CGDA.

Uma boa prática obtida pela AAAe nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos foi verificar a possibilidade de desenvolvimento da doutrina de DA Ae contra SARP em grandes eventos, particularmente com relação à detecção e observação de minidrones. Isso porque o SCE 0100-D, além do equipamento interferidor, pode ser integrado a sensores acústicos, a uma câmera de monitoração e a um radar passivo (**figura 5**). Essa gama de sensores certamente contribuiria para a detecção, reconhecimento e identificação de um drone de pequenas dimensões de forma automática e com possibilidade de transmitir imagens e dados para um centro de controle de operações, facilitando, portanto, a tomada de decisão pela autoridade competente.

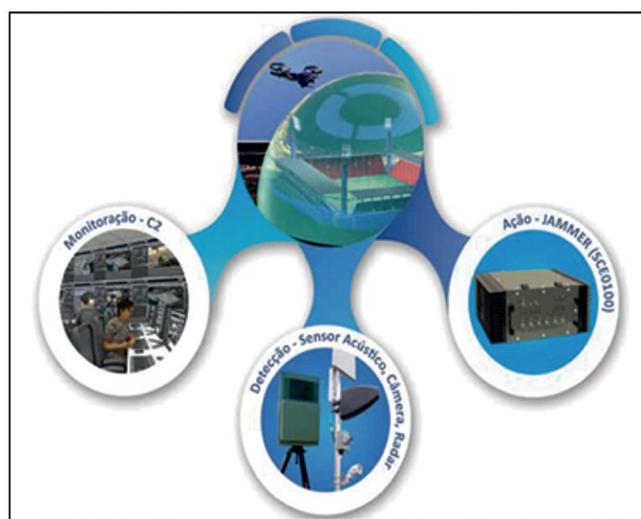


Figura 5 – Possibilidade de integração de sensores no SCE 0100-D
Fonte: Empresa IACIT

Os anos seguintes aos JOP Rio 2016 confirmariam não apenas a tendência em âmbito mundial da proliferação das plataformas remotamente pilotadas nos conflitos militares, como também o desenvolvimento sistêmico e integrado de tecnologias de combate contra sistemas de aeronaves remotamente pilotadas (anti-SARP).

Estima-se que o mercado mundial de sistemas anti-SARP atingirá cerca de 6,6 bilhões de dólares até 2024, expandindo-se a uma taxa de crescimento anual composto de 41,1% desde o ano de 2019 (WACKWITZ, 2019).

Nesse contexto, o conflito entre os houtis¹⁰ e a Arábia Saudita marcou o emprego simultâneo a baixa altura de ARP carregadas de explosivos (*kamikazes*) e de mísseis de cruzeiro como ameaças assimétricas, as quais saturaram a capacidade dos sistemas de média altitude Hawk e Patriot, responsáveis pela defesa antiaérea das refinarias e estruturas de fornecimento de petróleo e gás da empresa Saudi Aramco.

Por sua vez, o conflito interno da Líbia trouxe à tona o protagonismo dos SARP armados turcos Bayraktar TB-2 e do chinês Wing Loong II contra aeródromos e sistemas de DA Ae tradicionais, evidenciando, dessa forma, a questão do custo-benefício do emprego de mísseis e canhões de elevado custo contra aeronaves remotamente pilotadas de baixo custo.

Ademais, a Segunda Guerra de Nagorno-Karabakh, em 2020, ratificou o protagonismo do SARP de médio alcance TB-2 e de munições de vagueamento Harop¹¹, empregadas pelos azeris, segmento populacional de etnia majoritariamente islâmica presente nessa região, em missões de supressão de defesa aérea inimiga contra alvos armenos de alto valor, seus rivais nesse conflito.

O rol de lições aprendidas ao final dos conflitos recentes foi extenso para o desenvolvimento da doutrina de DA Ae das forças armadas mundiais, destacando-se aspectos importantes, como a necessidade do desenvolvimento de capacidades da DA Ae no “amplo espectro”; a retomada da importância dos sistemas de DA Ae de curto alcance (SHORAD); a importância de um país possuir sistemas anti-SARP de pronto emprego; a volta da relevância da defesa passiva e o foco no aprimoramento do fator humano no estabelecimento de um sistema de defesa antiaérea (EIRIZ, 2020).

Conclusão

A realização dos JOP Rio 2016 contribuiu significativamente para a produção de Conhecimento de Interesse da Doutrina (CID) de defesa antiaérea contra ameaças assimétricas em grandes eventos. Inúmeras oportunidades de melhoria e lições aprendidas puderam ser elencadas ao final do maior evento esportivo já ocorrido em território brasileiro.

Primeiramente, salienta-se a necessidade de aperfeiçoar o método de localização de drones suspeitos. Vislumbra-se, no futuro, a aquisição de equipamentos optrônicos multifuncionais, que permitirão a localização precisa por coordenadas do alvo observado, além de possibilitar às guarnições do P Vig ajustar a dioptria, intensidade de luz e outros recursos óticos para melhor detectar, reconhecer e identificar a ARP suspeita. Cabe ressaltar que o excesso de luminosidade oriunda da concentração populacional urbana ao redor dos locais de competição prejudicou bastante a observação dos drones por EVN pelos militares dos P Vig.

Verificou-se, ainda, a demanda por se realizarem estudos acerca da autoridade responsável por decidir o emprego de interferidores contra drones hostis em Op Ng. O CGDA acabou por assumir essa responsabilidade durante a realização das Olimpíadas.

Paralelamente a esse fato, ressalta-se que as características técnicas do equipamento SCE 0100-D presuem uma operação do sistema de detecção de drones de forma cooperativa entre a 1ª Bda AAAe e o 1º BGE. Aquela GU seria responsável por identificar as ameaças aéreas a partir do uso dos sensores integrados ao interferidor, ao passo que os militares especializados em guerra eletrônica procederiam ao efetivo bloqueio do *link* de controle entre a ARP e o seu piloto. Assim, sugere-se que o emprego do interferidor em Op Ng deva estar sob controle operacional da 1ª Bda AAAe, integrante do SISDABRA.

A utilização de meios de comando e controle (Sistema Pacificador, Digifort e SCCOP¹²) permitiu ao oficial de ligação da 1ª Bda AAAe ao CGDA obter a consciência situacional do desdobramento e operação dos P Vig e dos demais meios empregados pela AAAe. Inferiu-se, todavia, que o *modus operandi* mais rápido e efetivo seria a transmissão via *link* direto da imagem e dados do drone suspeito do SCE 0100-D ao Centro de Coordenação de Operações em que estivesse presente a autoridade decisora da execução da interferência contra a ameaça detectada.

Por fim, a artilharia antiaérea do Exército Brasileiro deve aprofundar os estudos técnicos e operacionais a respeito de uma das mais complexas ameaças aéreas nos céus do século XXI, tanto em operações de guerra como de não guerra, a saber: os drones. Nesse contexto, destaca-se a urgência do emprego de novas tecno-

logias de detecção desse tipo de vetor aéreo nos P Vig, sistemas de radares e de armas.

Consequentemente, torna-se importante a realização de testes de campo com empresas fabricantes de sistemas de equipamentos optrônicos multifuncionais, de radares passivos e de quaisquer outros meios que possibilitem à defesa antiaérea vedar “a que asas estranhas tragam sombras ao nosso horizonte” (trecho da canção da artilharia antiaérea).

O emprego dos SARP nos conflitos recentes por parte de inúmeros atores presentes no campo de batalha indica que a aquisição ou o desenvolvimento das capacidades de defesa anti-SARP pelas Forças Armadas brasileiras deve ser prioridade diante da vasta lista de necessidades existentes em cada uma delas, tendo em vista a confirmação da tendência de proliferação da ameaça aérea assimétrica remotamente pilotada, seja em grandes eventos ou nos conflitos armados futuros.



Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. Ato/SRP/ANATEL/MC 50.625/2015 – **Autoriza Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação**. Brasília, 2016.

BINNIE, Jeremy. **Israel shoots down UAV**. Jane's Defence Weekly, Londres, p. 10, 1º maio 2013.

BRASIL. Estado-Maior da Armada. **EMA-305: Doutrina Básica da Marinha**. Brasília. 2004.

BRASIL. Estado-Maior do Exército. **C 44-1: Emprego da Artilharia Antiaérea**. 4. ed. Brasília. 2001.

BRASIL. Ministério da Defesa. **EB20-MC-10.214: Vetores Aéreos da Força terrestre**. 1. ed. Brasília. 2014.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Regras de Engajamento para Emprego de Interferidores Contra Aeronaves Remotamente Pilotadas Suspeitas/Hostis** (Acesso restrito). Rio de Janeiro. 5 ago 2016.

COMANDO MILITAR DO LESTE. **Últimas notícias**: ativado o Estado-Maior Conjunto do Coordenador Geral de Defesa de Área para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Rio de Janeiro, 6 ago 2015. Disponível em: <<http://www.cml.eb.mil.br/ultimas-noticias/496-ativado-o-estado-maior-conjunto-do-coordenador-geral-de-defesa-de-area-para-os-jogos-olimpicos-e-paralimpicos-rio-2016>>. Acesso em: 1º dez 2016.

EIRIZ, George K. **O Conflito de Nagorno-Karabakh de 2020**: lições aprendidas para a defesa antiaérea do século XXI. Informativo Antiaéreo – Publicação Científica EsACosAAe – 1ª Bda AAAe. Nov 2021.

FINNEGAN, Phil. **Press Release:** UAV Production Will Total \$93 Billion. Fairfax VA, 19 ago 2015. Disponível em: <<http://tealgroup.com/index.php/teal-group-news-media/item/press-release-uav-production-will-total-93-billion>>. Acesso em: 2 dez 2016.

GROSS, Judah Ari. **Israel shoots down Hamas drone off the Gaza coast.** Jerusalém, 20 set 2016. Disponível em: <<http://www.timesofisrael.com/israel-shoots-down-palestinian-drone-off-the-gaza-coast/>>. Acesso em: 7 dez 2016.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto nº 8.758, de 10 de maio de 2016 – **Estabelece procedimentos a serem observados com relação a aeronaves suspeitas ou hostis durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.** Brasília, 2016.

SILVA, Rodrigo de Almeida. **O Emprego do Sistema de Armas da Artilharia Antiaérea nos Jogos Olímpicos Rio 2016.** Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Operações Militares de Defesa Antiaérea e Defesa do Litoral da Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea. Rio de Janeiro, 2016.

VERGARA, Rodrigo Pereira. **A Defesa Antiaérea em Operações de Não Guerra.** Informativo Antiaéreo Publicação Científica EsACosAAe – 1^a Bda AAAe. Ago 2013.

WACKWITZ, Kay. **Counter-Drone Market Report 2020 – The Global Counter-Drone Market Size, Forecasts, Regulations, Investments, Contracts, Case Studies and Technology.** Drone Industry Insights. Hamburg, 2019.

Notas

¹ Conforme Quadro 4-1 da página 4-5 do EB20-MC-10.214 (Vetores Aéreos da Força Terrestre, 1. ed., 2014).

² *Payload* é termo técnico que se refere à carga útil principal embarcada em uma ARP com a finalidade de cumprir a sua missão principal.

³ É a medida de a habilidade de um alvo refletir os sinais do radar na direção do receptor.

⁴ Do tipo “atire e esqueça” (*fire and forget*), no qual a cabeça de guiamento do míssil se direciona automaticamente à fonte de calor do alvo após o disparo do atirador.

⁵ *Clutters* é termo usado para ecos indesejáveis em sistemas eletrônicos, particularmente radares. Tais ecos geralmente retornam a partir da reflexão do solo, mar, chuva e de turbulências atmosféricas e afetam seriamente os padrões de performance dos sistemas de radar.

⁶ *Advanced Hit Efficiency and Destruction* (AHEAD).

⁷ Notificação Digital de Consciência (D-NAS).

⁸ Defesa química, biológica, radiológica e nuclear (DQBRN).

⁹ *Remote Control Improvised Explosive Device* (RCIED).

¹⁰ Tipo de ARP de reconhecimento e ataque em que a própria aeronave constitui a munição com a respectiva carga explosiva, que se lança diretamente sobre o alvo.

¹¹ Milícia do Iêmen que conduz movimento político-religioso no país a fim de instituir uma lei religiosa xiita, desestabilizando o governo e contestando autonomia sobre províncias locais, como as de Sadá e Amran.

¹² Sistema de Comando e Controle Operacional (SCCOP), que possibilitou a gravação de imagens e vídeos a partir de aparelhos de telefonia celular espalhados pela área de operações.

Geopolítica e soberania na Amazônia: revisão histórica e aplicação da política a esse espaço geográfico

Andre Rolim da Silva*

Introdução

O Brasil é, indiscutivelmente, um dos países de maior relevância no concerto das nações. Sua porção territorial, com mais de 8,5 milhões de km², já o coloca como um dos mais destacados. Qualquer que seja a perspectiva de observação do mapa político mundial, seja pela ótica ocidental, seja pela ótica oriental, o Brasil se destaca, significando que sua história evolutiva tem íntima ligação com esse *status* atual.

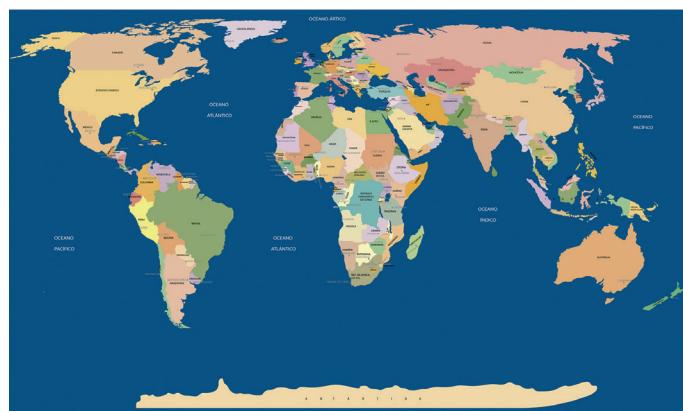


Figura 2 – Mapa mundial segundo o Ocidente
Fonte: mapasmundi.com.br

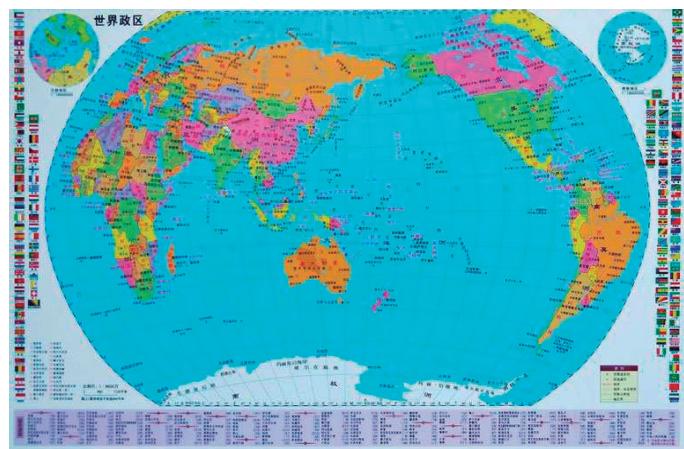


Figura 1 – Mapa mundial segundo a China
Fonte: brasildelonge.com

Ademais, sua participação mundial no comércio exterior desponta como uma das lideranças em exportação de produtos como a carne bovina e suína, grãos dos mais diversos e o minério de ferro, dentre tantos outros. Segundo fontes do governo federal, de janeiro a agosto de 2022, o comércio exterior obteve um crescimento total de 18,4%, o que atingiu cerca de R\$225 bilhões. No ramo da agropecuária, sua cifra atingiu em torno de R\$54 bilhões. Em relação ao comércio entre blocos econômicos e países, destacam-se as transações comerciais com a União Europeia (perto de R\$35 bilhões), com os Estados Unidos (R\$24,5 bilhões) e com a Argentina (R\$10,46 bilhões). Esses dados demonstram uma parcela do quanto o Brasil é relevante para o concerto internacional.

Mas o que era o Brasil e como se tornou tão grandioso? Como a história recente do país tratou de man-

* TC Cav (AMAN/2002, EsAO/2011, ECeme/2018). Atualmente, é instrutor na ECeme.

ter essa grandiosidade? Revisando aspectos da história e da geopolítica, verifica-se, invariavelmente, que o Brasil herdou um legado de imensa potencialidade, o qual gera desafios. Essa herança foi alicerçada, também, por uma visão geopolítica portuguesa, que, sabiamente, verificou oportunidades de ampliar o território inicialmente delimitado pelo Tratado de Tordesilhas.

Liberta da metrópole em 1822, após um processo de independência *sui generis*, em que o filho passa a governar a nação independente em substituição ao pai, mantendo-se ligações familiares e a forma de governo monárquico como dantes, coube ao Brasil Império e, 67 anos depois, ao Republicano, a afirmação de importante legado territorial deixado pelos portugueses, em especial, a região do *heartland* ecológico.

Nos mais de 300 anos de colônia de Portugal, o Brasil ganhou forma e, sobretudo, grandiosidade territorial para seu subcontinente e para o mundo. Como aborda Therezinha de Castro, o Tratado de Tordesilhas (1494) seccionou a região da América do Sul e concedeu a embocadura do Amazonas aos portugueses, bem como as entradas da bacia do Prata aos espanhóis. Ficou, portanto, para Portugal o melhor braço para a navegação, o que permitiu aos lusos se apossarem daquela planície setentrional.

Therezinha de Castro verifica, em seus estudos geopolíticos, que o relevo mais baixo e a centralização do Reino Português confirmariam o unilateralismo do Brasil como um único núcleo geo-histórico. Por fim, ela credita à fisiopolítica a vantagem da superioridade territorial brasileira no conjunto sul-americano.

Pode-se inferir, por meio das análises de Therezinha de Castro, que a região amazônica condicionou ao país o legado territorial grandioso, como se verifica na atualidade. E é nesse viés que este artigo se debruça: como foi a evolução histórica territorial da Amazônia, desde o período pré-colonial ao período republicano e como os governos, com participação destacada das Forças Armadas, deram continuidade a esse legado, com proteção e integração ao restante do país, que, por razões geográficas, distanciava-se do centro de poder político do Brasil, mas que, por meio de programas e estratégias, tratou de aproximar-a do centro decisivo nacional.

Segundo o general Meira Mattos, a geopolítica é a arte de aplicar o poder aos espaços geográficos, sob a inspiração da história. Segundo o preceito de Meira Mattos, este artigo busca evidenciar como foi a evolução histórica do espaço geográfico brasileiro chamado de região amazônica. Ainda intenta demonstrar como os governos brasileiros, imperial e republicano, aplicaram seus Poderes Nacionais na região com o fulcro de integração e desenvolvimento.

Por fim, busca-se responder: o Brasil da atualidade aplica a geopolítica na Amazônia Legal?

Em seu artigo intitulado “Limites da Soberania Nacional no cenário internacional”, Reis Friede aborda a soberania, dentre outras ideias, como externa e interna. As duas soberanias decorrem de uma soberania territorial e extraterritorial. Na interna, impõe o poder supremo de uma nação sobre sua área territorial. Na soberania externa, prolonga-se esse poder para além do territorial que lhe pertence, no interesse da sua própria personalidade e de seu povo.

Para Haddad e Dias (2018), o aspecto territorial significa a plenitude da autoridade de um Estado sobre tudo o que estiver em seu território. Essa soberania territorial é um dos mais importantes princípios do Direito Internacional, disposto na Carta da ONU em seu art. 2º. Dentro de seu território, portanto, o Estado é absolutamente soberano.

Este artigo, busca repassar, ainda que de maneira concisa, a evolução territorial e da soberania brasileira da Amazônia, tendo a Amazônia Legal como delimitação desse espaço, desde os primórdios de sua colonização às suas estratégias de manutenção dessa imensidão territorial deixada pelos portugueses. Além disso, busca evidenciar a eloquente participação das Forças Armadas na função estatal de manter a soberania brasileira perante a Amazônia.

Geograficamente, a Amazônia brasileira foi desbravada a partir da foz do rio Amazonas junto ao oceano Atlântico. Dessa região, os portugueses trataram de colonizar um território que hoje corresponde a mais de 50% da extensão territorial do país, que faz fronteira com sete países da América do Sul, sendo eles: Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia.

Avançando, o conceito de Amazônia Legal veio por meio da Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953. Essa transformação é fruto de um conceito político, e não de um imperativo geográfico. O conceito foi criado para fins de planejamento econômico da região amazônica. Em 1966, a Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966 e, posteriormente, o artigo 45 da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, ampliaram os limites da Amazônia Legal, chegando à sua forma atual. A área da Amazônia Legal compreende uma superfície aproximada que corresponde a cerca de 61% do território brasileiro. Pertencem à Amazônia Legal mais de 2/3 das fronteiras terrestres do país (BECKER, 2005).



Figura 3 – Mapa delimitativo da Amazônia Legal
Fonte: www.gov.br

Essa abordagem, de maneira alguma, busca esgotar esse tema tão rico e tão vasto da história e da geopolítica do Brasil. Objetiva, simplesmente, revisar de maneira ampla o traçado histórico do país rumo a sua grandiosidade territorial atual, focado na Amazônia, seus desafios frente a esse tema e como esse legado projeta o Brasil como uma nação de elevada importância para o contexto mundial, simplesmente por sua vasta amplitude territorial.

A evolução histórica da soberania brasileira perante a Amazônia no período pré-colonial e colonial

De maneira geral, a posse da região amazônica foi um largo processo que se iniciou no período colonial

brasileiro. Antes mesmo de se tornar portuguesa, a região era inhabitada pelos europeus, que não verificavam ali atrativos comerciais para abastecer seus mercados consumidores, impulsionados pela Revolução Industrial. O Velho Mundo, sob a liderança de Portugal e Espanha nas Grandes Navegações, encontrava-se mais interessado nas especiarias asiáticas, bem como na nova rota até esse local, pois os otomanos haviam tomado Constantinopla e, assim, bloqueado a passagem dos europeus para as Índias, marcando o fim da Idade Média.

Na região do vale amazônico, os portugueses foram precedidos pelos espanhóis e pelos anglo-holandeses. Os espanhóis como descobridores da região, os anglo-batavos como primeiros ocupantes e exploradores. A expedição de Gonzalo Pizarro, 1539, e de Francisco de Orellana, segundo líder, alcançou o Atlântico em 1542 e batizou o grande rio de Amazonas (FROTA, 2000).

Outra expedição de 1560, chamada de *marañones*, comandada pelo general Pedro de Ursua e por Lopo de Aguirre, desbravou e desmembrou a região do domínio espanhol, intentando formar um novo império além-mar. Já os holandeses e ingleses iniciaram uma montagem de feitorias próximas ao delta do rio Amazonas, que possuía como principais atrativos o urucu, madeiras e peixes. Também passaram a cultivar a cana-de-açúcar e o tabaco na região.

Quanto aos limites territoriais, estes foram definidos entre as duas potências das Grandes Navegações. Esses limites eram determinados pela Bula Inter Coetera (1493) e pelo Tratado de Tordesilhas (1494), nos quais as Coroas Portuguesa e de Castela, referendadas pelo papa Alexandre VI, dividiram as terras descobertas ou por descobrir, 100 e 370 léguas da Ilha de Açores e a oeste de Cabo Verde.

Em 1532, 30 anos após o descobrimento do Brasil, em terras portuguesas descobertas na América, foi implementado o sistema de capitâncias hereditárias por Martim Afonso de Souza. Esse sistema foi utilizado para dar efetiva ocupação à colônia, também buscando deter as investidas estrangeiras (francesas, holandesas, inglesas) na região. Mais ao norte da colônia, a capitania do Maranhão ficou distribuída a João de Barros e Fernando Álvares de Andrade (BRASIL 500 ANOS).

A conquista real da região pelos portugueses passou a se tornar um projeto geopolítico audacioso somente a partir do momento em que perceberam que as invasões estrangeiras poderiam efetivamente comprometer suas possessões no além-mar. Nesse aspecto, podem ser ressaltados os desdobramentos portugueses com fins à expulsão dos franceses de São Luís, atual Estado do Maranhão, em 1615, onde se baseava a França Equinocial.

Expedições organizadas pelo governador-geral Gaspar de Souza, tanto por terra quanto por mar, tinham a missão de conquistar o Maranhão e expulsar os franceses. Após embates entre franceses e luso-brasileiros, houve um impasse sem vitoriosos na região. Uma trégua entre La Ravardière e Diogo Campos foi definida até uma decisão das Cortes envolvidas. O rei Felipe II entendeu como direito o espaço para os portugueses e enviou nova expedição militar para reforçar as forças já aquarteladas no Maranhão.

Os franceses renderam-se por conta da inferioridade numérica e, por fim, em 3 de novembro de 1615, Jerônimo de Albuquerque passou a governar o Maranhão. No ano de 1621, foi criado o Estado do Maranhão, separando-o do resto da colônia, dada a importância dessa região para a Coroa (GADELHA, 2002).

Outro fato histórico que norteia o processo de evolução da soberania brasileira perante a Amazônia é a fundação do Forte do Presépio, em 1616. As Cortes da União Ibérica tinham interesse em ocupar o vasto estuário amazônico ante a ameaça estrangeira nas minas de prata do Peru. Coube, portanto, aos portugueses a incumbência de combater os “hereges”. Daí as ordens a Francisco Caldeira de Castelo Branco, capitão-mor do Grão-Pará, de conquistar e colonizar do Amazonas até o Cabo Norte.

Em 12 de janeiro de 1616, foi erguida uma paliçada da Casa Forte de Santa Maria de Belém, futura cidade de Belém. Dentre os sertanistas que atuaram nessa missão, destacou-se o jovem alferes Pedro Teixeira. Mais tarde, foi fundado o Forte de Gurupá, região ao norte da foz do rio Amazonas, sobre as ruínas de um estabelecimento holandês (GADELHA, 2002).

A história de sucessão do trono entre Portugal e Espanha, porém, traçou positivamente o destino do

Brasil ainda nas mãos da metrópole portuguesa, após a vacância do trono português e o único parentesco próximo pertencendo ao rei Felipe II, espanhol. De 1580 a 1640, a União Ibérica foi o período no qual as Coroas de Portugal e Espanha estiveram lideradas pelo mesmo rei, com reflexos diretos para as colônias portuguesa e espanhola. Com essa união, o efetivo propósito do Tratado de 1494 deu lugar às investidas portuguesas para o interior além do Tratado de Tordesilhas. Desbravaram, assim, o interior do país, a Amazônia, regiões central e oeste e até o rio da Prata, ao sul.

Ademais, a expulsão dos ingleses e holandeses – que exploravam a região da foz do rio Amazonas – pelos luso-brasileiros, até 1648, também norteou a construção da soberania brasileira na Amazônia. Esses estrangeiros tinham consideráveis atrativos comerciais na região, como a pesca e salga do peixe-boi, cardumes de peixes, e acabaram por estabelecer feitorias, portos e até pequenos estabelecimentos militares. Ciente da situação e decidida a não permitir tal ação, a Coroa Ibérica iniciou ações contra a presença de batavos e ingleses. Castelo Branco, capitão-mor do Grão-Pará, dotado de adequado aparato militar, recebeu ordens de expulsar os holandeses e ingleses instalados na região.

De maneira destacada, luso-brasileiros atacaram, destruíram, aprisionaram e tomaram materiais de emprego militar de redutos holandeses e ingleses no rio Xingu, no rio Paru e no rio Tapajós, dentre outros locais. Essas ações repeliram a presença estrangeira na região, ficando, assim, consolidada a presença portuguesa integral da foz do rio Amazonas, desde o Cabo Norte até a cidade de Belém, de norte a sul desse estuário. Essas ações militares foram decisivas para o domínio português, liberdade de ação para o desbravamento e colonização do interior amazônico (HOLANDA, 2003).

Outro importante marco na evolução do domínio do Brasil na região amazônica, ainda no período colonial, foi a construção de diversos fortés na região pelos desbravadores, muitos deles com o propósito maior de marcar a presença portuguesa. Esses desbravadores, ao longo das incursões pelos rios Amazonas, Negro, Juruá, Tapajós, dentre outros, construíram e fundaram diversos povoados e estabelecimentos militares, que,

posteriormente, formaram localidades e concederam o direito de posse aos portugueses.

Tais construções militares, os fortes, tornaram-se verdadeiros pontos de referência e, posteriormente, alcançaram o patamar de localidade, como as cidades de Manaus, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga, dentre outras. Verifica-se, portanto, que essas ações contribuíram com o objetivo de estabelecer e manter a ocupação portuguesa empreendida à época e criaram as condições para a expansão portuguesa (ARRUDA, 1996).

Uma das ações mais relevantes no processo de evolução da soberania brasileira na região amazônica foram as expedições empreendidas pelas Entradas e Bandeiras rumo ao interior do país. No início da colonização, os portugueses se limitaram a ocupar apenas o espaço litorâneo. No intuito de buscar metais preciosos e aprisionar índios para o trabalho escravo, os colonizadores, facilitados pela União Ibérica, passaram a organizar expedições que exploraram o interior da colônia, atuando também além dos marcos ditados pelo Tratado de 1494.

Na região amazônica, dois grandes personagens se destacaram nessas investidas: Pedro Teixeira e Raposo Tavares. O primeiro saiu de Belém, e o outro partiu de São Paulo. Tais ações trataram de criar as condições necessárias para o processo de consolidação da soberania brasileira na região (SOARES, 2022).

A expedição do capitão-mor Pedro Teixeira é considerada uma das maiores façanhas sertanistas. Em outubro de 1637, foi ordenado a ele: reconhecer minuciosamente o rio Amazonas até Quito, verificar os melhores lugares em que o rio pudesse ser fortificado e, finalmente, fundar uma povoação que marcassem os limites da soberania portuguesa. A expedição partiu de Gurupá com cerca de 70 soldados e 1.200 índios flecheiros, embarcados em 47 canoas de grande porte. Pedro Teixeira alcançou o rio Tapajós, descobriu e batizou a rio Madeira, percorreu o rio Negro, o Solimões, subiu o rio Napo e, oito meses depois, chegou a Quito.

No retorno a Belém, fundou o povoado de Francis-cana, que balizava os domínios das duas Coroas. Dessa forma, a expedição de Pedro Teixeira garantiu a rei-vindicação de posse de grande parte da região amazô-

nica aos portugueses e, por consequência, aos brasileiros (GADELHA, 2002).



Figura 4 – Recorrido de Pedro Teixeira de Belém a Quito (1837)
Fonte: educacao.br

Importante marco nesse processo foi a expedição do bandeirante português Raposo Tavares, a chamada *Bandeira de Limites*. A expedição partiu da região de São Paulo em duas grandes colunas de marcha, em um total de cerca de 1.500 integrantes entre paulistas e índios tupis, uma verdadeira estrutura militar com estado-maior, vanguardas e flanqueadores. A campanha percorreu o interior do Brasil em busca de metais preciosos e o que fosse de mais valioso à Coroa Portuguesa, perfazendo regiões marcadas pelos rios Tietê, Paraná, Aquidauana, Paraguai e Guapáí.

Em finais de 1650, seguiu pelo rio Guapaí até os rios Mamoré, Madeira e Amazonas, por onde chegou ao Forte Gurupá, nas proximidades de Belém. Essa expedição, orientada pela Coroa Portuguesa, percorreu mais de 10.000km por via terrestre e fluvial, interligando assim a bacia do rio Tietê à Amazônica (CORTESÃO, 1958).

Outro aspecto, as missões religiosas de jesuítas, carmelitas e franciscanos de catequese indígena contribuíram para a construção da soberania do Brasil no vale amazônico. As ordens religiosas tinham organização territorial e um regulamento de missões. Instalaram-se nas regiões de Marajó, no Baixo Amazonas, nos rios

Xingu, Tapajós e Madeira com a missão de conversão do gentio, assistência aos moradores, ensino da língua portuguesa, aptidão a ofícios, agrupamento de índios das tribos em núcleos urbanos, abandonando o hábito nômade. Essas missões religiosas facilitaram a obra da expansão e do domínio português, congregando grupos silvícolas e criando condições favoráveis à formação das fronteiras.

Um dos eventos que demarcou os domínios portugueses no vale amazônico foi o Tratado de Utrecht (1713). Nesse tratado, Portugal e França definiram os limites com a Guiana Francesa, que seria a linha do rio Oiapoque. A França renunciou ao acesso ao rio Amazonas, cedendo o território do Cabo Norte em troca de territórios europeus. Com isso, a metrópole portuguesa assegurou, formalmente, a posse da região e cunhou boa parte do traçado das fronteiras amazônicas no atual Estado do Amapá (ARRUDA e PILETTI, 2012).

Em 1750, o Tratado de Madri foi um fator político relevante no processo de construção da soberania na Amazônia. O tratado confirmou os desbravamentos portugueses além do Tratado de Tordesilhas e concedeu ao país um contorno territorial muito próximo ao atual, invocando o direito do “*uti possidetis, ita possideatis*”. Nessas negociações, o representante brasileiro foi o diplomata Alexandre de Gusmão. O acordo estabeleceu as fronteiras entre terras espanholas e portuguesas na Amazônia e Mato Grosso. Em 1761, ocorreu o distrato do referido tratado por meio do Tratado de El Pardo. Em 1777, o Tratado de Santo Ildefonso reconstituiu o traçado do tratado firmado em 1750. A paz de Badajós, concluída em 6 de junho de 1801, encerrou os antagonismos e restabeleceu as relações entre Portugal e Espanha (ARRUDA e PILETTI, 2012).

Após a assinatura do Tratado de Madri, criou-se nova ordem, causando reformas estruturais e novo contorno nas fronteiras, o que colocou a questão da Amazônia no centro das preocupações pombalinas, tendo como objetivo povoar todas as terras possíveis. Nesse ínterim, o governador do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759), tinha como plano a abolição da escravidão indígena e consequente substituição dessa mão de obra por escravos negros, ao retirar o poder dos missionários sobre os índios e

fortalecer suas ações contra o monopólio das ordens religiosas perante os índios, especialmente em relação aos jesuítas (GUERREIRO, 2008).

Ademais, as ações de portugueses como Ricardo Franco e Manuel Lôbo d'Almada também contribuíram para que o Brasil, hoje, dominasse grande parte do vale amazônico. Ricardo Franco, engenheiro e militar, foi um dos desbravadores e defensor de territórios amazônicos no Mato Grosso e em Rondônia e incluiu trabalhos de levantamento cartográfico e construção de fortés, como o quartel dos Dragões de Vila Bela e Forte Príncipe da Beira.

Já Manuel Lôbo d'Almada governou a capitania de São José do Rio Negro e comandou a fortaleza de Macapá. Destacou-se na participação das demarcações fronteiriças do tratado de Santo Ildefonso e tinha como incumbência militar realizar explorações geográficas, estabelecer contato com os nativos, organizar povoados, promover a defesa e desenvolver a cultura do anil. Teve acentuada atuação nos reconhecimentos e levantamento cartográfico no vale do rio Branco. Quando de sua atuação no governo da capitania, reforçou os postos militares de Tabatinga e Tefé, sob ameaças e infiltrações espanholas no local (SOARES, 2022).

Ademais, um fator que contribuiu para a penetração e colonização portuguesa no vale amazônico foi a exploração das especiarias do sertão, da agricultura e da infraestrutura advinda dessas atividades. Produtos como o cravo, a canela, a castanha, o cacau e o peixe foram extraídos por meio da mão de obra indígena, escrava ou não. Outro aspecto, a economia amazônica passou a contar com algodão, café, tabaco, arroz, cana-de-açúcar – produtos empregados para subsistência.

As atividades e seu excedente conduziram a construções de estaleiros na região, utilizados para a navegação regional e europeia, como em Belém na segunda metade do século XVIII. Verifica-se, portanto, que a presença portuguesa na região já estava marcada por certo desenvolvimento desses redutos em verdadeiros núcleos de povoamento, que, posteriormente, deram origem a várias das atuais cidades da Amazônia de posse brasileira, assegurando assim a soberania externa dessas regiões (HOLANDA, 2011).

O sistema implementado pelo Marquês de Pombal na Amazônia contribuiu para a afirmação de uma estrutura administrativa voltada para o controle cerrado e a manutenção das possessões portuguesas no vale amazônico. Em 1751, foi criado o Estado do Maranhão e Grão-Pará, tendo como primeiro governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Pombal. Seu principal propósito foi pôr fim à interferência das ordens religiosas na vida dos silvícolas.

O novo governador passou as aldeias missionárias a vilas e povoados, batizando-as com nomes portugueses. Criou, portanto, um regime municipal na Amazônia. Como avanço administrativo pombalino no Amazonas, foi criada, em 3 de março de 1755, a capitania de São José do Rio Negro, origem do Estado do Amazonas. Percebe-se que a metrópole portuguesa proporcionou maior controle da região amazônica por meio de uma administração mais centralizada, o que sedimentou a extensão do território português no Arco Amazônico (GADELHA, 2002).

No Período Joanino, o Brasil confirmou o domínio da bacia amazônica pela reanexação das províncias nortenhais do Maranhão, Pará e Amazonas. Entremeses, D. João VI ordenou a invasão e a ocupação da Guiana Francesa (1808 a 1817). A invasão a Caiena representou uma retaliação a Napeloão pelos acontecimentos na porção europeia do império português (PEREIRA, 2017).

Verifica-se, portanto, que, no período colonial, o Brasil teve sua forma territorial muito similar ao que foi consolidado como território brasileiro. As ações da Coroa Portuguesa junto a sua possessão colonial na América trataram de expandir para o oeste seus limites. Nesse aspecto, sobressaíram-se figuras históricas, determinantes para a grandiosidade do Brasil. Pedro Teixeira, Raposo Tavares, Alexandre de Gusmão, Marquês do Pombal, Ricardo Franco e Dom João VI são alguns dos destacados personagens que atuaram em favor do que hoje se pode chamar de Amazônia Legal, concorrendo para ações governamentais atuais que evidenciam a aplicação dos poderes nacionais a esse espaço geográfico com o principal objetivo de manter a soberania brasileira sobre a Amazônia.

A evolução histórica da soberania brasileira sobre a Amazônia no período imperial brasileiro

As guerras contra a independência do Brasil e em favor de Portugal não se constituíram fator de risco à soberania do Brasil independente. Essas revoltas em favor da manutenção do sistema colonial ocorreram na região norte do Brasil, nas regiões do Pará e do Maranhão.

Suplantadas as revoltas, durante o período do Brasil Império (1822-1889), as atenções estavam voltadas para a porção sul do país – região do Prata, bem como para a preservação do território nacional por conta de interesses estrangeiros, como os ímpetos de Solano López, ou, ainda, contra as diversas revoltas em favor da separação com a Coroa Brasileira, como a Guerra dos Farrapos, Balaiada, Sabinada, dentre outras.

Nesse ínterim, durante a chamada fase regencial e nos primeiros anos de reinado do jovem imperador D. Pedro II, a nação brasileira exigiu o braço forte e a liderança do general Luiz Alves de Lima e Silva, o “Pacificador”, futuro Duque de Caxias, que reintegrou diversas províncias rebeladas, convencidas pela moderada imposição das armas e hábil política que maximizava a unidade nacional sob o regime monárquico (PEREIRA, 2027).

Com relação às definições finais entre fronteiras e consolidação da soberania territorial na região amazônica, a partir desse período histórico brasileiro, a negociação e a diplomacia sobrepujaram-se às escaramuças armadas entre interessados. Por um lado, essa situação evidenciou a maturidade diplomática dos países lindeiros ao Arco Amazônico, mesmo sendo conduzidos por formas de governo diferenciados (monarquia e república). Por outra ótica, representou o quanto de definições fronteiriças ainda estavam por ser estabelecidas e acordadas.

Naquele período, as ações deram maior prioridade às regiões mencionadas, o que não desconsiderou as fronteiras da região amazônica, como os tratados com o Peru em 1851, com a Venezuela em 1859 e com a Bolívia em 1867.

Após a Proclamação da República, em 1889, esta herdou, contudo, algumas pendências de fronteira, que deram continuidade às diversas negociações diplomáticas acerca da questão.

Com relação às definições de fronteira entre o Brasil e a França, ainda nesse período histórico, 1835, os governos dos dois países se dedicaram a exigir o direito à posse da região do rio Oiapoque. A questão somente foi solucionada após o fim do período imperial, sob os auspícios do Barão do Rio Branco (FROTA, 2007).

A excessiva centralização administrativa e política dessa época levou à incorporação como províncias do Império apenas as capitâncias do Pará, Maranhão, Goiás e Mato Grosso. A autonomia da Amazônia deu-se somente em 1850, quando foi criada a Província do Amazonas, com sede na cidade da Barra, que adotou o nome de Manaus em 1856.

Por essa época, começou nos Estados Unidos uma forte campanha para a colonização da Amazônia e o aproveitamento de seus recursos naturais em benefício do progresso da humanidade. Inglaterra e França tinham claras intenções de expandir seus territórios nas Guianas, fazendo-os chegar até o rio Amazonas. Desde o início da colonização portuguesa, o governo imperial havia mantido a política de fechamento, evitando possíveis ameaças à soberania do Brasil na área. Como as pressões foram grandes, o governo brasileiro acabou por abrir o Amazonas à navegação estrangeira em 1866. Isso facilitou o acesso à borracha.

O látex foi elevado à categoria de matéria-prima industrial a partir de 1823, com a descoberta da impermeabilização por Mackintosh, nesse mesmo ano, e da vulcanização, por Goodyear, em 1839. Com a expansão do comércio da borracha, iniciava-se nova fase de ocupação da Amazônia.

Até 1850, a exploração da borracha estava restrita à região de Belém e às ilhas. Entre 1900 e 1910, a borracha foi o produto mais exportado, ao lado do café. Os primeiros rios a serem utilizados para o transporte comercial foram o Xingu e o Tapajós, depois o Amazonas até atingir o Solimões, o Purus, o Alto Madeira e o Juruá.

A evolução histórica da soberania brasileira sobre a Amazônia nos primeiros anos do período republicano

Já no período republicano, o Barão do Rio Branco foi primordial para a consolidação da soberania brasileira sobre a região amazônica. José Maria Paranhos Júnior foi um diplomata, geógrafo, professor, jornalista e historiador brasileiro, monarquista declarado, exerceu importantes funções, tanto durante o período imperial quanto durante a Primeira República, quando atuou em diversas contendas territoriais relacionadas às fronteiras do país, destacando-se as questões do Amapá (1900), do Acre e durante o Tratado de Petrópolis em 1903. Atuou sempre de forma diplomática e em favor dos interesses nacionais. Seu legado foi de diplomacia, defesa dos interesses brasileiros e entendimento entre partes (PEREIRA, 2019).

Outro personagem destacado na história da consolidação e demarcação das fronteiras na Amazônia brasileira foi o militar Euclides da Cunha, que chefiou a equipe brasileira da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus, em 1904, quando Brasil e Peru buscaram demarcar as fronteiras de ambos os países nessa região. O Alto Purus era uma região litigiosa ocupada por seringueiros e cacaueiros peruanos em busca da riqueza da borracha e do cacau, e apresentava instabilidade, homicídios e atrocidades de ambos os lados, insuflados pela indefinição das fronteiras. Após ameaça de intervenção militar, os dois países estabeleceram uma expedição que deveria reconhecer e, por fim, dar solução à questão (FAUSTO, 1984).

Essas ações demonstram uma característica eloquente das Forças Armadas e do Brasil no sentido da diplomacia e da cooperação quanto às questões de tratado de fronteira, soberania, liderança regional e promoção de desenvolvimento ordenado e sustentável nas fronteiras da Amazônia.

Segundo, outro aspecto que fez parte da consolidação da soberania brasileira da Amazônia foi a disputa territorial entre Brasil e França, chamada de *Questão do Amapá*. Essa contenda foi um litígio caracterizado pelas terras que eram circundadas pelo curso do rio

Oiapoque. Tal local atraiu a atenção de inúmeros aventureiros, tanto brasileiros quanto franceses, por conta da descoberta de ouro na região do rio Calçone. Incidentes militares ocorreram entre brasileiros e franceses pela disputa na região (PEREIRA, 2018).

Por conta disso, as duas nações entregaram a questão à arbitragem internacional sob os auspícios do presidente suíço. Nessa ocasião, o Barão do Rio Branco defendeu o interesse brasileiro na questão, entregando um memorável trabalho de 4 volumes acerca do direito de posse brasileiro na região. Por fim, o governo suíço deu ganho de causa à tese brasileira, inclinando voto favorável ao Brasil pelo direito de posse em virtude do Tratado de Utrecht, ainda de 1713. As ações do Barão do Rio Branco, calcadas em diplomacia e direito de posse de terras reivindicadas, contribuíram para a consolidação das fronteiras na Amazônia.

Ademais, outro fator que integrou esse processo foi a aquisição do Acre, em 1903. Citando-se Fausto (1984), a região do Acre foi demarcada e confirmada posteriormente por uma junta constituída entre Brasil e Bolívia como uma região de pertencimento boliviano. Essa região, contudo, atraiu inúmeros brasileiros nordestinos em busca de riqueza e prosperidade por conta da exploração e extração da borracha a partir da seringueira. Esse desentendimento da ordem de posse boliviana e ocupação brasileira veio a culminar em rebeliões, combates, mortes e saques entre os revoltosos brasileiros e as forças bolivianas.

Para dar fim à contenda, o presidente Rodrigues Alves acionou o Barão do Rio Branco, que prontamente solicitou a presença do Exército Brasileiro para pacificar a região, sob o comando do general Olímpio da Silveira, indenizou companhias estrangeiras (Bolivian Syndicate) e encaminhou a solução à luz das negociações diplomáticas, chegando-se à assinatura do Tratado de Petrópolis. Pelo tratado, a Bolívia dava o Acre ao Brasil e recebia a quantia de 2 milhões de esterlinos, além de ganhar a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré. Esse entendimento baseado em finanças não foi complexo para o Brasil. Durante a presidência de Rodrigues Alves, o país detinha o percentual de 97% da produção mundial de borracha, o que conferiu ao país uma época de grandes cifras de

recursos disponíveis. Com isso, o Brasil comprou da Bolívia a região do Acre, pelo Tratado de Petrópolis, conduzindo de maneira exemplar a questão o Barão do Rio Branco, bem como demonstrando habilidade do Exército Brasileiro na condução das questões de interesse político/diplomático (FAUSTO, 1984).

Outra questão que permeou a consolidação das fronteiras na região amazônica foi a definição de fronteiras com o Peru. Esse país não fez parte do Tratado de Petrópolis, em 1903, o que gerou protestos pelas áreas contestadas de sua posse no Acre. O Barão do Rio Branco passou a negociar diretamente com o ministro peruano, em vez de recorrer à arbitragem. Em 1904, as partes assinaram um *modus vivendi*, não respeitado pelo Peru. Finalmente, em 1900, Brasil e Peru assinaram um tratado que definia as fronteiras da extrema divisa ocidental do Brasil, fato que contribuiu para o atual delineamento das fronteiras da região amazônica (BURNS, 1977).

Além disso, um militar que teve atuação destacada na consolidação das fronteiras na região norte do país foi o marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. O marechal Rondon esteve à frente do serviço de instalações telegráficas do Mato Grosso para a Amazônia. Foi chefe da comissão de linhas telegráficas que percorreu mais de 10 mil km do Mato Grosso ao Amazonas. Foi o primeiro diretor do Serviço de Proteção ao Índio. Durante essa expedição, percorreu extensões territoriais, batizando mais de 15 rios do território brasileiro, além de ter realizado o levantamento de uma série de novas espécies da fauna e da flora brasileira.

Em 1914, Rondon trabalhou no mapeamento do Estado do Mato Grosso. Por sua destacada dedicação à causa dos índios e ações em favor do reconhecimento e domínio sobre as regiões de fronteira, foi homenageado em vida com a criação do Estado de Rondônia, em 1956. Atuações de militares como o Mal Rondon contribuíram para o atual traçado das fronteiras, bem como repercutem em ações e iniciativas de cunho militar que evidenciam a perenidade do arco fronteiriço na Amazônia.

Além da obra do Mal Rondon, em 1904, outra situação que envolveu a consolidação dos limites na região amazônica foi a questão entre Brasil e Grã-Bretanha. As

divergências se concentravam na intenção de o Brasil possuir as terras de acordo com os divisores de águas, na bacia do Rio Branco, o que não era de interesse dos ingleses, que intencionavam penetrar na bacia amazônica. O Barão do Rio Branco teve participação nesse episódio com a publicação de uma memória sobre a questão entre Brasil e Guiana Britânica. Entre controvérsias e invocações de direito de posse, tal questão foi levada ao rei italiano Vitório Emanuel III, e teve como defensor brasileiro Joaquim Nabuco.

O resultado foi favorável à Guiana Inglesa e, por fim, foi concedida ao Brasil uma porção ainda menor de espaço territorial anteriormente contestado pelas partes. Mesmo com interesses não atendidos nessa questão, o Brasil acatou a decisão internacional, o que corroborou na estabilidade das questões fronteiriças na região amazônica.

Os últimos acordos de limites da região amazônica ocorreram ao final da primeira década dos anos 1900, sem muitos desdobramentos diplomáticos. Em 1904, Brasil e Equador assinaram um tratado que resolveu os problemas de divisa. Em 1905, Brasil e Venezuela também estabeleceram a formalização dos limites. O Brasil e os Países Baixos negociaram um acordo em 1906, que determinou os limites do Suriname. Com esses acordos, o Barão do Rio Branco rematava a demarcação de fronteiras na região da Amazônia brasileira, que, por quatro séculos, foram formadas e consolidadas tal como delineadas na atualidade (FROTA, 2000).

Um aspecto externo à consolidação das fronteiras amazônicas, mas que teve íntima participação brasileira pela proximidade geográfica, foi a questão do conflito de Letícia. A região de Letícia, na Colômbia, vinha sendo reivindicada tanto por esse país quanto pelo Peru. O conflito foi dirimido por conta da atuação diplomática do Brasil na região em 1920, aproximadamente. O auge da crise na região se deu quando tropas peruanas atacaram a localidade de Letícia e, com isso, desencadearam-se ações de guerra na região pela contestação local.

A região litigiosa fazia fronteira com o Brasil e couberam a ele as ações diplomáticas no sentido de dar cabo à crise. Assim, foi assinado o Tratado de Salomón-Lozano, dando ganho de posse ao país colombiano.

Essas ações de cunho diplomático contribuíram para o atual traçado das fronteiras brasileiras na região amazônica.

Um importante fator que consolidou as fronteiras da região amazônica foi a Comissão de Inspeção de Fronteiras (1927-1930), chefiada por Rondon. Ordenada pelo ministro da Guerra, a comissão deveria inspecionar minuciosamente as fronteiras do país até o final do governo Washington Luiz. A inspeção no Norte e Centro-Oeste tinha por objetivo atingir a linha de fronteiras do Brasil com a Guiana Francesa, Suriname, Guiana Inglesa, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia, dividida em campanhas pelos Estados do Pará e do Amazonas. Todas as cinco turmas formadas foram chefiadas por militares.

Os governos subsequentes trataram de implementar políticas públicas que integrassem e desenvolvessem a região.

Verifica-se, portanto, que, no período republicano, o país pôde consolidar o traçado do seu território nos confins amazônicos. Nos anos subsequentes, couberam aos governos federais que se sucederam as políticas de integração desse vasto território ao país. Diversas ações governamentais foram implementadas no sentido de operacionalizar esses objetivos nacionais.

A evolução histórica da soberania na Amazônia ao longo dos últimos 60 anos de história do Brasil

Nos últimos anos do século XX e já vivenciadas as primeiras décadas do século XXI, observam-se mobilizações mais contundentes em razão de maior presença estatal na região amazônica, em especial no tocante à expressão militar do Poder Nacional como principal fomento a essas ações.

No contexto da transferência da capital para Brasília, ocorreu a abertura da rodovia Belém-Brasília, que precariamente iniciou a integração da Amazônia.

Uma das primeiras estratégias foi a criação do Plano de Valorização da Amazônia, em 1953. A SUDAM substituiu o referido plano, contemplando metas bem

mais arrojadas. Em 1967, criou-se a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), com franquias especiais para a importação de mercadorias e desenvolvimento regional (FREGAPANI, 2011).

Ainda segundo Fregapani (2011), as obras da Transamazônica iniciaram-se no ano de 1970 com clara conotação geopolítica, ligando o Estado da Paraíba ao Acre, por meio do Programa de Integração Nacional. Dentre outras questões, o programa abordava a criação de agrovilas e os chamados rurópolis, centros de integração regional para comandar o desenvolvimento das atividades industriais.

A abertura da rodovia 364 (Cuiabá-Porto Velho) possibilitou a comunicação via terrestre entre esses dois centros de peso e a cidade de São Paulo, além de abrir caminho para o povoamento e o progresso.

Uma grande ação governamental com vistas à integração da região amazônica foi a criação da Zona Franca de Manaus (ZFM) com a Lei nº 3.173, sancionada pelo presidente Juscelino Kubitschek em 1957.

Segundo dados do governo federal, a ZFM surgiu com objetivo de ser um porto livre destinado ao armazenamento, beneficiamento e retirada de produtos do exterior. Foi em 28 de fevereiro de 1967 que o presidente Castello Branco assinou o Decreto-Lei nº 288, alterando as disposições da legislação de 1957 e reformulando a ZFM, que passou a contar com uma área de 10 mil quilômetros quadrados, centralizada em Manaus. Essa data ficou marcada como o aniversário da Zona Franca de Manaus.

Castello Branco definiu a ZFM como um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitissem seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância a que se encontravam dos centros consumidores de seus produtos. Ainda que antes já existisse um órgão para cuidar da Zona Franca, foi com o decreto que surgiu oficialmente a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), para a administração da área de atuação e prestação dos serviços referentes à ZFM.

Somente em 1967, o governo brasileiro estabeleceu uma política de desenvolvimento socioeconômico regional para a Amazônia, denominada Zona Franca de Manaus, cujo objetivo foi a construção do processo de

desenvolvimento da Amazônia Ocidental (os Estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima). Foi dessa forma que a geração de empregos e renda na cidade de Manaus tornou-se uma realidade durante as últimas décadas, período iniciado em 1967 com a criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, autarquia federal incumbida de administrar os incentivos fiscais federais instituídos no interior da política Zona Franca de Manaus (BARBOSA, 2013).

Estruturas e organizações militares criadas ou transferidas para a fronteira amazônica, como comandos militares e grandes unidades (GU) do Exército Brasileiro, distritos da Marinha do Brasil e organizações da Força Aérea Brasileira (FAB), atuam e dedicam-se à perenidade e proteção da fronteira, com soberania e desenvolvimento.

No tocante à organização e articulação das Forças Armadas e, em particular, do Exército Brasileiro, as ações implementadas no sentido de conceder proteção e soberania à região amazônica, pode-se citar a instalação e a construção de estruturas de transporte, como a rodovia Transamazônica e a BR-163.

A instalação (por transferência ou criação) de novas organizações militares (OM) foi uma realidade. Além de novos pelotões especiais de fronteira, companhias e batalhões, foram instaladas seis brigadas de infantaria: Marabá/PA (1976), Porto Velho/RO (1980), Boa Vista/RR (1991), Tefé/AM (1993), São Gabriel da Cachoeira/AM (2004) e Macapá/AP (2017). A presença dessas GU, algumas transferidas das regiões Sul e Sudeste, demonstram a importância dada à manutenção, perenidade e soberania nos desenhos dos dispositivos de defesa do país.

A criação do sistema SIVAM/SIPAM, atual CEN-SIPAM, inaugurado e posto em operação a partir de 2002, passou a possibilitar o monitoramento de toda a Amazônia brasileira, incluindo suas fronteiras. O Centro, antigo Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), é um órgão ligado ao Ministério da Defesa e tem a incumbência de levantar dados de controle e monitoramento em defesa da Amazônia Legal.

Essas ações visam a proporcionar proteção e presença à região e suas fronteiras, especialmente em contraponto às diversas manifestações de internacionali-

zação da Amazônia, o que proporciona continuidade e estabilidade das fronteiras brasileiras na Amazônia. Tais iniciativas governamentais, de expressão militar, são consequências das ações de desbravamento e diplomacia, como a expedição de Pedro Teixeira e os resultados favoráveis do Tratado de Petrópolis.

Quanto aos documentos de Defesa Nacional, a região amazônica tem se mostrado prioritária. Tal assertiva pode ser verificada na Política Nacional de Defesa (PND) e na Estratégia Nacional de Defesa (END). Esses documentos de mais alto nível do planejamento de defesa elencam a faixa de fronteira na Amazônia como uma das grandes prioridades. Isso se deve às grandes riquezas ali existentes e que demandam efetiva presença do Estado, com vistas à defesa e sua integração com as demais regiões do país. Além disso, aqueles documentos elencam a proteção da Amazônia brasileira como um dos pressupostos de sua Defesa Nacional. A PND e a END e suas priorizações para as fronteiras da região amazônica direcionam ações do Estado voltadas à perpetuidade das fronteiras amazônicas.

Com relação à manutenção da soberania brasileira na região, as operações desencadeadas pelas Forças Armadas visam à proteção, à soberania e à defesa da Amazônia contra ilícitos. Exercícios como a Operação Amazônia, a AMAZONLOG e a Verde Brasil I e II, além das diversas edições da Operação Ágata, são ações de repercussão das obras de colonização da bacia amazônica pelos portugueses e pelas ações diplomáticas do Barão do Rio Branco. Ao longo das edições anuais dessas operações, destacam-se apreensões de entorpecentes, diminuição do desmatamento, restrição ao garimpo ilegal, incremento entre as diversas agências de proteção da Amazônia.

Outro aspecto, a criação de estruturas de defesa, como o Correio Aéreo Nacional (CAN) em 1931, os Contingentes Especiais de Fronteira (1932), o 4º Distrito Naval (1933), o CMA (1956), a 12ª RM (1969), a ALA 8 em Manaus/AM (1970) e o CMN (2013), dentre tantas outras, contribuíram para uma ação soberana do país na Amazônia. Na atualidade, as Forças Armadas articulam um efetivo aproximado de 30 mil militares na Amazônia brasileira.

Militarmente, a instalação dos pelotões especiais de fronteira (PEF) tem grande valor como vigilância e marco da nacionalidade naqueles rincões. Foi da mesma forma que o país assegurou a posse, com os fortes portugueses e com as colônias militares instaladas por Caxias, durante o Império. Verifica-se que a criação dessas estruturas militares contribuiu para manutenção do domínio militar. Dessas estruturas de fronteira, destacam-se os contingentes especiais de fronteira, criados por Getúlio Vargas em 1932, que, posteriormente, passaram a ser designados PEF. Para assegurar o traçado dos limites físicos da soberania brasileira, o Exército Brasileiro passou a operar mais de 25 PEF a partir de 2017, com a missão de guarnecer a soberania brasileira nos cerca de 11 mil km de fronteira amazônica.

Na expressão militar, a construção dos fortes pelos portugueses, para defesa e fixação de sua presença na região amazônica, serviu como referência para ocupação de instalações e organizações militares brasileiras com o mesmo propósito. Como exemplo, o Forte Príncipe da Beira (1776) atualmente é guarnecido pelo 1º PEF do Comando de Fronteira Rondônia/6º Batalhão de Infantaria de Selva – “Sentinela do Guaporé”. Essas ações são apenas alguns exemplos de aplicação do Poder Militar da Expressão Nacional voltada à geopolítica de soberania perante a Amazônia Legal.

Sob o aspecto das relações entre nações, ainda na expressão militar, conclui-se que o Tratado de Cooperação Amazônica e o Projeto Calha Norte são exemplos de iniciativas que contribuíram com o traçado atual da fronteira da Amazônia brasileira. O Tratado de Cooperação Amazônica, de 1978, entre o Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, visa a promoção do desenvolvimento harmonioso e integrado da bacia amazônica. Nesse sentido, o Projeto Calha Norte, de 1985, integrado ao Ministério da Defesa em 1999, contribui com a soberania nacional e integridade territorial. Essas iniciativas demonstram a estabilidade territorial da região, pois não há litígios fronteiriços graves. Isso é feito de portugueses e brasileiros que decidiram desbravar e atuar diplomaticamente pelo país.

Na atualidade, verifica-se que o Conselho Nacional da Amazônia Legal proporciona ação conjunta no âmbito político-estratégico nacional. A esse órgão colegiado compete coordenar e acompanhar a implementação das políticas públicas relacionadas à Amazônia Legal. Compete ao Conselho Nacional da Amazônia Legal coordenar e integrar as ações governamentais relacionadas à Amazônia Legal, propor políticas e iniciativas relacionadas à preservação, à proteção e ao desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal, de

forma a contribuir para o fortalecimento das políticas de Estado e assegurar a ação transversal e coordenada da União, dos estados, dos municípios, da sociedade civil e do setor privado, fortalecer a presença do Estado na região, acompanhar a implementação das políticas públicas com vistas à inclusão social e à cidadania, assegurar o aperfeiçoamento e a integração dos sistemas de proteção ambiental, apoiar a pesquisa científica, dentre outros objetivos estratégicos (BRASIL, 2020).

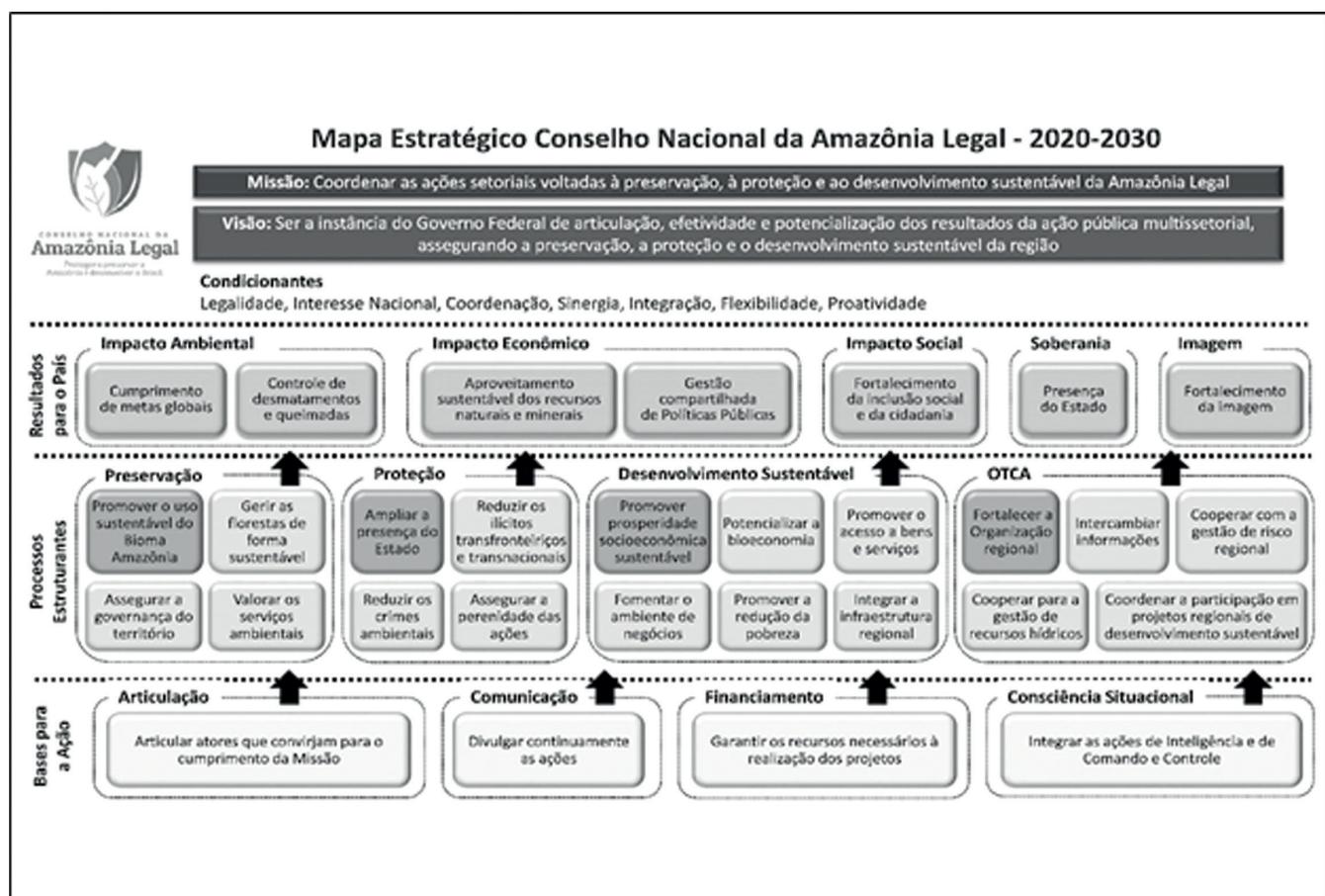


Figura 5 – Mapa estratégico do Conselho Nacional da Amazônia Legal

Fonte: https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-vice-presidencia/conselho-da-amazonia/mapa_estrategico.jpg/view

Outra iniciativa estatal que vai ao encontro dos ensinamentos geopolíticos de Meira Mattos é o Programa Floresta+. Esse programa é uma ação do Ministério

do Meio Ambiente para criar, fomentar e consolidar o mercado de serviços ambientais, reconhecendo e valorizando as atividades ambientais realizadas e incen-

tivando a sua retribuição monetária e não monetária em todos os biomas brasileiros: Amazônia, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa (BRASIL, 2020).

O *Pagamento por Serviços Ambientais* consiste na remuneração realizada por indivíduos ou organizações, públicas ou privadas, de âmbito nacional ou internacional, aos prestadores de serviços ambientais, de forma direta ou indireta, monetária ou não monetária.

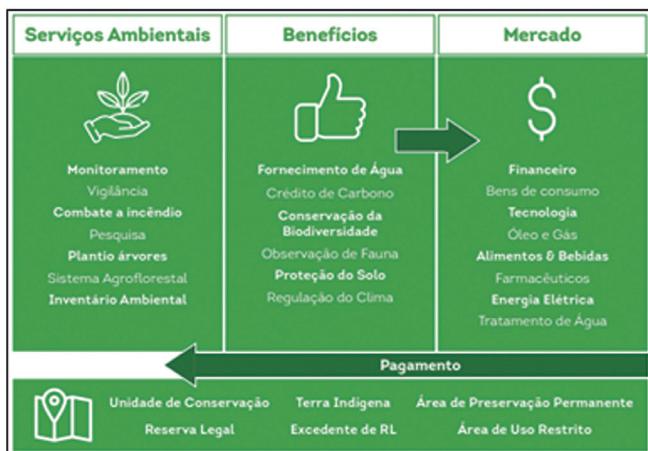


Figura 6 – Escopo do Programa Floresta+
Fonte: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/servicosambientais/florestamais/ProgramaFloresta.pdf>

No ano de 2014, um Memorando de Entendimento entre o Comando do Exército, a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) e o governo do Estado do Amazonas marcou a formalização das primeiras ações. Em 2015, o governo federal criava o Projeto Amazônia Conectada, por meio de portaria interministerial envolvendo o Ministério da Defesa, o Ministério das Comunicações e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. O Programa Norte Conectado tem a finalidade de expandir a infraestrutura de comunicações na região amazônica, por meio da implantação de um *backbone* em fibra óptica lançado em ambiente subfluvial, visando a atender as políticas públicas de telecomunicações, educação, pesquisa, saúde, defesa e do judiciário, e ainda outras políticas públicas que venham a se integrar ao escopo do programa.



Figura 7 – Operacionalização do Programa Norte Conectado
Fonte: Sítio na internet do Programa Norte Conectado

O programa utiliza-se de 8 infovisas na bacia amazônica, atende 58 municípios, já lançou mais de 12 mil km de cabos ópticos subfluviais e beneficia mais de 10 milhões de pessoas.

Verifica-se, portanto, que, no período abordado, o país pôde incrementar ações governamentais no sentido de aplicar a política ao espaço geográfico amazônico. Nos últimos anos, os governos federais implementaram políticas voltadas à integração desse vasto território ao país.

Conclusão

Como apresentado, o Brasil possui uma história de grandeza territorial creditada, e muito, à imensidão de sua floresta amazônica. As políticas e acordos entre as potências das Grandes Navegações conceberam um Brasil caracterizadamente litorâneo. Coube aos desbravadores e políticos ampliar suas fronteiras e legar às gerações futuras o desafio de defender, preservar, integrar e desenvolver a região de grande cobiça na atualidade.

No contexto geopolítico da Amazônia, por ser uma área de interesse geoestratégico para o Brasil, aos projetos que foram criados para manutenção da soberania nacional vêm sendo aplicadas diversas políticas públi-

cas com o objetivo de integrar, desenvolver, proteger e preservar o ambiente amazônico. Dessa forma, ações governamentais e, em especial, das Forças Armadas, buscam promover a proteção da região, além de maior integração com os demais países.

Por tudo o que foi explorado, retorna-se à indagação levantada na introdução: o Brasil da atualidade aplica a geopolítica à Amazônia Legal?

A resposta a esse questionamento suscita amplo debate. Por mais que se verifiquem os esforços governamentais em integrar e desenvolver a Amazônia Legal, há, por outro lado, elevada diferenciação social entre o Norte e as regiões mais desenvolvidas do país.

Mesmo o país desencadeando todas essas ações, pode-se ainda verificar uma miríade de óbices e desafios na manutenção da soberania brasileira na Amazônia. Diversos problemas – tais como seringueiros e extração de madeira ilegais, queimadas, tráfico de drogas, questões indígenas, interesses internacionais escusos, presença internacional adversa e questões ambientais ideológicas – intentam colocar a soberania brasileira sob risco.

A partir da marcação da presença da posse portuguesa na Amazônia, a construção dos fortões pelas expedições portuguesas ao longo dos rios amazônicos – tais como o Forte do Presépio (1616), Forte São José do Rio Negro (Manaus), Forte São Gabriel da Cachoeira,

Forte São Francisco Xavier de Tabatinga e o Real Forte Príncipe da Beira (1783) – foi decisiva para conceder o direito de posse (*uti possidetis*) das porções amazônicas aos portugueses. Como consequência, o Exército Brasileiro, por meio da *estratégia da presença*, está em todos esses redutos amazônicos, proporcionando proteção e defesa às fronteiras da região. A presença se faz também por obras de infraestrutura, como a construção da BR-163 pelo então 3º Batalhão Rodoviário no trecho entre Cuiabá e Santarém, o que culminou com a integração nacional.

Ainda assim, pode-se concluir que há um ordenamento estatal voltado à segurança e integração da Amazônia Legal sem se esquivar da preservação. Por meio da presença estatal, levando segurança, governança, desenvolvimento e proteção das riquezas naturais da região, o país pode ser considerado hoje um mantenedor de seu poder absoluto na Amazônia, como afirmou Reis Friede em 1993.

Por fim, a manutenção da soberania brasileira na região da Amazônia Legal perpassa todas as expressões do Poder Nacional. Verifica-se que o Brasil vem atuando de maneira eficaz na aplicação da política no cobiçado espaço geográfico que é a Amazônia brasileira. Esse bioma possui elevada relevância no tocante ao meio ambiente, recursos naturais, biodiversidade e mudanças climáticas, o que é de fundamental importância para o futuro do nosso país. 

Referências

ARRUDA, José Jobson de A. **Atlas histórico básico**. Ática. 1996.

ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. **Toda a História: História Geral e do Brasil**. 13. ed. [S. l.]: ática, 2012.

BARBOSA, Evandro Brandão et al. Zona Franca de Manaus: política brasileira de desenvolvimento socioeconômico regional. **En Observatorio de la Economía Latinoamericana**, n. 184, 2013.

BECKER, Bertha K. **Amazônia: desenvolvimento e soberania.** 2005.

BRASIL. Governo Federal. **Conselho Nacional da Amazônia Legal.** [S. l.], 11 fev 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-vice-presidencia/conselho-da-amazonia>. Acesso em: 28 set 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Programa Floresta +.** [S. l.], 2 jul. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/servicosambientais/florestamais/ProgramaFloresta.pdf>. Acesso em: 28 set 2022.

BURNS, E. Bradford. **As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República.** História geral da civilização brasileira. Rio de Janeiro-São Paulo: Difel, v. 3, 1977.

CORTESÃO, Jaime. **Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil.** [S. l.]: Ministério da Educação e Cultura, 1958.

DE ALBUQUERQUE FRANCO, Nedy Bianca Medeiros. **A anexação do Acre ao Brasil dentro do contexto de relações internacionais que conduziram a construção das fronteiras brasileiras (1580-1909).** Jamaxi, v. 1, n. 1, 2017.

FAUSTO, Boris. **História geral da Civilização Brasileira.** Tomo III. Volume II, Rio, 1984.

FREGAPANI, Gelio. **A Amazônia no grande jogo geopolítico:** um desafio mundial. Thesaurus Editora, 2011.

FRIEDE, Reis. **Limites da soberania nacional no cenário internacional.** A Defesa Nacional, n. 760, 1993.

FROTA, Guilherme de Andrea. **Quinhentos anos de história do Brasil.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.

GADELHA, Regina Maria A. Fonseca. **Conquista e ocupação da Amazônia:** a fronteira Norte do Brasil. Estudos Avançados, v. 16, p. 63-80, 2002.

GUERREIRO, Ketiane. **Estratégias da colonização portuguesa na Amazônia.** EXAMĀPAKU, v. 1, n. 1, 2008.

HADDAD, Esther Priscila Marques; DIAS, Eliotério Fachin. **A Relativização do Conceito de Soberania.** Revista Jurídica Direito, Sociedade e Justiça, v. 4, n. 5, 2017.

HOLANDA, Sérgio Buarque de, et al. **História Geral da Civilização Brasileira.** tomo I. Época Colonial, v. 1, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de, et al. **História Geral da Civilização Brasileira.** tomo I. Época Colonial, v. 2, 2011.

PEREIRA, Manoel Gomes. **Barão do Rio Branco.** FUNAG. 2019.

Amazônia brasileira – vulnerabilidades e atividades que potencializam as ameaças à soberania nacional

Endrigo Buscarons da Silva*

Introdução

Amazônia brasileira sempre despertou interesses diversos por uma gama de fatores que precisam ser analisados sistematicamente, sob um olhar amplo e coerente com a complexidade existente, desde o cenário internacional, passando pelo entorno estratégico até chegar aos interesses regionais.

A Amazônia Legal corresponde à totalidade dos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte dos Estados do Mato Grosso e Maranhão, perfazendo uma superfície de aproximadamente 5.016.136,3 km², que corresponde a cerca de 60% do território brasileiro. A região abriga todo o bioma Amazônia, o mais extenso dos biomas brasileiros, que corresponde a 1/3 das florestas tropicais úmidas do planeta.

A região faz fronteira com sete países, é caracterizada pela dificuldade de acesso e pelos imensos vazios demográficos e é, ainda, dissociada do território nacional por uma dificuldade histórica de integração e de desenvolvimento sustentável, tema bastante atual e presente na agenda internacional, em especial na agenda do Sistema das Nações Unidas.

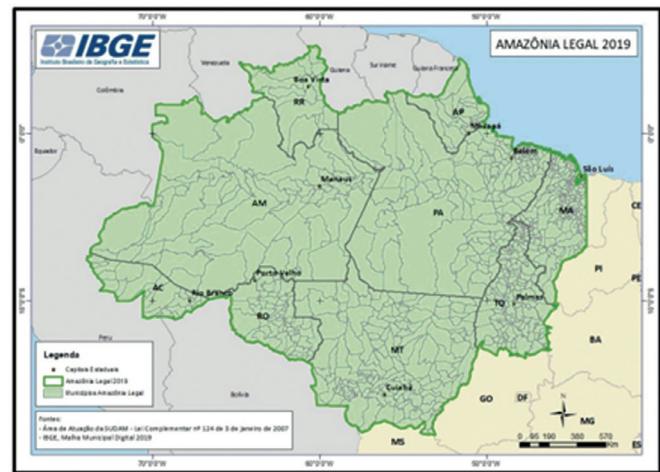


Figura 1 – Amazônia Legal

Fonte: IBGE

A existência de vazios demográficos com áreas praticamente não integradas ao território brasileiro e a ausência do Estado brasileiro em inúmeros rincões amazônicos criaram um vácuo de poder, que abriu espaço para atuação de diversos agentes internos e externos, financiados por capitais governamentais e estrangeiros.

Diversas atividades existentes na região geram crises, utilizadas de forma indiscriminada para favorecer interesses, diretos ou indiretos. Isso é ampliado por variados atores nacionais e internacionais, criando insta-

* Maj Cav (AMAN/2003, EsAO/2012, ECUME/2020). Atualmente, é instrutor na ECUME.

bilidades, que acabam por favorecer objetivos traçados de internacionalização da Amazônia como patrimônio mundial e a consequente relativização da soberania brasileira.

Surgem, então, diversas ideias e mecanismos legais como soluções para mitigar possíveis problemas, que, propositalmente, são repercutidos fortemente no campo informacional pelas mídias, sociais e convencionais, e ainda são fomentadas por agências governamentais, organismos internacionais e atores de relevância internacional.

As questões da Amazônia atraem a mídia internacional e potencializam a motivação para as ações de organizações não governamentais (ONGs), que se mobilizam cada vez mais para “a solução desses problemas” (ZENDIM, 2004).

Nesse mesmo contexto, os recursos naturais estratégicos são elementos da natureza vitais para a sociedade e, por isso, disputados mundialmente. A posse ou domínio deles pode representar vantagens econômicas e geopolíticas, sem contar a própria preservação da vida e das populações dos espaços envolvidos.

Em 2018, os recursos minerais da classe dos metálicos responderam por cerca de 80% do valor total da produção mineral brasileira. Dentre essas substâncias, 11 destacam-se por corresponderem a 99,7% do valor da produção da referida classe, quais sejam: alumínio, cobre, cromo, estanho, ferro, manganês, nióbio, níquel, ouro, vanádio e zinco. O valor desses 11 minerais totalizou 103 bilhões de reais, com destaque para a expressiva participação do ferro nesse montante (69,9%) (BRASIL, 2019a).

Assim, são exemplos desses recursos presentes na Amazônia e que influenciam as políticas de segurança e defesa: os minerais estratégicos, os solos agricultáveis, a água doce, o petróleo, as terras raras, as reservas florestais e sua biodiversidade, o potencial hidroelétrico, dentre outros.

Uma peculiaridade das reservas minerais da Amazônia é que elas ocorrem em camadas muito rasas do solo, facilitando sobremodo a sua exploração, como, por exemplo, na província mineral de Carajás, no sul do Pará. Vários minerais são encontrados na região, com especial destaque para o ouro, minério de ferro,

pedras preciosas, nióbio, cassiterita, bauxita, manganês, petróleo, caulim e minerais radioativos. Essa abundância e diversidade mineral, se, por um lado, pode favorecer o desenvolvimento da região, por outro, desperta o interesse internacional, na medida em que se torna uma ameaça às grandes empresas multinacionais que monopolizam o setor (PIMENTA, 2002).

Além dessas riquezas, a Amazônia detém a mais elevada biodiversidade, com o maior banco genético do planeta, 1/5 da disponibilidade mundial de água potável e apresenta imenso potencial genético com princípios ativos de inestimável interesse econômico e social, além de oferta de produtos florestais com alto valor no mercado.

Outro tema relacionado à biodiversidade e que é reverberado nos principais fóruns internacionais são as queimadas. Essa é apenas a face mais visível da exploração da Amazônia, pois, por trás da derrubada da mata e do fogo, estão poderosos interesses.

A crise envolvendo focos de incêndio descontrolados na região amazônica, em 2019, levou o Brasil a entrar em divergência com alguns países. A repercussão internacional levou o governo brasileiro a adotar medidas no combate às queimadas, empregando, inclusive, as Forças Armadas, por meio da Operação Verde Brasil.

O Brasil concentra cerca de 10% do total das florestas do mundo, sendo a segunda maior área florestal – atrás apenas da Rússia. A Amazônia brasileira corresponde a cerca de 60% das florestas nativas do país, responsável por grande parte da produção de madeira do Brasil. A região amazônica também participa com o maior percentual da oferta de produtos não madeireiros, além de contribuir, expressivamente, com os serviços ambientais gerados pelas matas nativas do Brasil (VERISSIMO, 2006).

Há, ainda, as grandes reservas de água, que já estão em falta em alguns lugares, com tendência de escassez em poucos anos. Nesse sentido, o Nobel de economia Gary Becker registrou que a água já deveria estar com o tratamento igual ao do petróleo, dada a sua importância estratégica (VEJA, 2011).

Todas essas características geram diversas vulnerabilidades e atividades irregulares, que, sobre carregadas de interesses, reverberam contra o Estado brasileiro e

suas tentativas de desenvolvimento sustentável, bem como para a integração ao restante do país.

Vulnerabilidades e idiossincrasias amazônicas

Outras vulnerabilidades da região são os índices psicossociais. A população da Amazônia Legal aumentou de 8,2 milhões, em 1972, para 28,1 milhões de habitantes, em 2020, o que representa cerca de 13% da população brasileira. A densidade demográfica na região é ainda baixa: 5,6 habitantes por km².

O baixo índice de desenvolvimento humano (IDH), média de 0,674, é bem abaixo da média nacional de 0,710, o que torna seu povo suscetível a diversas atividades ilegais em busca de melhores condições de vida.

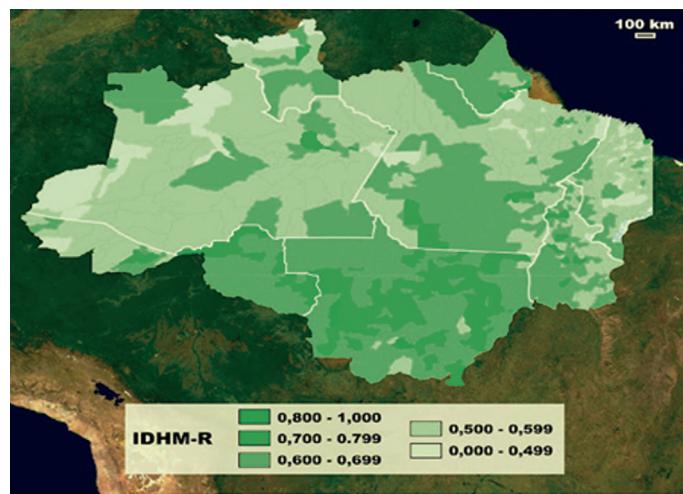


Figura 2 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
Fonte: <https://www.notasgeo.com.br/2020/02/amazonia-legal-geologia-e-mineracao-e.html>

Sua população é composta por cerca de 440 mil índios diluídos em cerca de 180 diferentes povos, além de vários grupos ainda isolados do mundo até os dias de hoje. O restante do povo local é proveniente de diversas ondas migratórias de todas as regiões do país, que vieram por diversos motivos que permeiam o incentivo pecuarista, incentivos governamentais para a ocupação da região e a mineração, dentre outros.

A histórica presença dos índios na região e o fato de algumas etnias ainda serem isoladas trazem à tona a chamada *questão indígena*. A retórica da dívida histórica advinda da ocupação do continente e a possibilidade de manutenção das suas tradicionais culturas são marcadas pela crescente demarcação de terras para os índios (TIs).

Há, nesse mesmo sentido, as diversas unidades de conservação (UCs) ambientais federais, estaduais e municipais. Essas grandes áreas dentro do território nacional ficam sob fiscalização de várias agências governamentais, como o ICMBio, o IBAMA e a FUNAI, dentre outras. As UCs (22%) e as TIs (21%) ocupam juntas 43% da Amazônia Legal, cerca de 2,1 milhões de km².

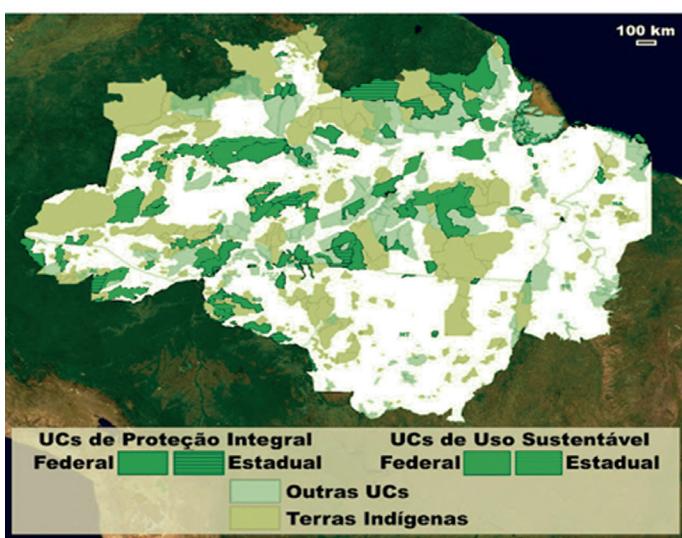


Figura 3 – UCs e TIs na Amazônia
Fonte: <https://www.notasgeo.com.br/2020/02/amazonia-legal-geologia-e-mineracao-e.html>

A vulnerabilidade se identifica com vastas regiões ricas, que, por estarem demarcadas, sejam UCs ou TIs, impedem a presença organizada do Estado brasileiro. Salientam-se os casos dos Estados de Roraima e Amapá, que têm cerca de 70% de terras protegidas, que dificultam sua sustentabilidade econômica.

Um recurso estratégico que avulta de importância na região amazônica é a abundância de suas reservas de água doce. Os volumosos rios, como o Amazonas, o

Xingu, o Tocantins, o Tapajós, o Negro, e o Aquífero-Alter do Chão, dentre outros, montam a rede hidrográfica mais extensa do mundo. Dessa forma, cresce a preocupação com a preservação das florestas, que garantem a evapotranspiração, a manutenção do ciclo hidrológico no continente sul-americano e o atual volume dos rios.

Como destaca Becker (2005, p. 78), a água é considerada o ouro azul do século XXI, em termos globais, porque há escassez e consumo crescente no mundo, sobretudo nos países semiáridos que utilizam a irrigação.

O volume fantástico de água doce, estratégico em todos os sentidos, atrai enorme interesse ambiental e econômico. No subsolo, porém, encontram-se reservas minerais preciosíssimas – um grande recurso estratégico a ser protegido e, também, devidamente explorado em prol do Brasil (PEDRO, 2019).

A biodiversidade, o conhecimento dos povos nativos sobre o uso farmacológico da flora, a diversidade da fauna, a capacidade florestal de contribuir para a estabilização do clima e o regime natural de regulação de precipitações hídricas no planeta são bens de interesse mundial. As grandes potências econômicas e militares mundiais, no entanto, ambicionam sobretudo os recursos minerais amazônicos (PEDRO, 2019).

A Amazônia representa a última fronteira mineral importante do planeta. A região possui um potencial mineiro enorme, pouco aproveitado. Os principais recursos minerais que estão sendo explorados, especialmente na região da serra dos Carajás, incluem ouro, cobre, níquel, manganês e, sobretudo, ferro.

Existem também extensos depósitos de bauxita (materia-prima para a produção de alumínio), que estão concentrados em três distritos principais: Trombetas (médio Amazonas), Almeirim (baixo Amazonas), Paragominas e Tiracambu (Pará). Esses distritos são responsáveis pelo terceiro maior potencial em bauxita do mundo (SANTOS, 2002).

O cobre é encontrado em Carajás. A mineradora Vale S.A. está expandindo a produção e acredita-se que a área pode vir a se tornar um dos mais importantes polos de produção do metal no mundo (NOBRE, 2014).

Merecem destaque os expressivos depósitos de ouro que existiam na porção leste de Carajás. Durante 6 anos, foram produzidas cerca de 50 toneladas de ouro. Mais do que a quantidade, entretanto, o que impressionava nesse depósito era a concentração do ouro: durante o garimpo, foram retirados blocos com até 60 quilos (SANTOS, 2002).

Com relação aos combustíveis fósseis, programas realizados pela Petrobrás nas últimas quatro décadas levaram à localização de depósitos de óleo e gás. As descobertas mais significativas ocorreram na região dos rios Juruá (gás) e Urucu (gás e óleo), na sub-bacia do alto Amazonas (NOBRE, 2014).

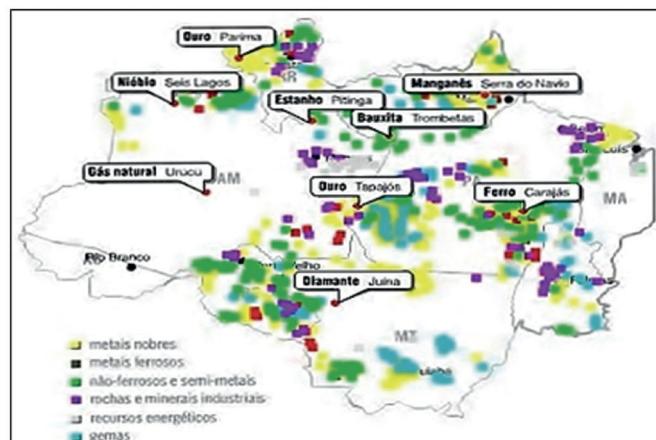


Figura 4 – Minerais na Amazônia
Fonte: <https://www.ambientelegal.com.br>

Além disso, a posse de solos agricultáveis é vista atualmente como estratégica. O aumento da população mundial e, por consequência, do consumo de alimentos, exige que os países aumentem o nível de preocupação com a segurança alimentar para seus habitantes (COELHO; TERRA, 2005, p. 200).

A maior parte dos países utiliza entre 20% e 30% do território com agricultura. Os países da União Europeia usam entre 45% e 65%. Os Estados Unidos, 18,3%; a China, 17,7%; e a Índia, 60,5%. As maiores áreas cultivadas estão na Índia (179,8 milhões de hectares), nos Estados Unidos (167,8 milhões de hectares), na China (165,2 milhões de hectares) e na Rússia (155,8 milhões

de hectares). Somente esses quatro países totalizam 36% da área cultivada do planeta (EMBRAPA, 2017).

Por outro lado, o Brasil utiliza apenas 7,6% de seu território com lavouras, somando cerca de 64 milhões de hectares. Nesse sentido, se comparado aos maiores produtores agrícolas, o Brasil tem a maior capacidade de expansão das áreas plantadas, especialmente na Amazônia, gerando um enorme potencial para a garantia da segurança alimentar da população (EMBRAPA, 2017).

Conforme o IBGE, associada ao processo de expansão da fronteira agrícola, está a entrada da agricultura capitalizada na Amazônia. Isso contrasta com o empenho das populações locais em preservar suas formas coletivas de apropriação e uso dos recursos naturais, contando para isso com forte apoio internacional.

A introdução de novas tecnologias, métodos e culturas no campo, cujos efeitos afetam o ambiente natural – via desmatamento, erosão e poluição hídrica, entre outros – recai sobre a geração de renda, emprego e condições gerais de vida de sua população, gerando um ciclo que mantém os baixos índices de IDH da região, que, por sua vez, também mantém sua população em condição de vulnerabilidade.

Dentre os elementos centrais que acompanham e induzem o movimento de transformação nessa região, a expansão da rede viária conjugada à da rede de cidades e vilas constitui fator preponderante na dinâmica de expansão da fronteira agropecuária.

Servindo de ponto de apoio técnico e operacional, além de polo de difusão da comunicação regional, as cidades do interior amazônico concentram, cada vez mais, os serviços e a mão de obra envolvidos na realização, em bases modernas, do processo de produção agroindustrial.

Nesse sentido, não só a expansão agropecuária está intimamente associada ao desenvolvimento dos demais setores econômicos, como existe uma ordem de precedência nessa associação, no sentido de que o crescimento da agropecuária antecede (e determina) o crescimento da indústria e dos serviços, mesmo em áreas onde a política pública não atuou, fundamentalmente, em apoio às atividades urbanas.

A expansão da produção e a contínua ampliação/intensificação das áreas incorporadas às atividades agropecuárias ampliam a demanda interna e atraem investimentos em infraestrutura, criando um vasto leque de oportunidades não só para o setor industrial, mas também para os setores de serviços envolvidos diretamente no agronegócio na Amazônia.

Além dessas oportunidades geradas, os serviços ligados diretamente à população urbana constituem um dos ramos que têm se beneficiado diretamente com o surgimento e ampliação das pequenas e médias cidades situadas na fronteira amazônica, envolvendo, nesse sentido, a demanda por escolas, serviços médicos e de alimentação, além de estimular o crescimento do comércio local, ampliando o leque de atividades reveladoras da sólida associação campo-cidade que acompanha, na atualidade, a expansão da fronteira agropecuária na Amazônia.

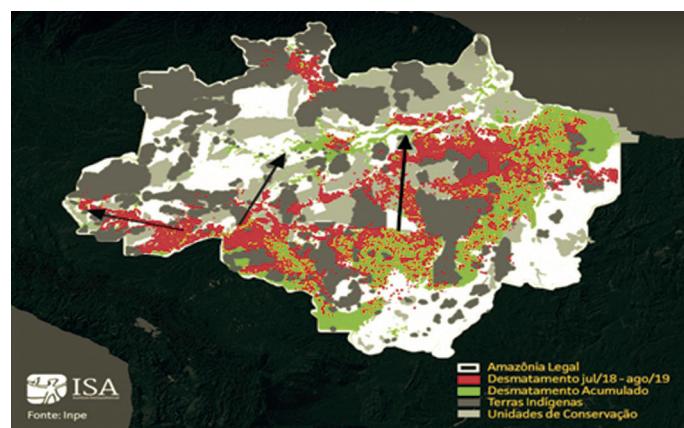


Figura 5 – Expansão da fronteira agrícola
Fonte: INPE

Outro recurso estratégico presente na Amazônia são suas florestas, que contribuem, em grande parte, com a produção de madeira do país. O Brasil concentra cerca de 10% do total das florestas do mundo, sendo a segunda maior área florestal – atrás apenas da Rússia (VERISSIMO, 2006).

Na Amazônia brasileira, a biodiversidade desporta, atualmente, como um dos recursos mais valiosos para a

região e o país, com um alto potencial para o desenvolvimento de novas tecnologias aplicadas ao inventário e à sua exploração. Desse modo, esse patrimônio assume uma importância estratégica, tornando-se reserva de valor pelos possíveis usos e benefícios econômicos e sociais que pode trazer (MIGUEL, 2007).

Sua potencialidade se vincula ao controle de seu patrimônio genético, fonte de possíveis descobertas (na medicina) e usos (da matéria-prima) por meio da transformação que novas tecnologias proporcionam, beneficiando governos e empresas privadas mais desenvolvidas no campo científico-tecnológico. É importante destacar que as sociedades mais avançadas científicamente (EUA, China, Alemanha, França, Inglaterra e Japão) dependem amplamente do suprimento de recursos naturais (SÁ, 2019).

Conforme Vieira (2005), como grande parte da biodiversidade do planeta se concentra em países tropicais, que, normalmente, são tidos como periféricos, desenha-se uma geopolítica de controle desses territórios pelos países hegemônicos. O Brasil está incluído entre os países dotados da chamada megadiversidade, com a maior concentração de biodiversidade do planeta.

O Brasil possui entre 10% e 20% de todas as espécies já catalogadas no mundo. O país já catalogou 55 mil espécies de plantas com semente (22% do total mundial), 502 espécies de mamíferos (10,8% do total), 1.677 espécies de aves (17,2%), 600 espécies de anfíbios (15% do total) e 2.657 espécies de peixes (10,7% do total) (MIGUEL, 2007).

As atividades relacionadas

Um problema recorrente na região é a “grilagem”, que é a prática criminosa que envolve invadir, ocupar, lotear e obter ilicitamente a propriedade de terras públicas para uso particular, por meio de desmatamento e violência, com ou sem fraude documental e sem a devida autorização do órgão competente, infringindo as legislações vigentes.



Figura 6 – Sobreposição de áreas preservadas e tentativas de regularização fundiária

Fonte: <https://site-antigo.socioambiental.org>

Por ser um negócio altamente lucrativo, tem íntima relação com outros tipos de crime, como garimpo e narcotráfico, sendo quase sempre praticado por grupos organizados e bem capitalizados, que, não raramente, utilizam pequenos produtores como “laranjas”, ou seja, aqueles que aparecem como invasores, como se estivessem reivindicando a terra para si, quando, na verdade, são apenas pagos para estar na linha de frente.

O desmatamento está também ligado à grande extração ilegal de madeira. Atividade altamente lucrativa, por se tratar de madeira de lei com alto valor comercial mundo afora, vem, a exemplo da fronteira agrícola, expandindo sua área de atuação. O excesso de burocracia, normas e impostos, entretanto, impedem a extração sustentável e organizada.

A fronteira antiga, no leste do Pará, tem atualmente poucos polos madeireiros, um resultado da exploração predatória sem manejo, que leva à exaustão dos recursos e a um colapso da atividade nessas regiões. Isso torna impossível checar o quanto de extração de madeira ocorreu de forma irregular, o que prejudica a proteção da floresta e de seus povos, a imagem do país e os consumidores.

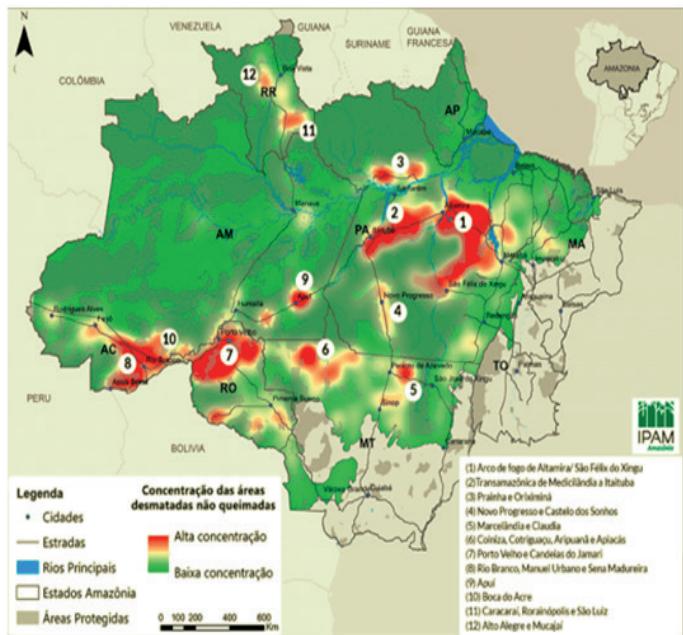


Figura 7 – Desmatamento
Fonte: <https://ipam.org.br/>

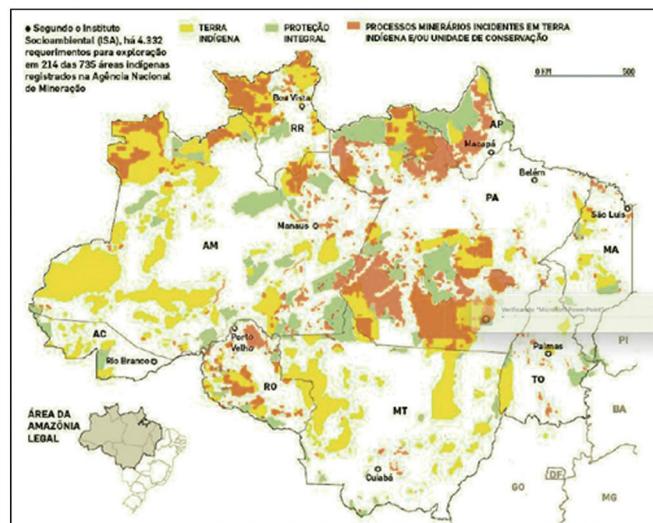


Figura 8 – Mineração na Amazônia
Fonte: ISA

O garimpo ilegal é outra atividade que ocorre sobretudo na região norte do país, em áreas de fronteira e, muitas vezes, dentro de territórios indígenas e de preservação ambiental. A atividade clandestina causa desmatamento, sendo responsável pela contaminação das águas, do solo e do ar por mercúrio.

Em 10 anos, a atividade avançou 495% em terras indígenas e 301% em unidades de conservação ambiental, segundo dados da Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG), de 2020, sendo foco também de fluxos migratórios internos em busca dessas regiões de garimpo.

Entre as principais consequências dessas atividades está o aumento do desmatamento, das queimadas, da concentração fundiária e da violência no campo. Nos últimos anos, está ainda relacionada com a tentativa do governo em regularizar diversas terras na região.

Há, ainda, na região, o problema do narcotráfico e sua influência, potencializando as demais atividades. Segundo Fleck (2010), o Brasil faz fronteira com os maiores produtores mundiais de cocaína, onde atualmente atuam as narcoguerrilhas. Existe nessa região extensa faixa de fronteira de difícil controle e, conforme D'Alama (2012), o país é o segundo maior consumidor mundial de cocaína e derivados, e a Amazônia importante rota internacional.

Conforme Pública (2021), os diferentes modais de transporte da região são utilizados pelo crime organizado e há sobreposição territorial de diferentes ilegalidades e violências. Nesse sentido, narcotráfico, desmatamento, grilagem de terras ou garimpos ilegais são tipos de ilegalidades que, no mundo formal, demandariam a atenção de diferentes agências de fiscalização e controle. Quando esses organismos não atuam de forma integrada e existem fricções federativas e entre órgãos de Estado, não surpreende que muitos dos pontos de ocorrência desses ilícitos sejam exatamente aqueles locais/municípios com maiores taxas de mortes violentas intencionais.

E prossegue afirmando, ainda, que, na disputa por quem tem a competência legal para atuar no território, criam-se brechas por falta de governança e coordenação, que são utilizadas pelas redes de ilegalidades, que,

muitas vezes, essas sim, estão conectadas e atuando de forma articulada.

A existência, portanto, dessa rota do narcotráfico, como porta de entrada marítima, aérea e terrestre de drogas e armas que vêm para o Brasil e depois seguem para países consumidores, favorece a instabilidade regional, conforme observado nas recentes disputas entre facções na região amazônica.

Conforme Francisco (2022), no relatório sobre Estratégia Internacional de Controle de Narcóticos, o Brasil é o principal exportador de drogas para os Estados Unidos. O país possui condições favoráveis para o narcotráfico, pois tem um grande mercado consumidor (atualmente, é o segundo maior do mundo), posição geográfica estratégica para o transporte internacional de drogas e faz fronteira com três dos grandes produtores de cocaína e maconha. Cerca de 10% do dinheiro arrecadado pelo narcotráfico ficam em terras brasileiras.

Ainda segundo Francisco (2022), além da venda de substâncias ilícitas, os narcotraficantes estão envolvidos com roubos de carros, bancos, caixas eletrônicos, tráfico de armas, crianças, órgãos humanos, prostituição, pornografia infantil, sequestros, lavagem de dinheiro, financiamento de campanhas políticas.

Alguns atores atuantes

Os meios de comunicação tradicionais praticam um jornalismo opinativo, que coexiste com a tendência mais recente de se fazer um jornalismo de informação. Orientados para a elite e os formadores de opinião, esses jornais compensam a baixa penetração nas camadas populares com a grande capacidade de produzir agendas e formatar questões, influenciando percepções e comportamentos sobre os temas apresentados (AZEVEDO, 2006).

Assim, os interesses por trás de cada meio de comunicação ficam evidentes pela maneira como as notícias são organizadas e priorizadas. Para isso, cada um desses meios utiliza processo de agendamento de temas. Com isso, a mídia procura obter o monopólio de pautar, de acordo com seus interesses e conveniências, as várias agendas: governamentais, políticas ou sociais.

Observa-se, no agendamento de notícias sobre a Amazônia, uma tendência transnacional favorável à perspectiva ambientalista, claramente associada ao desejo de assegurar a manutenção da biosfera e as formas de relacionamento não predatório do homem em relação ao ambiente, reforçando a crença de que é uma reserva singular da biodiversidade do planeta e que, ainda, sua eventual transformação trará a aceleração das mudanças climáticas (MENDES e DE MELO, 2010).

Conforme Bueno (2002), a região da Amazônia constitui-se em uma realidade distante da experiência direta da grande maioria da população mundial. Assim, as opiniões firmadas sobre essa porção do território nacional refletem crenças derivadas, ou seja, são opiniões constituídas a partir da apropriação da vivência e do julgamento de terceiros com percepções distorcidas e equivocadas.

Dessa forma, o forte apelo dos movimentos ambientalista e indigenista internacionais, da preservação do meio ambiente e, mais recentemente, das chamadas “mudanças climáticas”, exerce uma pressão muito grande sobre o agendamento dos meios de comunicação, criando a antipatia da opinião pública e pressionando governos soberanos a adotar os preceitos de uma agenda de interesses difusos (PEREIRA, 2021).

A infraestrutura e a tecnologia de comunicação se encontram sob controle ou financiamento das multinacionais, as quais selecionam e determinam a informação e as imagens que chegam ao público em geral, condicionando em alto grau a opinião pública internacional (DIAS, 2010).

Na mesma linha, conforme Cordeiro (2019), é observável também a ação de organizações não governamentais (ONGs), cerca de 15 mil, que utilizam as agendas de preservação do meio ambiente, da difusão religiosa e da manutenção da cultura indígena na região com impactos na elaboração de políticas governamentais na região.

Segundo Fernandes (2022), as narcoguerrilhas, surgidas da associação entre traficantes de drogas (narcóticos) com guerrilhas revolucionárias, passaram a conseguir fundos a partir da lucratividade das práticas ilícitas do tráfico e de seus tentáculos internacionais, com contrabandistas de armas, explosivos e munições.

Essas facções fizeram aliança com os cartéis, o que também implicou o aumento vertiginoso da violência.

As facções brasileiras, por sua vez, enfrentam-se pela disputa do controle no país, como observamos recentemente nos episódios dos presídios amazonenses. Ainda, de acordo com Madeiro (2022), a conhecida rota Solimões está sendo disputada e usada por PCC (Primeiro Comando da Capital), CV (Comando Vermelho) e FDN (Família do Norte), e é hoje o principal corredor de transporte de drogas da Amazônia.

Conforme Stochero (2017), essa rota pela fronteira com Peru, Colômbia e Venezuela é a porta de entrada de drogas e armas e seria utilizada pela FDN para a realização de negócios com outras organizações, possuindo, ainda, segundo a PF, contatos com políticos, advogados, vereadores e membros do poder público.

Essas organizações atuam no tráfico internacional, na busca pelo poder e por dinheiro e, assim, corrompem e fabricam políticos alinhados, desestabilizando instituições, controlando territórios e causando instabilidade regional.

Mapa síntese das Redes do narcotráfico na Amazônia

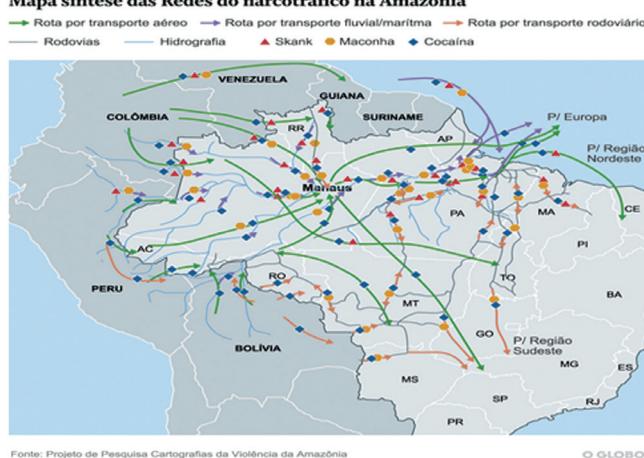


Figura 9 – Rotas do narcotráfico

Fonte: *O Globo*

Nesse mesmo sentido, existem os fundos de investimentos, como, por exemplo, o Fundo Amazônia, que condiciona seus recursos à redução das emissões de gases de efeito estufa oriundas do desmatamento, conforme site próprio.

Conforme Przibiszczki (2019), até o fim de 2018, o Fundo Amazônia recebeu aproximadamente R\$3,4 bilhões em doações, sendo 93,8% provenientes do governo da Noruega, 5,7% do governo da Alemanha, por meio do KfW Entwicklungsbank, e 0,5% da Petroleos Brasileiro S.A. (Petrobras).

Em reportagem ao site *Exame*, observa-se que o governo brasileiro tenta recuperar o fluxo de investimentos no Fundo Amazônia, iniciativa criada em 2008 para financiar projetos de combate ao desmatamento na floresta, cortados por mudanças nas regras de gestão do fundo, o que fez os dois maiores doadores, Alemanha e Noruega, pararem de depositar o dinheiro.

No mesmo sentido, o site *Exame* ainda traz que, ao mesmo tempo, os governadores da Amazônia Legal, por meio do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal, iniciaram um movimento para negociar diretamente a liberação dos recursos, passando por cima do governo federal.

Ressalta-se, nesse cenário, a proposta de criação de um grande corredor ecológico, abrangendo 135 milhões de hectares de floresta tropical, dos Andes ao Atlântico, passando pela Amazônia — o triplo A.

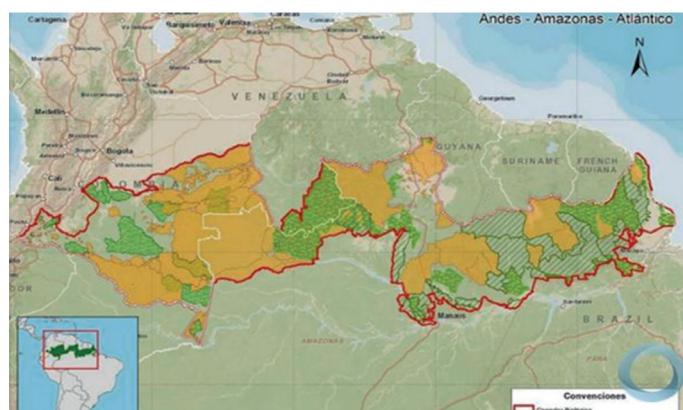


Figura 10 – Corredor Triplo A

Fonte: www.defesanet.com.br

Conclusão

A Amazônia brasileira é, ainda hoje, um imenso espaço de terras ricas em recursos de toda sorte. A pouca presença do Estado, porém, deixa sua população vul-

nerável e suscetível a interesses de todos os matizes, que acabam materializando ameaças à soberania brasileira, em especial no que diz respeito a tomar decisões, ações e medidas que definam os destinos de uma importante parcela territorial da nação.

As vastas terras disponíveis, o baixo IDH, a ausência da eficiência do Estado e a baixa integração nacional, aliados à diversidade de interesses econômicos, geopolíticos e psicossociais, geram atritos locais, nacionais e internacionais.

A criação de diversas áreas de conservação e reservas indígenas contrastam com as atividades de expansão da fronteira agrícola, com as descobertas de jazidas auríferas clandestinas e com a extração ilegal de madeira. Essas atividades ocorrem, com a aquiescência dos índios ou não, dentro e fora de áreas protegidas e são altamente lucrativas.

Ocorre ainda, em sentido global, a grande busca por *commodities*, em especial pelos potenciais minerais, que atraem interesses de multinacionais e países, em busca da manutenção dos preços, do controle de reservas estratégicas e a garantia de produção e lucros.

O mesmo raciocínio serve para a expansão da fronteira agrícola, que pode aumentar sobremaneira as terras agricultáveis brasileiras altamente produtivas, confrontando o mercado internacional das *commodities*, um mercado tradicionalmente protecionista.

No Brasil, a pressão contra o desmatamento coloca especialmente o agronegócio, que atualmente representa cerca de 27,4% da economia nacional, como principal vilão, impedindo a correta e judiciosa expansão agrícola de maneira sustentável, mesmo com o país sendo modelo a ser seguido no tocante às legislações ambientais.

Tal pressão ocorre por meio de ativistas, agências e personalidades de renome, que usam mídias convencionais e sociais, reportagens, ONGs, declarações e protestos em organismos internacionais, sanções, como a retirada de investimentos internacionais no país, sempre enaltecedo a dificuldade de controle do Estado brasileiro, criando fricção interna entre as esferas federais e estaduais.

O patrimônio genético, da fauna e da flora, também traz possibilidades no campo científico-tecnológico

para o desenvolvimento de pesquisas, do uso medicinal e de matéria-prima, que podem concorrer no mercado global, contrastando com o desmatamento desordenado.

Essas questões dificultam até mesmo o desenvolvimento sustentável da região, inviabilizando a construção de infraestrutura necessária, a instalação de parques fabris, a exploração mineral e o estabelecimento ordenado do agronegócio, necessários para o adequado progresso regional como indutor para o aumento do IDH, para índices condizentes com a média nacional, sem que haja prejuízos à preservação da biodiversidade.

No mundo de hoje, existem locais onde a escassez hídrica já provoca conflitos perenes. Na Ásia, no Oriente Médio e na África, ocorrem as chamadas *guerras hídricas*, que visam garantir as reservas de água doce. E a Amazônia é uma das mais importantes regiões de concentração de água doce no mundo, recurso cada vez mais estratégico e essencial para a sobrevivência dos povos.

A busca da população por oportunidades e melhores condições de vida, portanto, gera conflitos de interesses entre fazendeiros, garimpeiros, madeireiros, narcotraficantes, ativistas e indígenas. Como exemplos disso, temos a grilagem, a concentração fundiária, o desmatamento desordenado, a biopirataria, a mineração e a guerra pelo controle das rotas de narcotráfico internacional.

Segundo Couto (2022), o crime organizado conseguiu compreender esse cenário de fragilidade e moveu articulações multi-institucionais em atuações que envolvem tráfico de drogas, armas, pesca, garimpo ilegal, biopirataria, que torna [o crime] muito mais rentável e eficaz com fluidez.

Algumas atividades já fazem parte de modo de viver regional, em especial a extração vegetal e o garimpo, que atraem os habitantes locais em busca de locais de maior extração. Muitas vezes, essas áreas se confundem com unidades de conservação ou terras indígenas.

Tudo isso gera atritos com as agências que têm a responsabilidade fiscalizatória, bem como apoiam as narrativas na mídia e de ONGs sobre desmatamento,

queimadas e garimpos ilegais, que, além de desmatar, também poluem as reservas de água doce da região.

Ampliada pela opinião pública, esse eterno clima de instabilidade dificulta a atuação do Estado brasileiro na região, retirando a liberdade de ação dentro do território nacional, com diversos instrumentos de pressão. Alguns deles são o corte de investimentos internacionais, declarações e entendimentos no sistema Nações Unidas, a demarcação de unidades de conservação e terras indígenas, declarações de personalidades internacionais e pressões diretas de governos com interesses diversos na região.

Nesse sentido, tem-se alegado falta de capacidade brasileira em controlar, administrar e preservar a região amazônica, ameaçando a soberania nacional e criando-se dificuldades em acordos comerciais com o Brasil. Isso representa, ao mesmo tempo, um obstáculo para a realização de importantes obras de infraestrutura na região amazônica, impedindo a formação de eixos de integração entre os países amazônicos e garantindo a preservação das riquezas da região para uma exploração futura.

Segundo Pública (2021), é preciso aprofundar o conceito de “soberania verde”, que tenta articular o debate sobre o modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável com a necessidade de se repensar a forma de se garantir a plena soberania do território brasileiro.

Por fim, torna-se urgente uma convergência de ações nacionais, unindo o Estado, a mídia, os diferentes organismos e agentes, bem como a sociedade em busca de integrar e desenvolver de maneira sustentável a região, para evitar a entrada de agentes internacionais e seus interesses difusos, fortalecendo a nossa soberania em grande e importante parcela de território nacional.

Assim, pode-se potencializar o desenvolvimento nacional para colocar o Brasil na linha das potências mundiais e, com isso, tornar o país importante *player* internacional e referência ambiental, na defesa das campanhas contra o aquecimento global e das emissões de carbono, bem como na defesa dos interesses indígenas.

Referências

- ABREU, Francisco de Assis Matos de. **Mesa redonda: O Aquífero Amazônia.** 66^a Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Rio Branco, 2014.
- AZEVEDO, Fernando A. **Mídia e democracia no Brasil:** relações entre o sistema de mídia e o sistema político. Campinas: Opinião Pública, vol. 12, nº 1, p. 88-113, abril/maio, 2006.
- ANDRADE, Luciano Barros de. **As ameaças para o Estado brasileiro na defesa da Região Amazônica.** Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.
- BARROS JUNIOR, Roberto Carlos Nattrodt. **Os reflexos do processo de paz das FARC para a Colômbia e para o Brasil em relação à geopolítica da Amazônia.** Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.
- BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia.** Revista de Estudos Avançados, vol.19 nº 53, São Paulo: USP, jan/abr 2005.
- BRASIL. **Amazônia e Atlântico Sul:** desafios e perspectivas para a defesa no Brasil. Brasília: IPEA: NEP, 2015.
- BRASIL. (2019a). **Anuário mineral brasileiro.** Brasília: Agência Nacional de Mineração, 2019.

BUENO, Magali F. **O imaginário brasileiro sobre a Amazônia**: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do estado, dos livros didáticos de geografia e da mídia impressa. São Paulo: Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2002.

CENSIPAM. Sítio eletrônico. Disponível em: <<http://www.sipam.gov.br/sobre/institucional>>. Acesso em: 12 set 22.

CEPE (Centro de Estudos de Política e Estratégia). **Geopolítica dos Recursos Naturais**: Impactos para a segurança e defesa. Rio de Janeiro: ECEME, 2016.

COELHO, Marcos Amorim; TERRA, Lygia. **Geografia Geral**: O Espaço Natural e Socioeconômico. São Paulo: Moderna, 2005.

DIAS, Reinaldo. **Relações Internacionais**: Introdução ao estudo da sociedade internacional global. Atlas, 2010.

EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). **NASA confirma dados da Embrapa sobre área plantada no Brasil**. Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/30972114/nasa-confirma-dados-da-embrapa-sobre-area-plantada-no-brasil> Acesso em: 12 set 2022.

BONATO, Rafael Augusto da Cunha. **Análise do processo de securitização da agenda do meio ambiente**. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2021.

CORDEIRO, Tiago. Gazeta do Povo (Website). **15.900 Ongs atuam na Amazônia, maior parte dedicada à religião**. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/15-900-ongs-atuam-na-amazonia-maior-parte-delas-dedicada-a-religiao/>. Acesso em: 3 out 2022.

COUTO, Aiala Colares. **Ameaça e caráter transnacional do narcotráfico na Amazônia brasileira**. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/25852>. Acesso em: 3 out 2022.

D'ALAMA, Luna. Setembro, 2012. **Brasil é o 2º consumidor mundial de cocaína e derivados, diz estudo**. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saudade/noticia/2012/09/brasil-e-o-segundo-maior-consumidor-de-cocaina-e-derivados-diz-estudo.html>. Acesso em: 3 out 2022.

ECEME. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, **Projeto Interdisciplinar do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército**. Rio de Janeiro, 2014.

EXAME. Sítio Eletrônico. **O que está em jogo na disputa entre governo e ONGs na Amazônia**. Disponível em: <https://exame.com/esg/o-que-esta-em-jogo-na-disputa-entre-governo-e-ongs-na-amazonia/>. Acesso em: 3 out 2022.

FERNANDES, Cláudio. **“Narcoguerrilha”**; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/guerras/narcoguerrilha.htm>. Acesso em: 4 out 2022.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. **“Narcotráfico”**; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/narcotrafico.htm>. Acesso em: 3 out 2022.

FUNDO AMAZÔNIA. Sítio Eletrônico. Disponível em <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/home/>. Acesso em: 3 out 2022.

FLECK, Isabel. **Tráfico explora rota brasileira**. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/46065/noticia.htm?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 3 out 2022.

GALHARDO, Ricardo e GIRARDI, Giovana. **Mineração pode atingir 1/3 das áreas indígenas do País**. Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG), agosto 2019. Disponível em: <https://www.raisg.org/pt-br/radar>. Artigo publicado no Estado de São Paulo. Acesso em: 11 set 2022.

GONZALEZ, Marco. **Amazônia Legal**: a geologia e a mineração e seus impactos. NotasGeo (website), fevereiro 2020. Disponível em: <https://www.notasgeo.com.br/2020/02/amazonia-legal-geologia-e-mineracao-e.html>. Acesso em: 11 set 2022.

IBAMA. Sítio eletrônico. Disponível em: <<https://www.gov.br/ibama/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/sobre-o-ibama>>. Acesso em: 12 set 2022.

IBGE. **Amazônia Legal**. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=799. Acesso em: 13 set 2022.

ICMBio. Sítio eletrônico. Disponível em: <<https://www.icmbio.gov.br/portal/protecao1/fiscalizacao-ambiental>>. Acesso em: 12 set 2022.

IMAZON. **Deforestation in the Amazon accumulated by the year 2012**. Fonte INPE/PRODES, 2014. Disponível em: <<https://amazon.org.br/mapas/deforestation-in-theamazon/>>. Acesso em: 12 set 2022.

INPE. Sítio eletrônico. Disponível em: <http://www.inpe.br/institucional/sobre_inpe/missao.php>. Acesso em: 12 set 2022.

IPAM. **Área desmatada a ser queimada em 2020 pode superar os 4,5 mil km²**. IPAM (website), junho 2020. Disponível em: <https://ipam.org.br/area-desmatada-na-amazonia-a-ser-queimada-em-2020-pode-superar-os-45-mil-km2>. Acesso em: 11 set 2022.

ISA. **Novo arco do desmatamento**: fronteira de destruição avança em 2019 na Amazônia. ISA (Website), dezembro 2019. Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/novo-arco-do-desmatamento-fronteira-de-destruicao-avanca-em-2019-na-amazonia>. Acesso em: 11 set 2022.

ISA. **Mesmo antes de aprovado, PL da Grilagem está destruindo a Amazônia**. ISA (Website), maio 2021. Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/mesmo-antes-de-aprovado-pl-da-grilagem-esta-destruindo-a-amazonia>. Acesso em: 11 set 2022.

JUNIOR, Henrique Lúcio da Cruz Peixoto. **A Geopolítica da Amazônia**: os recursos naturais estratégicos e a presença do Exército Brasileiro. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2020.

JUNIOR, Reinaldo. **Mapas de UCs**. ARPA (Áreas de Protegidas da Amazônia), novembro, 2017. Disponível em: <http://arpa.mma.gov.br/mapas-de-ucs/>. Acesso em: 11 set 2022.

LEGNAIOLI, Stella. **Amazônia Legal**: o que é, fatos e importância. Ecycle (website). Disponível em: <https://www.ecycle.com.br/amazonia-legal>. Acesso em: 11 set 2022.

LEIROS, Marcela. **Pará e Mato Grosso concentram exploração irregular de ouro na Amazônia, mostra estudo**. UOL (website), agosto 2021. Disponível em: https://cultura.uol.com.br/cenarium/2021/08/05/173724_para-e-mato-grosso-concentram-exploracao-irregular-de-ouro-na-amazonia-mostra-estudo.html. Acesso em: 11 set 2022.

MADEIRO, Carlos. UOL (Website), junho 2022. **Com vigilância frágil, Amazônia vê narcotráfico se aliar ao crime ambiental**. <https://noticias.uol.com.br/columnas/carlos-madeiro/2022/06/17/faccoes-se-aliam-ao-crime-ambiental-por-brechas-na-fiscalizacao-da-amazonia>. Acesso em: 3 out 2022.

MENDES, Piraju Borowski; DE MELO, Sérgio Luiz Gomes. **A Amazônia através da mídia**: a formação da opinião pública nacional em longo prazo. Rio de Janeiro: ECEME, 2010.

MIGUEL, Laís Mourão. **Uso sustentável da biodiversidade na Amazônia brasileira:** experiências, atuais e perspectivas das bioindústrias de cosméticos e fitoterápicos. São Paulo: USP, 2007.

NOBRE, Fábio Rodrigo Ferreira. **Recursos naturais na região amazônica:** cooperação ou conflito? Recife: UFPE, 2014.

PAIVA, Luiz Eduardo Rocha. **Integração da Pan-Amazônia – Desafios, Estratégias, Tendências e Reflexos para a Defesa Nacional.** Brasília, jun 2013.

PAIVA, Luiz Eduardo Rocha. **Direcionamento Estratégico do Exército para a Defesa e Projeção de Poder do Brasil na Pan-Amazônia.** Brasília, jul 2013.

PAIVA, Luiz Eduardo Rocha. **Cenários de Conflitos do Brasil na Defesa da Amazônia e do Litoral Atlântico.** Brasília, nov 2013.

PEDRO, Antonio Fernando Pinheiro. **Recursos minerais na Amazônia, relativização da soberania e conflitos ambientais.** Ambiente legal (website), agosto 2019. Disponível em: <https://www.ambientelegal.com.br/recursos-minerais-na-amazonia-e-o-ilusionismo-ambientalista>. Acesso em: 11 set 2022.

PEREIRA, Andrei Douglas Lauthert. **O papel do Exército Brasileiro na defesa dos recursos naturais estratégicos brasileiros da Amazônia.** Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Rio de Janeiro, 2020.

PIMENTA, Sérgio Freire. **A Amazônia sob a ótica do desenvolvimento.** 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares). Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2002.

PRIZIBISCKI, Cristiane. Oeco (Website), Setembro 2019. **Por que, afinal, Noruega e Alemanha doam recursos para o Brasil? O Fundo Amazônia em 10 perguntas e respostas.** Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/por-que-afinal-noruega-e-alemanha-doam-recursos-para-o-brasil-o-fundo-amazonia-em-10-perguntas-e-respostas/>. Acesso em: 3 out 2022.

PÚBLICA, Fórum de Segurança. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2021.** Disponível em: www.forumseguranca.org.br. Acesso em: 3 out 2022.

RIBEIRO, Aline. O Globo (Website), Dezembro 2020. **Novas cidades entram na rota do narcotráfico na Amazônia.** Fonte: Projeto de Pesquisa Cartografias da Violência na Amazônia. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/novas-cidades-entram-na-rota-do-narcotrafico-na-amazonia-1-24786333>. Acesso em: 11 set 2022.

SÁ, Raissa Jennifer da Silva de. **A importância da biodiversidade na Amazônia.** Paragominas: UEPA, 2019.

SANTOS, Breno Augusto. **Recursos minerais da Amazônia.** São Paulo: Revista de Estudos Avançados – USP, 2002.

SANTOS FILHO, José Fernandes Carneiro dos. **As implicações do atual processo de demarcação de terras indígenas para a Defesa Nacional.** Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, Carlos Alberto Pinto. **Corredor Triplo A:** A Nova Ameaça à “Soberania Brasileira na Amazônia. DefesaNet (website), fevereiro 2019. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/toa/noticia/32009/CORREDOR-TRIPLO-A--A-Nova-Ameaca-a-“SOBERANIA-BRASILEIRA-NA-AMAZONIA>

SOUZA, Fábio Carballo de. **Agenda ambiental:** o Exército Brasileiro na Amazônia. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2020.

STOCHERO, Tahiane. DefesaNet (Website). **A Guerra das Gangues no Brasil.** Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/pcc/noticia/24446/A-Guerra-das-Gangues-no-Brasil/>. Acesso em: 13 set 2022.

SUDAM. **Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA): 2020-2023.** Belém: SUDAM, 2020.

SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus). **Modelo Zona Franca – História.** Manaus, 2020. Disponível em: <<http://www.suframa.gov.br>>. Acesso em: 13 set 2022.

VERÍSSIMO, A.; BARRETO, P.; MATTOS, M.; TARIFA, R.; UHL, C. **Logging impacts and prospects for sustainable forest management in an old Amazon frontier:** the case of Paragominas. Forest Ecology and Management, v. 55, p. 169-199. 1992.

VERÍSSIMO, Adalberto. **Estratégia e Mecanismos Financeiros para Florestas Nativas do Brasil.** Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, 2006.

VERÍSSIMO, T.; PEREIRA, J.; VERÍSSIMO, A.; MALCHER, L. & PORTO, B. **A floresta habitada:** história da ocupação humana na Amazônia. Belém: AMAZON, 2020.

VEJA. Edição 2.209, ano 44, nº 12. Editora Abril. São Paulo: Veja, semanal, 2011a.

VEJA. Edição 2.228, ano 44, nº 31. Editora Abril. São Paulo: Veja, semanal, 2011b.

VEJA. Edição 2.239, ano 44, nº 42. Editora Abril. São Paulo: Veja, semanal, 2011c.

VEJA. Edição 2.250, ano 45, nº 1. Editora Abril. São Paulo: Veja, semanal, 2012.

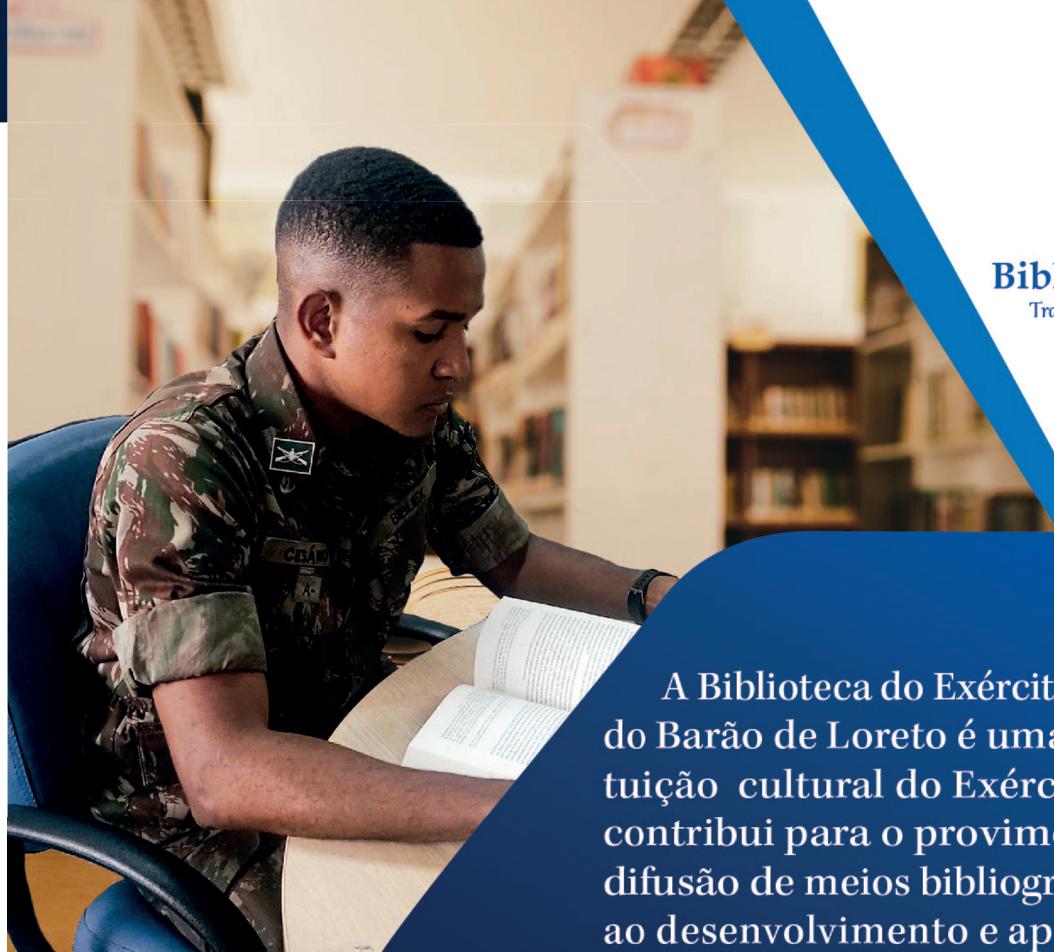
VIEIRA, I.C.; SILVA, J.M.; TOLEDO, P.M. **Estratégias para evitar a perda de biodiversidade na Amazônia.** Revista de Estudos Avançados, vol.19, nº 54, São Paulo: USP, 2005.

TSE. **Pesquisa revela que compra de votos ainda é realidade no país.** TSE (website), atualizado em agosto 2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2015/Fevereiro>. Acesso em: 11 set 2022.

ZENDIM, Omar. **As questões ambientais e indígenas na Amazônia:** ameaças à soberania nacional. 2004. 174 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Altos Estudos Militares). Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2004.



Biblioteca do Exército
Tradição e qualidade em publicações



A Biblioteca do Exército (BIBLIEx) – Casa do Barão de Loreto é uma centenária instituição cultural do Exército Brasileiro que contribui para o provimento, a edição e a difusão de meios bibliográficos necessários ao desenvolvimento e aperfeiçoamento da cultura profissional-militar e geral.

SEJA NOSSO ASSINANTE

e receba em sua residência nossos
livros publicados.



Praça Duque de Caxias, 25
Palácio Duque de Caxias - Ala Marcílio Dias – 3º andar
Centro – CEP 20221-260 – Rio de Janeiro – RJ



Tel.: (21) 2519-5707

Acesse >>> www.bibliex.eb.mil.br

VANTAGENS DA ASSINATURA

- Alta qualidade das publicações, de interesse para militares e civis de diversas profissões, com temas de Relações Internacionais, História Geral e do Brasil, História Militar, Chefia e Liderança, Geopolítica, Ciência Política, Tecnologia de Defesa etc.
- Pagamento com desconto em relação à compra de exemplares avulsos.
- Comodidade de recebimento dos livros no endereço do assinante, via postal.

LIVROS DA COLEÇÃO GENERAL BENÍCIO

- Tipos de assinatura:

A – versão completa (10 livros, a R\$ 200,00)

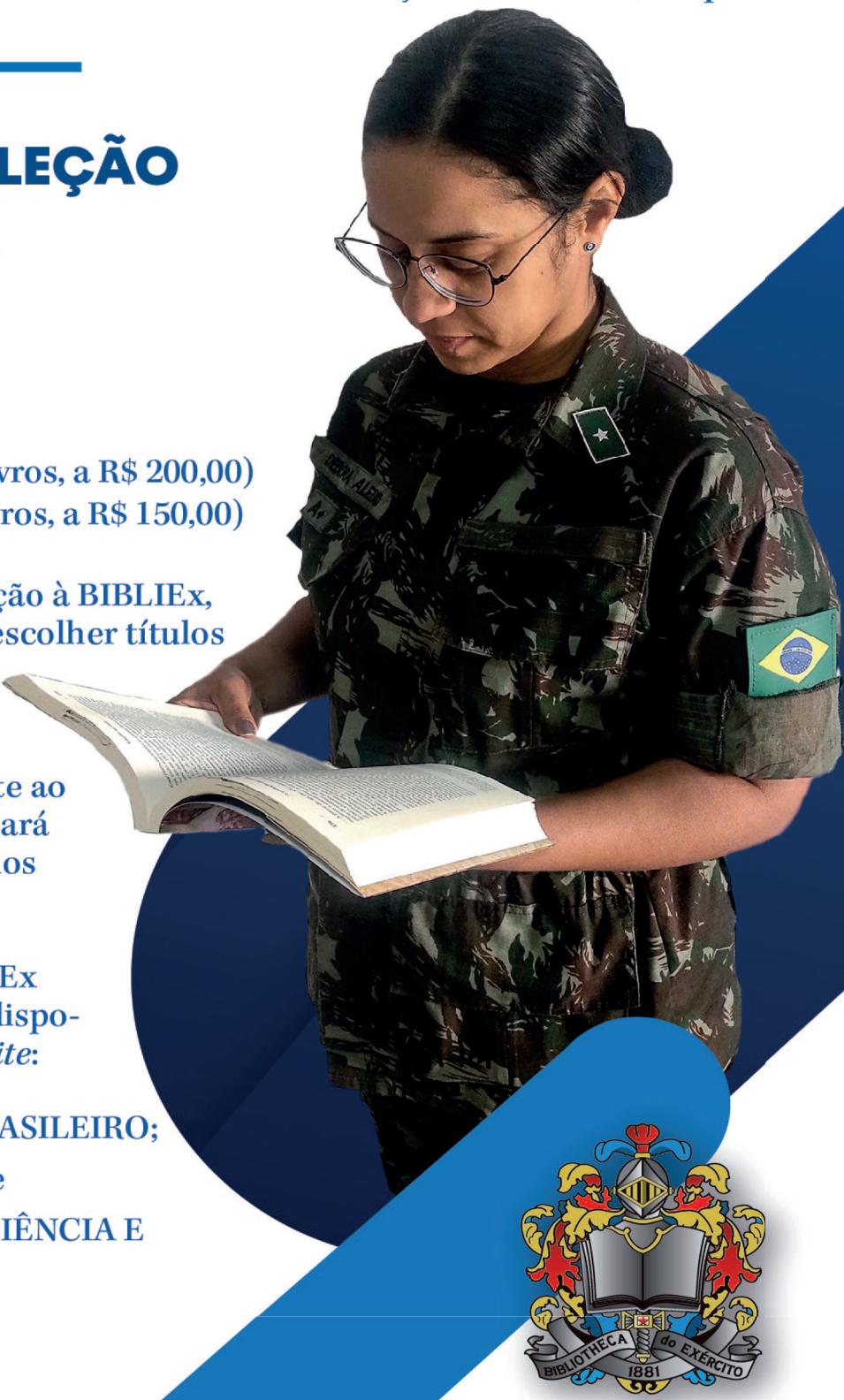
B – versão compacta (5 livros, a R\$ 150,00)

Ao efetuar sua solicitação à BIBLIEx, o novo assinante poderá escolher títulos editados no ano corrente ou em anos anteriores.

A partir do ano seguinte ao da assinatura inicial, passará a receber somente os títulos dos futuros lançamentos.

Além de livros, a BIBLIEx publica revistas digitais, disponíveis gratuitamente no site:

- REVISTA EXÉRCITO BRASILEIRO;
- A DEFESA NACIONAL; e
- REVISTA MILITAR DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA.



Aplicativo POUPEX e Internet Banking (POUPEX Digital)



BAIXE O APP



- ✓ Realize o cadastro digital
- ✓ Atualize dados pessoais
- ✓ Faça consultas
- ✓ Emita extratos, boletos e demonstrativos do IRPF
- ✓ Simule e contrate o Crédito Imobiliário, o Consórcio, o Crédito Simples e o Plano Odontológico

Pexia
Especialista virtual
da POUPEX

FHE

POUPEX



Biblioteca do Exército

Tradição e qualidade em publicações

www.bibliex.eb.mil.br



ISSN 0011-7641

